

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE BIOLOGIA ANIMAL**



**Instrumentos para a sustentabilidade ao nível municipal:
articulação entre a Agenda 21 Local e a Avaliação Ambiental Estratégica**

PATRÍCIA ANDREIA DIAS TAMBORINO

MESTRADO EM ECOLOGIA E GESTÃO AMBIENTAL

**Dissertação orientada pelo Prof. Doutor José Ângelo
Guerreiro da Silva e co-orientada pela Dr.^a Cristina Maria
Caseiro Rebelo e pela Mestre Ana de Carvalho Cameira Mocinho Viras**

Lisboa
2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor José Guerreiro, meu orientador, pelas condições que me ofereceu para a realização da dissertação, pela disponibilidade e orientação ao longo do seu desenvolvimento.

Agradeço à Mestre Ana Viras e à Dr.^a Cristina Rebelo, minha co-orientadores, pela disponibilidade, orientação e grande apoio.

Agradeço à Câmara Municipal de Ourique, por me ter possibilitado acompanhar o seu projecto "Agenda 21 Local de Ourique".

Agradeço à CCDR do Norte, nomeadamente à Dr.^a Helena Martins, CCDR do Centro, nomeadamente à Dr.^a Carla Velado, CCDR do Alentejo, nomeadamente à Dr.^a Lilia Fidalgo, e CCDR do Algarve, nomeadamente ao Arquitecto Marco Andrade, pela disponibilização de informação crucial para o desenvolvimento da dissertação.

Agradeço à Cátia Sá, Raquel Ribeiro, Cláudio Álvaro, Bruno Ferreira e, novamente, à Ana Viras.

Por último um especial obrigado ao Filipe.

RESUMO

A sustentabilidade pressupõe o desenvolvimento económico e social assegurando a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Ao nível municipal, as autarquias dispõem de várias ferramentas para fomentarem a sua própria sustentabilidade, nomeadamente a Agenda 21 Local (A21L) e a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

A dissertação centra-se nesses instrumentos, pretendendo responder a questões como: De que forma estão relacionados? São processos complementares? Existe uma metodologia para a sua correcta articulação? Deste modo pretende, como objectivo último, propor uma metodologia de articulação entre a A21L e a AAE da Revisão dos Planos Directores Municipais (PDM), criando uma ferramenta prática que agiliza a elaboração de ambos os processos.

De forma a atingir objectivos definidos, foram realizadas três actividades distintas – acompanhamento do processo de elaboração da A21L de Ourique; avaliação da implementação, em Portugal, da A21L e AAE; e análise da articulação dos dois processos em 4 municípios portugueses. Através destas actividades, aferiu-se que existe a necessidade de uma maior integração dos instrumentos municipais que orientam o desenvolvimento concelhio. Por outro lado, observou-se uma evolução positiva na implementação de ambos os processos, contudo, ainda numa fase inicial, quando em comparação com outros países europeus. Por último, para os casos de estudo analisados, verificou-se a inexistência de articulação entre os dois processos, mesmo existindo factores que potencialmente promoveriam essa articulação.

Conclui-se que os municípios portugueses estão a ordenar o seu território sem seguirem uma estratégia local que abranja as três dimensões do Desenvolvimento Sustentável. Uma estratégia municipal sustentável não é uma figura prevista na lei portuguesa, tal como a sua articulação com outros instrumentos municipais e a sua avaliação ambiental através da AAE. Tendo em conta o importante papel no desenvolvimento concelhio, é inevitável que a visão da natureza desta figura se altere em prol da sustentabilidade dos municípios portugueses.

Palavras-chave: Sustentabilidade Municipal; Agenda 21 Local; Avaliação Ambiental Estratégica; Planos Municipais de Ordenamento do Território

ABSTRACT

Sustainability involves economic and social development striving for the environmental and natural resources preservation. At the municipal level, municipalities have several tools to achieve their own sustainability, including Local Agenda 21 (LA21) and Strategic Environmental Assessment (SEA).

Present dissertation focuses on these tools, intending to answer questions like: How are they related? Are they complementary processes? Is there a methodology for their adequate articulation? Thus the ultimate goal is to propose a methodology for linking LA21 and the SEA of the Review of Municipal Master Plans (MMP), creating a practical tool that subserve the development of both processes.

In order to meet its stated objectives, there were three distinct activities – Follow the process of the A21LI Ourique formulation; exploration of LA21's and SEA's state of art in terms of implementation, in Portugal, and the articulation analysis of the LA21 and SEA processes in 4 Portuguese municipalities. With these activities it was possible to assess that there is a need for greater integration of tools that guide local development municipality. On the other hand, was possible to see a positive evolution in the implementation of both processes, however, still in an early stage compared to other European countries. At last, for the case studies analyzed, it was assessed the lack of articulation between the two processes, although there are

ii factors favoring that articulation.

We conclude that the Portuguese municipalities are planning their territory without following a local strategy which covers the three dimensions of Sustainable Development. A sustainable municipal strategy is not a figure provided in Portuguese law, as its relationship with other municipal instruments and their environmental assessment through SEA. Taking into account the important role in municipal development, it is unavoidable that the vision of the nature of this figure change towards sustainability of the Portuguese municipalities.

Keywords: Municipal Sustainability; Local 21 Agenda; Strategic Environmental Assessment; Municipal Spatial Planning Plans

LISTA DE ACRÓNIMOS

A21L	Agenda 21 Local
A21L de Ourique	Agenda 21 Local de Ourique
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AE	Áreas Estratégicas
AJS&A	António José Sá & Associados
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CMO	Câmara Municipal de Ourique
DA	Declaração Ambiental
DGOTDU	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DR	Diário da República
EGA	Environmental Governance Advisors
ERAE	Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas
FA	Factores Ambientais
FCD	Factores Críticos para a Decisão
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
LA21	<i>Local Agenda 21</i>
MMP	<i>Municipal Master Plan</i>
NDT	Núcleo de Desenvolvimento Turístico
NEPA	<i>National Environmental Policy Act</i>
OE	Opções Estratégicas
PDE	Plano de Desenvolvimento Estratégico

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

PDM	Plano Director Municipal
PMA	Plano Municipal de Ambiente
PMOT	Plano Municipal Ordenamento do Território
PP	Plano de Pormenor
PU	Plano de Urbanização
QRE	Quadro de Referência Estratégico
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RA	Relatório Ambiental
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i>

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO.....	I
ABSTRACT	II
LISTA DE ACRÓNIMOS	III
ÍNDICE	V
ÍNDICE DE FIGURAS	VII
ÍNDICE DE QUADROS.....	VIII

I | INTRODUÇÃO **1**

1.1 ENQUADRAMENTO GERAL	1
1.1.1 ENQUADRAMENTO DA AGENDA 21 LOCAL.....	1
Procedimento Metodológico.....	2
Ferramentas de planeamento local – Agenda 21 Local, Planos Estratégicos e Planos Municipais de Ambiente.....	4
1.1.2 ENQUADRAMENTO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	6
Procedimento Metodológico.....	7
1.1.3 FERRAMENTAS PARA A SUSTENTABILIDADE - AGENDA 21 LOCAL, AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA E INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL.....	9
1.2 OBJECTIVOS	11
1.3 METODOLOGIA	12

v

II | AGENDA 21 LOCAL DE OURIQUE COMO CASO DE ESTUDO **15**

2.1 CONTEXTO E OBJECTIVOS	15
2.2 METODOLOGIA ADOPTADA	16
2.2.1 INÍCIO DO PROCESSO	20
2.2.2 INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO	20
2.2.3 OURIQUE E A SUSTENTABILIDADE.....	22
Diagnóstico para a Sustentabilidade	22
Fórum Participativo	24
Caracterização das Áreas Estratégicas	24
2.2.4 DA ESTRATÉGIA À ACÇÃO.....	26
Workshops Participativos.....	26
Plano de Acção	26
2.3 PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES	28

III SITUAÇÃO ACTUAL DA A21L E DA AAE EM PORTUGAL	30
3.1 ESTADO DA ARTE DA A21L	30
3.2 ESTADO DA ARTE DA AAE	34
IV AVALIAÇÃO DA ARTICULAÇÃO ENTRE A A21L E A AAE DA REVISÃO DE PDM – ANÁLISE DE CASOS DE ESTUDO	37
4.1 ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO	41
4.1.1 BRAGANÇA	41
4.1.2 MONÇÃO	50
4.1.3 VALENÇA	59
4.1.4 VILA NOVA DE CERVEIRA	68
4.2 PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES	72
V PROPOSTA DE METODOLOGIA DE ARTICULAÇÃO ENTRE A A21L E A AAE	74
5.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	74
Agenda 21 Local de Ourique	74
Situação actual da A21L e AAE	74
Avaliação da articulação entre a A21L e a AAE da Revisão do PDM – Análise de casos de estudo	75
5.2 PROPOSTA DE METODOLOGIA DE ARTICULAÇÃO ENTRE A21L E A AAE	75
5.3 PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES	83
VI CONCLUSÕES	85
VII BIBLIOGRAFIA	88
Referências Bibliográficas	88
Legislação Consultada	90

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Abordagem metodológica geral da A21L. (Adaptado de Partidário, 2007)	2
Figura 2 Comparação entre os processos de Agenda 21 Local, Plano de Desenvolvimento Estratégico e Plano Municipal do Ambiente, em relação aos princípios do Desenvolvimento Sustentável.	5
Figura 3 Relação entre os processos A21L e AAE, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.	10
Figura 4 Abordagem metodológica do processo de investigação.	13
Figura 5 Esquema metodológico, incluindo os intervenientes e <i>outputs</i> da A21L de Ourique.	17
Figura 6 Logótipo da A21L de Ourique.	20
Figura 7 Concelhos com A21L ou PDE em Portugal Continental.	33
Figura 8 Estado dos processos de AAE em Portugal continental (à esquerda) por fases (à direita)	35
Figura 9 Mapa com selecção dos municípios com Plano de Acção e Relatório ambiental ou AAE concluída, com indicação dos municípios escolhidos (ponteado amarelo).	38
Figura 10 Esquema da proposta de metodologia para a articulação da A21L com a AAE da Revisão do PDM e o próprio PDM.	79
Figura 11 Proposta de metodologia da A21L enquanto objecto de avaliação da AAE.	82
Figura 12 Visão metodológica da articulação dos instrumentos para a sustentabilidade ao nível municipal: visão actual (à esquerda) e proposta de visão (à direita).	84

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Cronograma das actividades a desenvolver no âmbito da Agenda 21 Local de Ourique. _____	19
Quadro 2 Distribuição dos questionários a aplicar por freguesia e idade. _____	23
Quadro 3 Evolução da implementação de A21L em 12 países europeus e em Portugal (Adaptado de Lafferty, 2001 e Schmidt e Guerra, 2007). _____	31
Quadro 4 Situação dos Planos Directores Municipais de 1989 a 2001 (Fonte: DGAL, 2001; DGAL, 2005 e Santos, 2002) _____	34
Quadro 5 Matriz de avaliação de integração/concordância entre os processos de A21L e AAE para o concelho de Bragança. _____	42
Quadro 6 Matriz de avaliação de integração/concordância entre o processo de A21L e o PDM para o concelho de Bragança. _____	46
Quadro 7 Matriz de avaliação de integração/concordância entre os processos de A21L e AAE para o concelho de Monção. _____	51
Quadro 8 Matriz de avaliação de integração/concordância entre o processo de A21L e o PDM para o concelho de Monção. _____	55
Quadro 9 Matriz de avaliação de integração/concordância entre os processos de A21L e AAE para o concelho de Valença. _____	60
Quadro 10 Matriz de avaliação de integração/concordância entre o processo de A21L e o PDM para o concelho de Valença. _____	64
Quadro 11 Matriz de avaliação de integração/concordância entre os processos de A21L e AAE para o concelho de Vila Nova de Cerveira. _____	69
Quadro 12 Análise SWOT para três cenários de elaboração da A21L e Revisão do PDM, com o factor temporal variável. _____	77

I | INTRODUÇÃO

1.1 | ENQUADRAMENTO GERAL

O princípio da sustentabilidade emerge no contexto da globalização, como marca de um limite e sinal que reorienta o processo civilizacional da humanidade (Álvares, 2009). O ambiente, enquanto problema, surge nas últimas décadas do século XX com a crise subjacente ao processo de modernização (Leff, 2001) e, com esse problema, surge também a necessidade de o solucionar.

A noção de sustentabilidade, assente no conceito de desenvolvimento sustentável, surge pela primeira vez no Relatório Brundtland, em 1987, intitulado “*Our Common Future*”, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. O desenvolvimento sustentável exige a satisfação das necessidades básicas globais e a expansão global de oportunidades para responder à ambição de uma vida melhor (*World Commission on Environment and Development*, 1987).

Face a esta nova noção e visão de desenvolvimento humano, surgiram algumas ferramentas que, de um modo mais directo ou indirecto, vêm responder ao apelo do desenvolvimento sustentável, nomeadamente a Agenda 21 Local (A21L) e a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

1.1.1 | ENQUADRAMENTO DA AGENDA 21 LOCAL

Cinco anos após a publicação do Relatórios de Brundtland, volta-se a afirmar a importância das questões ambientais com a realização da Conferência do Rio (1992), surgindo uma nova visão associada ao desenvolvimento. Um dos principais resultados desta conferência foi a adopção do documento “Agenda 21” que consiste num programa de acção para promover o desenvolvimento sustentável, a ser adoptado a três níveis: global, nacional e local. A expressão local deste programa ganhou forma com a referência no Capítulo 28 da “Agenda 21” à A21L.

A A21L é o processo que responde directamente ao apelo do desenvolvimento sustentável. Em termos práticos, a A21L é o processo através do qual se delinea uma estratégia para uma determinada comunidade (nível nacional, regional ou municipal) que vai ditar as orientações para o seu desenvolvimento.

Procedimento Metodológico

O processo de elaboração da A21L não está definido nem no seu documento de origem (Agenda 21) nem em nenhum guia oficial, pelo que as autoridades locais têm a flexibilidade necessária para adaptar o processo à sua realidade local e aos seus objectivos.

A metodologia geral apresentada neste capítulo tem por base o “Manual para a Implementação da Agenda 21 Local” publicado pela Agência Portuguesa do Ambiente (Partidário, 2007).

A Figura 1 esquematiza o procedimento geral da A21L, sendo distinguidas cinco fases distintas:

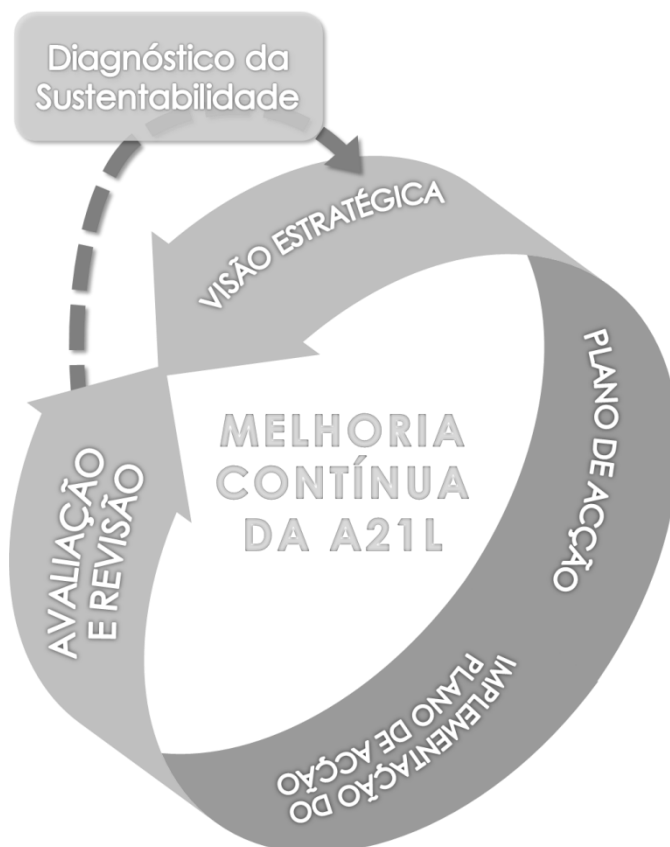


Figura 1 | Abordagem metodológica geral da A21L. (Adaptado de Partidário, 2007)

i Diagnóstico para a Sustentabilidade:

A elaboração do Diagnóstico do concelho vai permitir que, através de uma caracterização segundo as dimensões da sustentabilidade, se identifiquem as potencialidades e estrangulamentos que irão alicerçar a estratégia municipal.

A caracterização do concelho deverá ter por base a observação da realidade existente documentada, a opinião da comunidade e também uma análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) do concelho.

ii Visão Estratégica:

Após o território ter sido caracterizado e identificadas as suas vocações – áreas estratégicas – deverá ser feita uma nova caracterização, mais aprofundada, incidentes nas áreas estratégicas identificadas. Esta caracterização deverá, também, ter por base a observação da realidade existente documentada, a opinião da comunidade e também uma análise SWOT de cada área estratégica identificada.

iii Plano de Acção:

Identificada a estratégia que rumará o desenvolvimento do concelho, esta terá que se converter em acções e intervenções específicas para cada área estratégica. Estas acções/intervenções vão operacionalizar os objectivos de cada área e deverão incluir metas e indicadores de execução e desenvolvimento. Nesta fase, serão também identificados os intervenientes (autarquia, entidades privadas, associações, etc.) responsáveis pela implementação das acções/intervenções.

iv Implementação do Plano de Acção:

Esta é a fase em que a estratégia vai ganhar uma nova visibilidade, com a execução das acções previstas. Cabe ao promotor do processo garantir os recursos necessários para a execução das mesmas, tendo em consideração as metas e objectivos definidos no Plano de Acção.

v Avaliação e Revisão:

Apesar desta fase ser o último passo do procedimento aqui descrito, deverá ser encarada como o último passo de um ciclo.

A avaliação do desempenho do processo, em relação aos objectivos e metas definidos, deverá ser realizada através da análise dos indicadores de desempenho definidos. Sempre que necessário, deverão ser aplicadas

medidas correctivas ou preventivas que garantam o bom desempenho do processo.

O processo não deverá ser estático nem imutável, sendo que a periodicidade com que o processo deve ser revisto deverá ser definida e adequada à tipologia de acções que concertam a estratégia municipal. Esta revisão deverá ter em linha de conta não só os resultados da avaliação, como também as alterações decorrentes de planos e estratégias nacionais, regionais ou municipais.

Ferramentas de planeamento local – Agenda 21 Local, Planos Estratégicos e Planos Municipais de Ambiente

O facto de não existirem normas específicas para os planos estratégicos municipais confere uma flexibilidade e liberdade aos municípios na adopção da metodologia que melhor se adequa à estratégia municipal.

Portugal comprometeu-se a promover o desenvolvimento sustentável ao nível nacional e a incentivar as autoridades locais a promoverem-no nos seus municípios, não indicando um processo em particular através do qual o tivessem que fazer.

Na escala municipal, encontramos três instrumentos cujo principal objectivo é contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável:

4

- Plano Municipal de Ambiente (PMA);
- Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE); e
- A21L.

Apesar da sustentabilidade constituir o “elo de ligação” entre os três instrumentos, existem algumas diferenças entre os mesmos, nomeadamente no que se refere à sua abrangência. Verifica-se que (ver Figura 2), numa escala de abrangência, os PMA consideram apenas a vertente ambiental, pelo que são os menos abrangentes. Posteriormente, os PDE são mais abrangentes, sendo que alguns incluem as vertentes económica e social, podendo existir alguns que abordam também a

ambiental. Por fim, o mais abrangente, a A21L que, por definição, aborda sempre as três vertentes, mesmo que não seja dada igual significância às mesmas.¹

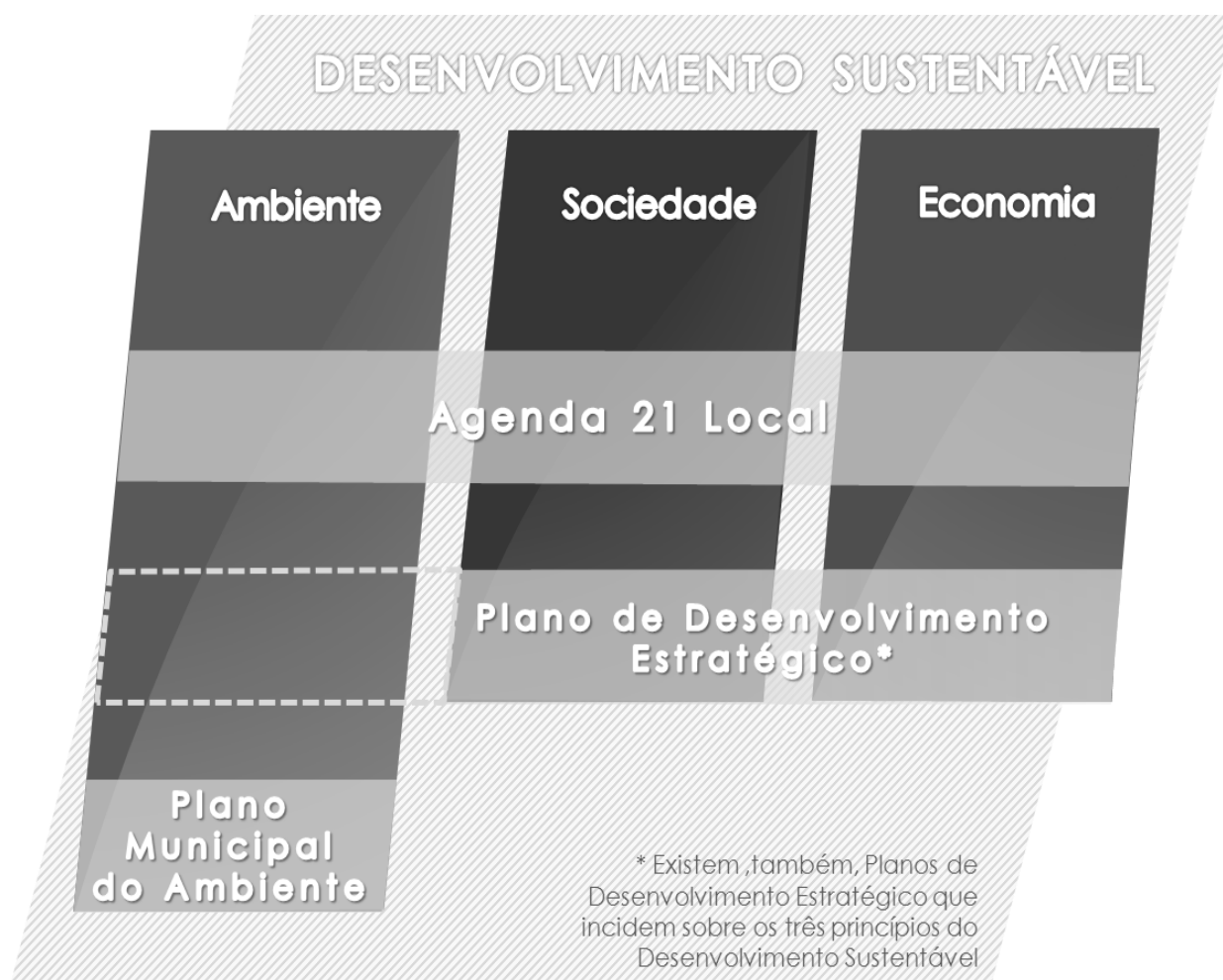


Figura 2 | Comparação entre os processos de Agenda 21 Local, Plano de Desenvolvimento Estratégico e Plano Municipal do Ambiente, em relação aos princípios do Desenvolvimento Sustentável.

Em termos de metodologia, os processos são bastante semelhantes, iniciando-se pela caracterização da situação actual, seguindo-se a definição da estratégia concelhia e a concretização em acções/intervenções, culminando na implementação, avaliação e revisão do processo.

Considerando a semelhança metodológica e a escala de abrangência², o município poderá optar por desenvolver apenas um dos processos (uma vez que detém a total liberdade para adequá-lo à realidade concelhia), dando maior relevância às vertentes prioritárias e, simultaneamente, garantir que o processo integra os

¹ Esta observação teve por base a análise de todos os PMA e PDE existentes em Portugal Continental, sendo que os resultados da análise são apresentados no Anexo V.

² Considerando apenas, neste caso, as A21L e os PDE.

princípios do desenvolvimento sustentável pois abrangerá as suas três vertentes – economia, sociedade e ambiente.

1.1.2 | ENQUADRAMENTO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Em resposta à convocação das Nações Unidas para a Conferência de Estocolmo (1972), os Estados Unidos implementam, em 1970, a primeira política ambiental mundial - *National Environmental Policy Act (NEPA)* - que teve a função de catalisador do desenvolvimento de ferramentas para prever as implicações sociais e ambientais no processo de decisão (Partidário e Clark, 2000). Este acontecimento foi, sem dúvida, precursor de muitas outras políticas que surgiram em vários países por todo o globo e que se debatiam com a falta de normas ou legislação em matéria de avaliação ambiental (Therivel, 2004).

No ano de 2001, a Avaliação Ambiental de Planos e Programas é, finalmente, adoptada pelos Estados-Membros através da Directiva 2001/42/CE, de 27 de Junho, do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à avaliação dos seus potenciais efeitos sobre o ambiente. A Directiva 2001/42/CE vem estabelecer a obrigatoriedade de realização de Avaliação Ambiental de planos e programas a todos os Estados-Membros. Em relação aos países que já possuíam normas para este processo, foi estabelecida a obrigatoriedade de as reverem, de forma a dar cumprimento à Directiva.

Em Portugal, o percurso a partir da Directiva 2001/42/CE foi longo. Foram necessários seis anos até que a Directiva fosse transposta para a ordem jurídica nacional através do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, três anos mais tarde do que estaria previsto na Directiva, cujo prazo de implementação seria 21 de Julho de 2004 (n.º 1 do artigo 13.º da Directiva 2001/42/CE).

Posteriormente à publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, no mesmo ano foi também publicado o Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que altera o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, integrando a figura da AAE no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Esta figura garante que são considerados os efeitos significativos no ambiente dos instrumentos de gestão territorial, nos seus procedimentos de elaboração, alteração e revisão.

Ao nível municipal, a A21L, representando uma estratégia, deverá ser coerente e integrada com outros processos municipais, como a AAE, que ajuda a garantir a sustentabilidade territorial. Na prática, a AAE de um plano vai garantir que a componente ambiental influencia o processo de decisão na elaboração de planos, políticas e programas, facilitando a avaliação de oportunidades e riscos de estratégias de acção, no quadro de um desenvolvimento sustentável (DGOTDU, 2008 e Ferreira, 2009).

A AAE ao nível municipal pode aplicar-se a três Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT): Planos Directores Municipais (PDM), Planos de Pormenor (PP) e Planos de Urbanização (PU). Na presente dissertação serão analisadas apenas as AAE relativas a PDM, uma vez que o outro processo em estudo, a A21L, é aplicável ao território municipal, mantendo-se assim a coerência territorial da análise.

Procedimento Metodológico

O aspecto mais importante do procedimento a seguir na elaboração de uma AAE é a sua articulação com a elaboração do plano ou programa, na sua fase inicial.

Neste processo distinguem-se cinco fases:

i Definição do âmbito e objectivos da AAE:

Simultaneamente com a definição do âmbito e objectivos da AAE, é elaborado um Quadro de Referência Estratégico (QRE)³ que indica outros planos e programas com os quais o objecto de avaliação se deve compatibilizar.

Segue-se então a definição do âmbito e objectivos da AAE, acompanhada pela identificação dos Factores Ambientais (FA)⁴ e dos Factores Críticos para a Decisão (FCD)⁵, que irão estruturar toda a avaliação.

³ QRE – “Constitui o macro-enquadramento estratégico da AAE, criando um referencial para avaliação. Reúne os macro-objectivos de política ambiental e de sustentabilidade estabelecidos a nível internacional, europeu e nacional que são relevantes para a avaliação e são exigidos legalmente, bem como as ligações a outros planos e programas com os quais o objecto de avaliação e AAE estabelece relações.” (Partidário, 2007)

⁴ FA – “Definem o âmbito ambiental relevante, ajustando ao tema, contexto e escala do objecto de avaliação os factores ambientais legalmente estabelecidos.” (Partidário, 2007).

⁵ FCD – “Constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, estruturam a análise e a avaliação de oportunidades e riscos em AAE, identificam os estudos técnicos necessários a realizar para reunir a informação necessária à decisão. Resultam de uma análise integrada do Quadro de Referência

Por último, o documento produzido designado resumidamente por “Relatório de Factores Críticos”, que contém todos os elementos referidos anteriormente, deverá ser encaminhado para consulta às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE),⁶ com influência na zona de afectação do plano em avaliação.

ii Identificação dos efeitos significativos e das opções alternativas:

Nesta fase são confrontados os objectivos do plano em avaliação e os da AAE, na tentativa de identificar possíveis compatibilidades, incompatibilidades e sinergias.

Esse confronto basear-se-á na análise de tendências de evolução dos FCD identificados que permitirá identificar as acções que poderão vir a ter efeitos significativos no ambiente.

Nesta fase, serão também considerados os comentários e sugestões das entidades consultadas.

Por último, deverão identificar-se as estratégias ou soluções alternativas, reanalizando as opções inicialmente pensadas e optando pela melhor estratégia ou solução, tendo em conta o seu contributo para a sustentabilidade.

8

iii Elaboração do Relatório Ambiental (RA):

Esta fase corresponde à elaboração de um documento que vai absorver toda a informação discutida em fases anteriores. Este documento é composto por uma caracterização ambiental (actual e tendencial) das áreas com susceptibilidade de serem afectadas pelo plano, identificando-se os problemas ambientais críticos e os efeitos significativos expectáveis. Esta análise irá permitir a escolha da opção mais sustentável, sendo também definidas medidas de prevenção e redução dos efeitos adversos identificados.

iv Consulta Pública e emissão da Declaração Ambiental (DA):

Estratégico, das Questões estratégicas do objecto de avaliação e dos Factores ambientais. Transferem o conceito de definição do âmbito usado em AIA para um nível estratégico, e dão resposta ao alcance da avaliação.” (Partidário, 2007).

⁶ ERAE – “(...) entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano ou programa (...)” (Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho).

Após a elaboração do RA, este será sujeito a consulta das ERAE que emite parecer que será integrado no RA, previamente à sua consulta pública. A consulta pública do RA ocorre juntamente com a da Proposta do Plano sendo que, após ponderação dos resultados da consulta, será emitida a DA. Segue-se então aprovação tanto da Proposta do Plano como do RA, que se faz acompanhar pela DA.

v Execução e monitorização do plano:

Com o objectivo de verificar os efeitos que o plano está efectivamente a causar no ambiente e, se estes correspondem aos previstos nas fases anteriores, prossegue-se à fase de monitorização. Esta fase irá permitir criar novas medidas de correcção ou mitigação dos efeitos verificados, caso seja necessário (DGOTDU, 2008).

Sendo a A21L uma estratégia concelhia e, sendo o PDM o reflexo territorial de uma estratégia definida para concelho, a grande questão que surge é se haverá alguma relação entre a A21L, a AAE do PDM e o próprio PDM, num contexto de sustentabilidade concelhia. Consequentemente, surgem questões como “se seria expectável haver essa relação” e “de que modo essa relação deverá ser conduzida”, sendo estas as questões que fundamentarão todo o processo adoptado na presente dissertação.

1.1.3 | FERRAMENTAS PARA A SUSTENTABILIDADE - AGENDA 21 LOCAL, AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA E INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Como já foi referido anteriormente, tanto a A21L como a AAE visam a promoção da sustentabilidade, pelo que constituem as duas principais ferramentas das autarquias para alcançá-la ao nível municipal. Mas, considerando que ambas contribuem para a sustentabilidade municipal, de que forma estão relacionadas? São processos complementares? Existe uma metodologia para a sua correcta articulação?

Não obstante de contribuírem para um fim comum – a sustentabilidade – a relação entre os dois processos é notória. Analisando a Figura 3 pode constatar-se que ambos os processos contribuem para a concertação de uma Estratégia Municipal. A A21L contribui directamente, sendo que o seu produto final é um Plano de Acção

que consubstancia a estratégia delineada para o município. A AAE contribui através do PDM, que representa a estratégia municipal reflectida no território; a AAE tem como papel garantir que essa estratégia foi baseada na análise de vários cenários, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

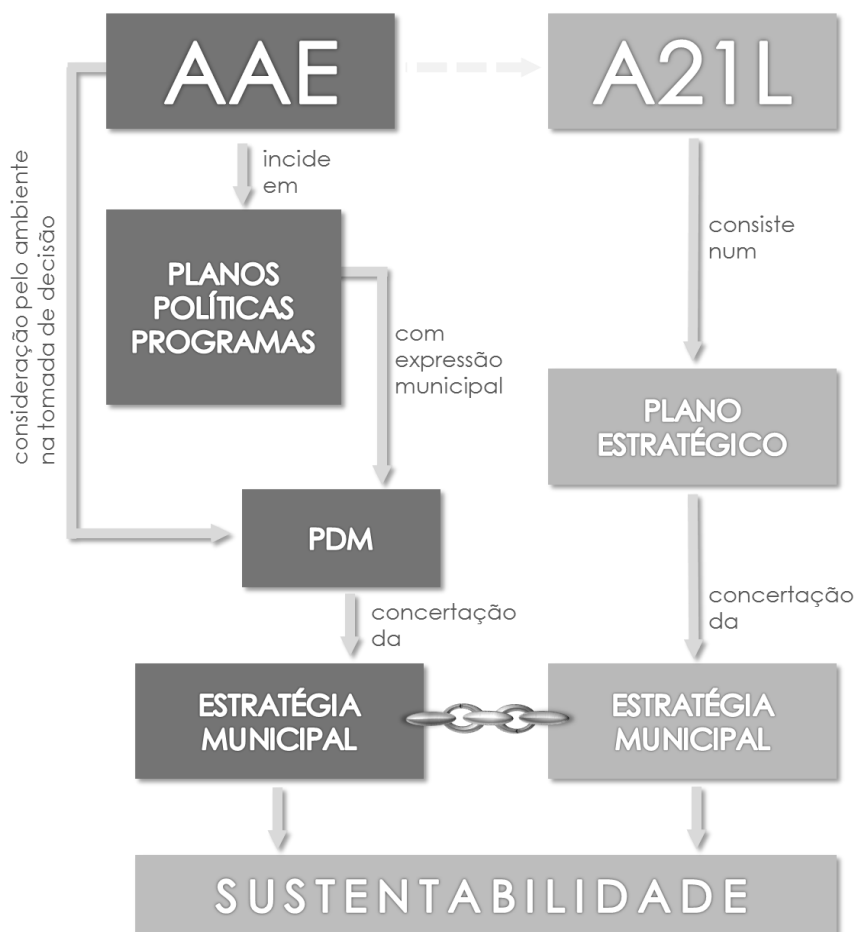


Figura 3 | Relação entre os processos A21L e AAE, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Por último, é de salientar o ponto de confluência entre o objecto da AAE e a própria natureza da A21L. Sendo a AAE um instrumento de avaliação de efeitos significativos no ambiente de planos e sendo a A21L um plano, poderia dizer-se que existe aqui uma relação entre os dois processos que seria de explorar. Contudo, e atendendo à metodologia específica de cada processo, talvez fosse redundante realizar a AAE de uma A21L, em vários sentidos:

- ambos possuem a fase de caracterização do concelho, sendo que esta é mais abrangente na A21L do que na AAE;
- a AAE pretende que o ambiente seja considerado na elaboração e tomada de decisão sobre um plano, componente essa já analisada na A21L;
- o principal motor da A21L é o envolvimento da comunidade, factor que se encontra apenas na última fase da AAE, pelo que a elaboração da A21L é baseada na visão da comunidade do seu município, enquanto que a AAE utiliza a participação pública como forma de validação.

Em relação à complementaridade, pode considerar-se que a elaboração de ambos os processos poderá ser bastante vantajosa para os municípios. Por um lado a A21L vai delinear uma estratégia económica, social e ambiental para o município, definindo acções com expressão territorial ou não. Neste sentido, a AAE garantirá que ao definir o modelo territorial, a componente ambiental, seja tida em consideração, sendo o papel do PDM, o de expressar territorialmente as orientações da A21L, complementando, deste modo, o processo.

A relação entre os processos de A21L e AAE é indiscutível, contudo, se os processos não forem conduzidos de forma a serem integrados e coerentes, para além de não serem aproveitadas as potencialidades das duas ferramentas, poder-se-á correr o risco de serem elaboradas estratégias que não se adequam ao concelho, ou seja, não reflectem a realidade concelhia.

1.2 | OBJECTIVOS

A presente dissertação tem como principal objectivo:

- Desenvolver uma proposta de metodologia de articulação entre a A21L e o processo de AAE
 - Acompanhamento do processo de elaboração da Agenda 21 Local de Ourique (A21L de Ourique);
 - Análise da situação actual dos processos de A21L e AAE em Portugal Continental.

Este objectivo permitirá responder às questões-chave que motivaram o desenvolvimento da presente dissertação – Considerando que a A21L e a AAE

contribuem para a sustentabilidade municipal, de que forma se relacionam? Existe complementaridade entre os dois processos? Existe uma metodologia para a sua correcta articulação?

Sendo uma estratégia municipal intimamente ligada a ambos os processos, é fortemente aconselhável, para o sucesso dessa estratégia, que estes processos se articulem.

Em resposta ao objectivo principal de desenvolvimento de uma proposta de metodologia de articulação entre a A21L e a AAE, foi realizada uma avaliação dessa articulação tendo como objecto municípios portugueses que estejam a executar ambos os processos. Para a selecção dos municípios a estudar foi efectuado um levantamento da situação actual nacional relativa aos dois processos. Após a selecção, foi avaliada a articulação da A21L e AAE para cada município, tendo sido analisado o seu desenvolvimento e relação. Esta informação constituiu a base para a formulação da metodologia proposta.

O contexto empresarial em que se realizou a dissertação permitiu um acompanhamento participado e contínuo do projecto "A21L de Ourique". Por sua vez, este acompanhamento contribuiu para o objectivo de propor uma metodologia de articulação entre a A21L e a AAE, podendo esta ser aplicada no caso concreto de

12 Ourique, como também em outros municípios que se encontrem a desenvolver um ou os dois processos.

1.3 | METODOLOGIA

A presente dissertação permitiu, por um lado, analisar a situação actual da A21L e da AAE da revisão de PDM em Portugal e, por outro, verificar se estas duas ferramentas têm sido usadas em simultâneo e, em caso afirmativo, como tem vindo a ser realizada a sua integração. Face aos objectivos subsidiários expostos anteriormente, a dissertação baseou-se na metodologia esquematizada na Figura 4.



Figura 4 | Abordagem metodológica do processo de investigação.

O fio condutor que fundamentou a metodologia de todas as tarefas foi a sustentabilidade municipal. A primeira tarefa correspondeu à caracterização da situação actual da A21L e da AAE da Revisão PDM, em termos de implementação nos municípios portugueses (a). Esta tarefa foi baseada na consulta de referências bibliográficas e de páginas de *internet* oficiais dos municípios e de entidades com actividade ligada à A21L.

Considerando os resultados da actividade anterior, foram escolhidos os municípios tendo por base dois critérios (possuir A21L com Plano de Acção publicado e AAE em fase de Relatório Ambiental ou finalizada) (b), com o intuito de permitir a análise da integração dos processos de A21L e AAE (c).

Em simultâneo foi desenvolvida a A21L de Ourique, o que envolveu o desenvolvimento de metodologia específica para o processo e elaboração de todas as suas componentes, num contexto empresarial (d). O acompanhamento deste processo permitiu adquirir conhecimento indispensável para se proceder à formulação de uma proposta de integração entre a AAE e a A21L.

Da execução das tarefas apresentadas anteriormente, constatou-se que não existe actualmente uma metodologia para a integração da A21L e da AAE, e que o desenvolvimento da mesma poderia contribuir para a melhoria da sustentabilidade municipal. Como tal, na presente dissertação foi desenvolvida uma base metodológica, que pode potencialmente vir a ser utilizada pelos municípios, nomeadamente pelo concelho de Ourique. Esta base permitirá realizar uma adequada integração das duas ferramentas para a sustentabilidade (e). Para a realização desta última tarefa foi criada uma metodologia específica, apresentada no capítulo respectivo.

II | **AGENDA 21 LOCAL DE OURIQUE COMO CASO DE ESTUDO**

2.1 | **Contexto e Objectivos**

Em 2010, o município de Ourique tomou a decisão de dar um novo rumo ao seu desenvolvimento, o rumo da sustentabilidade, através da elaboração da sua A21L.

O projecto “Agenda 21 Local de Ourique” obteve um co-financiamento do FEDER, através do QREN⁷ e do PO Inalentejo 2007-2013 – Contratualização AMBAAL.

No âmbito desta nova ferramenta municipal, cujo objectivo geral é a “elaboração de um Plano de Acção para a Sustentabilidade do concelho de Ourique”, foram planeadas várias actividades com os seguintes objectivos específicos:

- diagnosticar os problemas ambientais, sociais e económicos existentes;
- orientar e sensibilizar a população local para a satisfação das suas necessidades;
- garantir a manutenção das características ambientais e ecológicas próprias do concelho e promover a sua qualidade;
- integrar os objectivos da política ambiental com as políticas sociais e económicas, através de uma democracia participada;
- promover novas formas de envolvimento dos cidadãos; e
- definir prioridades e propor acções para melhorar os níveis de qualidade de vida e bem-estar.

Este processo foi liderado e coordenado pela Câmara Municipal de Ourique (CMO) sendo que a sua elaboração ficou ao cargo da EGA – *Environmental Governance Advisors*, Lda. - cuja actividade engloba as mais diversas áreas da consultoria ambiental - em colaboração com a AJS&A – António José Sá & Associados, Consultores em Planeamento, Marketing e Turismo, Lda.

⁷ Quadro de Referência Estratégico Nacional.

2.2 | Metodologia Adoptada

O desenvolvimento do processo da A21L de Ourique teve por base uma metodologia com uma componente muito forte de auscultação da comunidade ouriquense como forma de identificação dos principais problemas e prioridades do concelho (Figura 5). Da comunidade ouriquense, pressupunha-se a participação não só da população e do executivo, como também de todos os outros intervenientes enquanto representantes de entidades com actividade no concelho, sendo este o ponto crucial para o sucesso deste projecto.

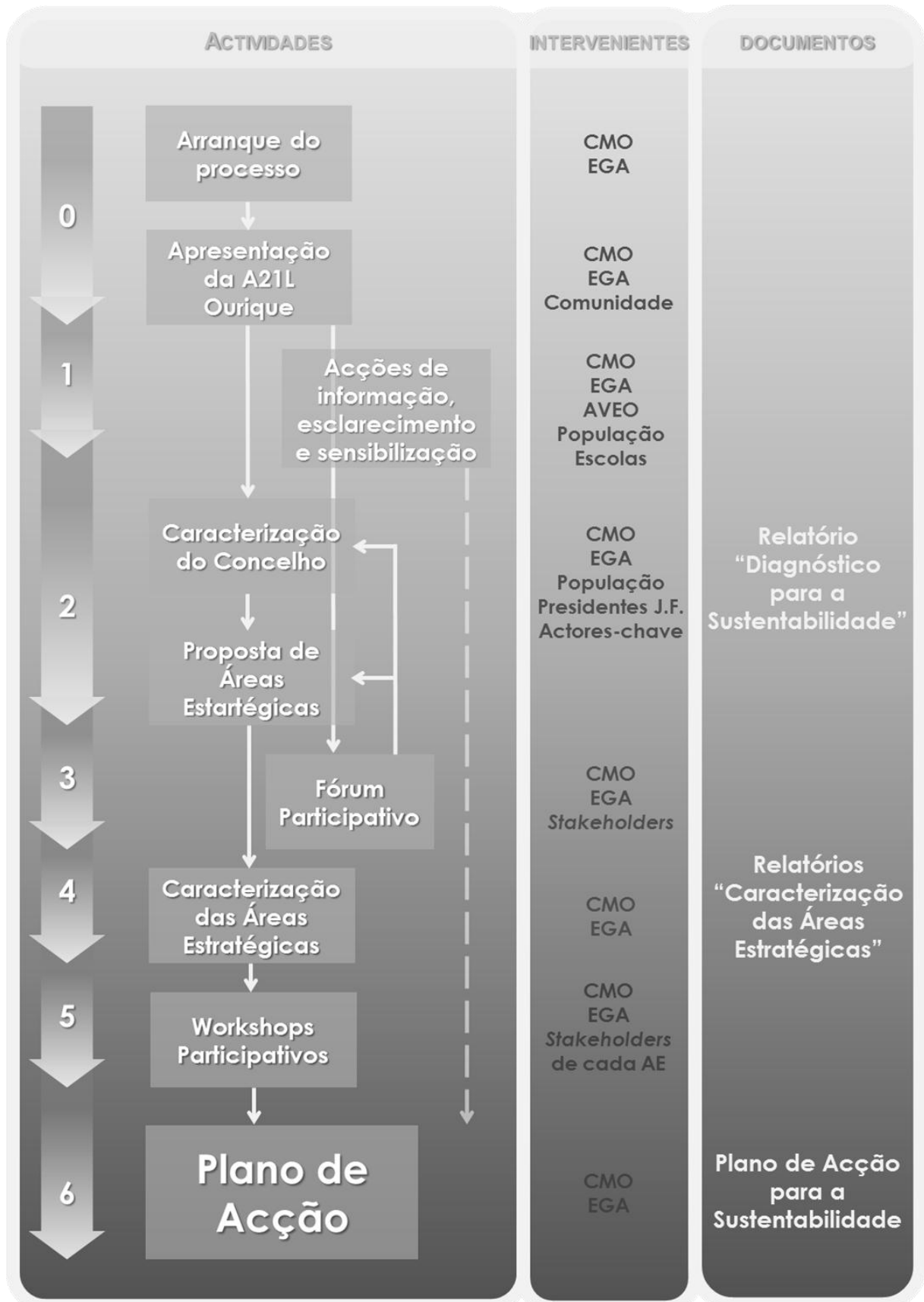


Figura 5 | Esquema metodológico, incluindo os intervenientes e *outputs* da A21L de Ourique.⁸

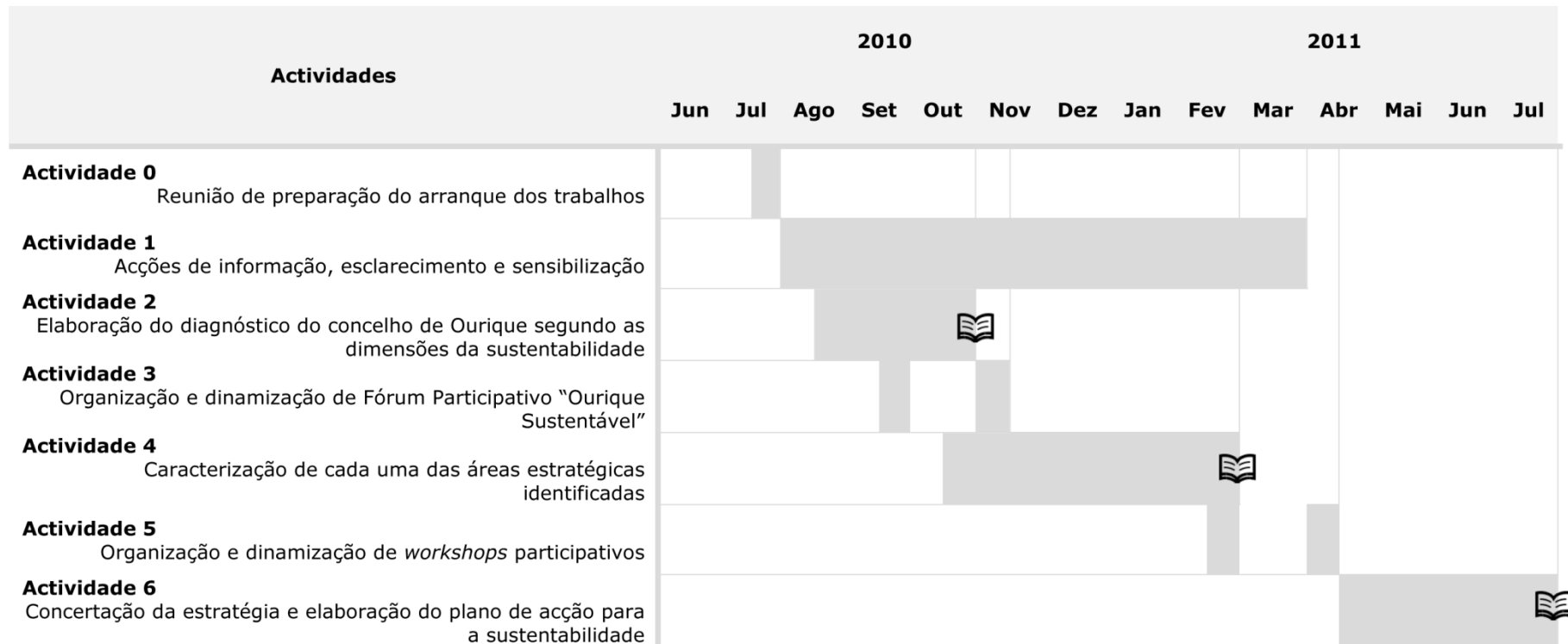
⁸ AVEO – Agrupamento Vertical de Escolas de Ourique

O processo teve início com uma reunião entre a CMO e as entidades executoras, com o intuito de preparar o arranque dos trabalhos a desenvolver. Contudo, foi com as actividades de **sensibilização e informação** que oficialmente se iniciou o processo. Ainda com o contributo de toda a comunidade, seguiu-se a **caracterização do concelho** segundo as vertentes da sustentabilidade: social, económica e ambiental, cujo produto final foi o relatório "**Diagnóstico para a Sustentabilidade**". Esta caracterização permitiu que se identificassem possíveis áreas de desenvolvimento para o concelho de Ourique, tendo sido propostas nesse mesmo relatório as designadas **áreas estratégicas** de desenvolvimento. Após a validação do documento pela CMO, e auscultação da população sobre o mesmo, seguiu-se a fase de **caracterização de cada uma das áreas estratégicas**, consubstanciada num documento, que foi novamente validado pela população. Com base em todas as actividades realizadas e informação recolhida, seguiu-se a última fase deste processo, o **Plano de Acção**. Neste relatório – ainda em curso - irão constar acções e intervenções específicas para cada área estratégica, com a finalidade de estabelecer *à priori* o rumo que Ourique deverá seguir para promover o seu desenvolvimento sustentável.

Estava previsto a A21L de Ourique decorrer durante 13 meses, tendo tido início em Junho de 2010 e estar concluída em Julho de 2011, de acordo com o que se encontra esquematizado no cronograma (Quadro 1). No entanto, tal não foi possível encontrando-se em fase de conclusão com a elaboração do Plano de Acção.

Nos subcapítulos seguintes, irão ser descritas, mais pormenorizadamente, cada uma das fases do processo.

Quadro 1 | Cronograma das actividades a desenvolver no âmbito da Agenda 21 Local de Ourique.



2.2.1 | INÍCIO DO PROCESSO

Para dar início aos trabalhos, realizou-se uma primeira reunião entre a equipa da CMO e a equipa da EGA com o intuito de orientar/preparar as primeiras actividades que iriam decorrer e trocar informações relevantes para o desenvolvimento do processo.

Em relação à “imagem” que representaria o projecto, foi criada nesta fase um logótipo (Figura 6) que se apresentou em todas as iniciativas e documentos produzidos no âmbito da A21L de Ourique.



Figura 6 | Logótipo da A21L de Ourique.

Nesta fase foi realizada uma sessão pública para divulgação, apresentação e esclarecimento sobre a A21L de Ourique, tendo sido abordados temas como a apresentação da equipa executora, fases do processo, processo de participação, objectivos da A21L, entre outros. Este momento marcou oficialmente, o início dos trabalhos da A21L de Ourique.

2.2.2 | INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Sendo a sensibilização da comunidade a base para uma eficaz implementação do processo, a primeira actividade a ser estruturada e desenvolvida foi a Actividade 1 – Acções de informação, esclarecimento e sensibilização. No âmbito desta actividade foram realizadas as seguintes tipologias de acção:

- Brochura divulgativa – Documento composto por informações gerais e específicas sobre o projecto, apelo à participação, actividades lúdicas relacionadas com a sustentabilidade e um pequeno questionário, que foi distribuído pela população;
- Página de Internet – Local que permitiu o acesso a toda a informação sobre o projecto e as actividades executadas e previstas e, em específico, a todos os documentos do projecto (<http://agenda21-ourique.com>). Foi também criado um contacto electrónico para o envio de comentários, sugestões e pedidos de informação (agenda21-ourique@cmourique.pt).
- Sessões de informação e esclarecimento nas freguesias de Ourique - Estas acções de informação tiveram como objectivo divulgar o projecto no seu todo, assim como quais os conceitos e finalidades que lhe estão subjacentes. Estas sessões foram dirigidas à população em geral e entidades locais, tendo-se realizado em entre Fevereiro e Março de 2011. Consistiram em dois momentos distintos em que, numa primeira fase, foi apresentado o progresso da A21L de Ourique através de uma exposição oral e, numa segunda fase, os participantes foram levados a contribuir com a sua opinião relativamente aos problemas do concelho, aspectos que necessitam de ser melhorados e as potenciais vias de desenvolvimento do concelho. Os resultados e o número de participantes presentes nestas acções podem ser consultados no Anexo II;
- Actividades de educação e sensibilização ambiental e cívica em escolas, com objectivo de sensibilizar crianças, jovens e população em geral, para assumirem um papel pró-activo na assunção da sustentabilidade concelhia. Foi desenvolvido, para o efeito, um plano de trabalho com diferentes actividades, para diferentes públicos-alvo e com incidência em temas estruturantes como: Política dos 4R's, Reciclagem, Preservação e Conservação da Biodiversidade, Cidadania, Actividades económicas, entre outros. Estas acções consistiram em 3 tipologias diferentes: formação de um clube escolar, realização de um debate juvenil e actividades pedagógicas. O Clube Agenda 21 Local foi criado e coordenado pelo Agrupamento Vertical de Escolas de Ourique com o intuito de promover várias actividades inseridas no programa curricular. O Fórum Juvenil teve lugar em Ourique e teve em vista

promover o debate entre os jovens e a autarquia sobre o futuro do concelho e o seu papel no mesmo. As actividades pedagógicas realizaram-se em todas as escolas do concelho e pretenderam levar a A21L de Ourique e, toda a sua simbologia inerente, aos alunos do concelho, sob a forma de actividades com carácter lúdico e educativo. No Anexo III podem ser consultadas as actividades realizadas e os respectivos números de participantes.

2.2.3 | OURIQUE E A SUSTENTABILIDADE

Diagnóstico para a Sustentabilidade

Para se definir uma estratégia para o concelho de Ourique, foi necessário um aprofundado conhecimento sobre as suas características, dinâmicas e realidades. Este estudo ganhou forma num documento designado “Diagnóstico para a Sustentabilidade” e consistiu na caracterização do estado do concelho segundo as dimensões da sustentabilidade, para que ponderadamente se identificassem as áreas estratégicas onde a intervenção fosse prioritária.

O trabalho executado no âmbito deste diagnóstico dividiu-se em quatro fases distintas:

- a** recolha, análise e compilação da informação, com base numa análise bibliográfica e estatística exaustiva das várias dimensões da sustentabilidade (socioeconómica, ambiental, cultural, etc.);
- b** elaboração e aplicação de entrevistas a actores-chave;
- c** elaboração e aplicação de questionário à população;
- d** análise SWOT do Território.

A primeira fase de trabalho, baseada em bibliografia sobre o concelho, teve como fontes de informação estudos estatísticos de entidades oficiais, estudos/projectos desenvolvidos pela CMO, incluindo material informativo sobre o concelho.

Numa segunda fase, a comunidade ouriquense foi “chamada” novamente a participar sob a forma de resposta a questionários e entrevistas. Enquanto os questionários foram direccionados a toda a população, tendo sido escolhida uma amostra representativa da população residente no concelho, as entrevistas foram direccionadas para actores-chave, nomeadamente presidentes das Juntas de Freguesia, associações e empresas com actividade no concelho.

Em relação aos questionários, estes foram aplicados a 3% da população, sendo que foi feita a ponderação segundo 3 parâmetros: freguesia, género e idade (Quadro 2).

Quadro 2 | Distribuição dos questionários a aplicar por freguesia e idade.

Freguesia	18-24	Idade 25-65	+65
Conceição	1	2	1
Garvão	2	13	7
Ourique	8	47	24
Panóias	2	9	5
Santa Luzia	1	6	3
Santana da Serra	3	18	9
Total 163 questionários			

Através dos questionários, pretendeu-se apurar a percepção da população sobre o seu concelho, em particular os temas mais problemáticos, as potencialidades, as principais actividades económicas e as intervenções que consideram prioritárias.

As entrevistas aos presidentes das Juntas de Freguesia e aos actores-chave seguiram um guião em que as questões eram de igual natureza para ambos os *stakeholders*, contudo, pretendiam aferir os diferentes pontos de vista.

23

Em relação à análise SWOT, esta resultou de toda a pesquisa feita anteriormente e permitiu lançar uma proposta de Áreas Estratégicas (AE) que se demonstraram prioritárias nesta caracterização do concelho, sendo estas:

- Energias Alternativas;
- Turismo;
- Identidade Cultural;
- Produtos Tradicionais e de Agricultura Biológica;
- Localização Geográfica; e
- Formação Profissional.

Fórum Participativo

Um dos primeiros passos tomados logo após à reunião de arranque da A21L de Ourique foi a apresentação do projecto a toda a comunidade e a criação de um grupo de *stakeholders* com um papel participativo mais activo do que a restante comunidade. Este grupo foi designado por “Fórum Participativo” e dele fizeram parte representantes de associações locais e/ou com actividade no concelho. O Fórum teve como papel a análise conjunta do Relatório Diagnóstico para a Sustentabilidade, a definição/validação das áreas estratégicas e, posteriormente, a análise do Plano de Acção. Fizeram parte deste fórum seis *stakeholders* concelhios, sendo que todas as dinâmicas desenvolvidas tiveram por base metodologias participativas e trabalho em grupo.

Caracterização das Áreas Estratégicas

Identificadas e validadas as áreas que iriam ditar o futuro desenvolvimento do concelho de Ourique, estas foram analisadas de forma aprofundada. A recolha, análise e compilação da informação que sustentou a análise foi baseada em fontes bibliográficas e estatísticas, relativas a estas seis áreas identificadas. Posteriormente à caracterização de cada área, procedeu-se a uma análise SWOT, desta vez, para cada uma das áreas estratégicas. Desta análise puderam identificar-se as potencialidades que poderiam ser aproveitadas e os problemas que poderiam ser resolvidos em cada uma das áreas. Desta actividade resultaram seis relatórios de “Caracterização das Áreas Estratégicas” (um para cada área) e um Relatório Síntese.

Foi ainda analisada a conectividade entre as seis AE. Essa análise demonstrou que todas as AE se relacionavam e/ou complementavam. Através do gráfico seguinte podemos observar a relação entre áreas estratégicas em termos de *inputs* (n.º de AE que afectam a AE em análise) e *outputs* (n.º de AE afectadas pela AE em análise). Pela sua análise, identificamos a AE “Formação Profissional” como sendo a que mais relações apresenta com as restantes AE, podendo traduzir-se numa AE do tipo base, que sustenta e é afectada por todas as outras AE (

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

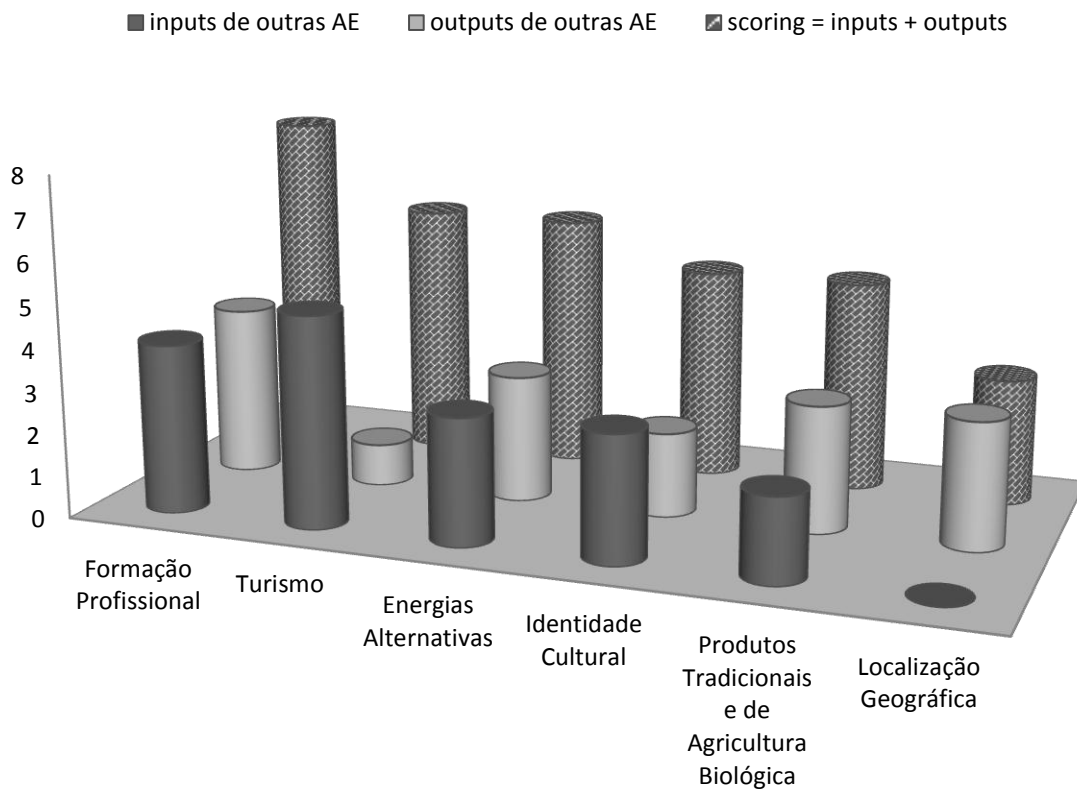


Gráfico 1).

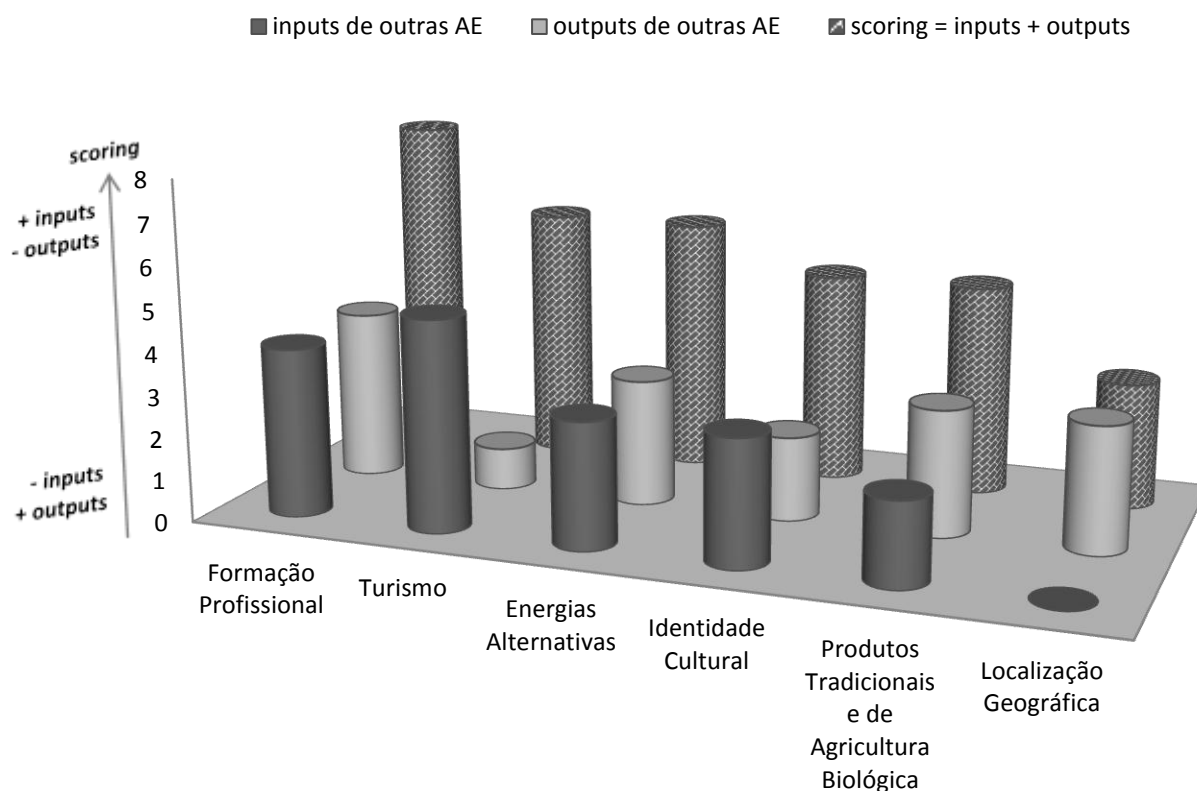


Gráfico 1 | Relação entre as AE em termos de inputs e outputs.

2.2.4 | DA ESTRATÉGIA À ACÇÃO

26 **Workshops Participativos**

A realização dos *workshops* participativos foi estruturada de acordo com cada área estratégica. Foram realizados três *workshops*, cada um integrando duas áreas estratégicas, e uma sessão plenária. Participaram nestas acções *stakeholders* concelhios com actividades relacionadas com as áreas estratégicas. Nestes encontros procurou-se, por um lado, que os relatórios de caracterização das áreas estratégicas fossem analisados e, por outro, que começassem a ser discutidas as acções/intervenções que viriam a constituir o Plano de Acção.

Plano de Acção

Actualmente o Plano de Acção encontra-se em fase de desenvolvimento, pelo que será somente apresentado o procedimento geral desta fase. Contudo, a base que fundamentará e conduzirá à formulação das acções e intervenções específicas neste

plano surgiu naturalmente, aquando da elaboração da caracterização de cada uma das AE.

Apesar da A21L de Ourique se apresentar na forma de seis AE distintas, estas não são justificáveis por si só, sendo que dentro de cada uma, existem nichos de desenvolvimento que exigem acções concretas.

Em relação à AE “Energias Alternativas” está previsto ser necessário um esforço no sentido de se identificar o potencial energético, nomeadamente solar, biomassa e eólico, existente no concelho. Deste modo, Ourique garantirá que as áreas do território identificadas se mantêm disponíveis para esse tipo de exploração.

Outro nicho económico a desenvolver é o turismo. A AE “Turismo” pressupõe o desenvolvimento do sector numa perspectiva que se adequa à procura existente e à oferta real, que no caso de Ourique, é o seu carácter rural. Para que seja possível a implementação deste modelo, é necessário que o mesmo seja reflectido em termos de ordenamento.

A AE “Localização Geográfica” surgiu pela necessidade de criação de áreas destinadas ao sector industrial. Deste modo, prevê-se como imprescindível a criação de zonas destinadas a este sector, podendo passar pela implantação de uma unidade logística e industrial multifuncional.

Por outro lado, os principais produtos que Ourique tem para oferecer são, na sua maioria, produtos alimentares de produção tradicional. Numa tentativa de potenciar e otimizar a comercialização dos mesmos é relevante que, para a AE “Produtos Tradicionais e de Agricultura Biológica”, se identifiquem inicialmente as áreas com maior potencial para as actividades agro-pecuária e florestal.

Como já foi referido anteriormente, a AE “Formação Profissional” assume o papel de base para todas as restantes AE. A sua relação com as outras AE traduz-se num ciclo em que, por um lado, a AE “Formação Profissional” contribui com a qualificação da mão-de-obra necessária para o desenvolvimento das restantes AE e, por outro lado, sejam identificadas as necessidades em termos de mão-de-obra qualificada no contexto das outras AE.

Em relação à AE “Identidade Cultural”, a sua orientação interventiva será semelhante à AE “Produtos Tradicionais e de Agricultura Biológica”, contudo direccionada para o potencial do património concelhio.

2.3 | PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

A A21L vem reforçar o conceito de participação pública em processos de tomada de decisão, nomeadamente na sua vertente de informação e responsabilidade partilhada.

O grande produto de todas as A21L, e desta em particular, é uma estratégia de desenvolvimento económico e social com respeito pelo ambiente, representada por acções e intervenções específicas que a operacionalizam.

Numa breve análise, e procurando responder ao objectivo da presente dissertação, pode verificar-se uma forte componente territorial em cinco das seis AE. Este facto é um indicador relevante de que esta estratégia está estritamente relacionada com a estratégia territorial definida para o concelho através do Plano Director Municipal.

No caso particular de Ourique, o seu PDM encontra-se, neste momento, no início da sua revisão, pelo que a A21L foi pensada e elaborada partindo do princípio que existe a possibilidade de adequação do PDM à sua estratégia. Seguem-se alguns exemplos de acções de carácter territorial:

- Energias Alternativas: identificação das áreas com potencial energético (exploração de fontes renováveis);
- Turismo: definição de Zonas de desenvolvimento Turístico, criação de Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT);
- Localização Geográfica: identificação de área para implantação de plataforma multifuncional industrial e logística;
- Produtos Tradicionais e de Agricultura Biológica: definição de áreas com potencial para actividades agro-pecuárias e florestais;
- Formação profissional: consideração na Carta Educativa da formação profissional de acordo com a procura/oferta existente.⁹

⁹ “A Carta Educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja

No capítulo seguinte, será explorado o estado de implementação da A21L e da AAE em Portugal. Para além de fornecer uma visão global dos processos, fornece os elementos necessários para a escolha dos casos de estudo que serão alvo de análise no Capítulo V.

III | SITUAÇÃO ACTUAL DA A21L E DA AAE EM PORTUGAL

3.1 | ESTADO DA ARTE DA A21L

O facto de, estruturalmente, os municípios se encontrarem fragmentados em diferentes departamentos constitui um problema para os municípios no sentido de ser um factor determinante para o desenvolvimento de qualquer iniciativa política (Carter *et al.*, 2000).

Outra dificuldade sentida pelos municípios portugueses na elaboração de políticas, consiste na falta de experiência da sua elaboração. Sendo que, quando estas são elaboradas, resultam de pressões externas e não da percepção interna da necessidade dessa política, estratégia ou plano (Carter *et al.*, 2000).

Esta falta de iniciativa conjugada com um fraco incentivo do governo central levou a que somente no século XXI, a implementação de A21L começasse a ter expressão, devido principalmente a campanhas nacionais de promoção deste processo. Contudo, tanto o Plano Nacional de Política de Ambiente, como os programas anuais do governo e a principal legislação ao nível do Ordenamento do Território e Urbanização, não referiam/incentivavam a implementação de processos de A21L (Fidélis e Pires, 2009).

30 Tanto ao nível internacional como nacional, têm sido realizados estudos sobre o estado de implementação da A21L nos municípios portugueses. Como é possível verificar no Quadro 3, a implementação encontra-se muito atrasada quando comparada com outros países europeus. Apenas a partir de 2002 se começou a expressar a implementação desta ferramenta, contudo, mesmo actualmente, mais de metade dos municípios portugueses não se encontra a desenvolver a sua A21L.

Quadro 3 | Evolução da implementação de A21L em 12 países europeus e em Portugal (Adaptado de Lafferty, 2001 e Schmidt e Guerra, 2007).

% municípios com A21L ou processo semelhante	Data do início de implementação activa da A21L* (1992-1999)			Situação em Portugal – Número de municípios com A21L em curso (1997-2011)						
				Carter et al., 2001***	Schmidt et al., 2005***	ICLEI, 2002	Quaresma, 2009; Sousa, 2009***	Agenda 21 Local Portugal****	Dados actuais***	
				1997	2001	2002	2009		2011	
> 60%	Suécia	Dinamarca								
20% - 60%	Reino Unido Holanda	Finlândia Noruega					95 34,2%	120 38,9%	136 48,9%	
< 20%		Áustria Alemanha	França Itália Espanha Irlanda							
< 10%				0 (4)** 0% (1,4%)	13 4,6%	27 8,7%				

* Estudo realizado para 12 países europeus (Lafferty, 2001).

** Oficialmente, nenhum processo de A21L estava a ser desenvolvido no momento, contudo 4 municípios encontravam-se a desenvolver projectos similares.

*** Dados para Portugal continental.

**** Dados retirados da página de internet oficial da Agenda 21 Local em Portugal

(http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=16&Itemid=36)

Actualmente, o número de A21L atingiu os 136¹⁰ em 278 municípios, o que denota uma tendência positiva da sua implementação em Portugal (Figura 7 e Anexo IV). Na contabilização destes processos não foram tidos em consideração Planos Municipais de Ambiente ou planos análogos a estes, visto só abrangerem uma das três vertentes do desenvolvimento sustentável – ambiente. Foram contabilizados 4 PDE (Almeida, Loulé, Ponte da Barca e Sintra), por terem sido considerados análogos ao processo da A21L em relação à metodologia e abrangência do estudo.

¹⁰ Dados obtidos pela autora no âmbito da presente dissertação, correspondentes ao período de Setembro de 2010 a Julho de 2011. Estes dados são o resultado de uma pesquisa em bibliografia e em páginas de internet oficiais dos municípios e entidades com actividade ligada à A21L.

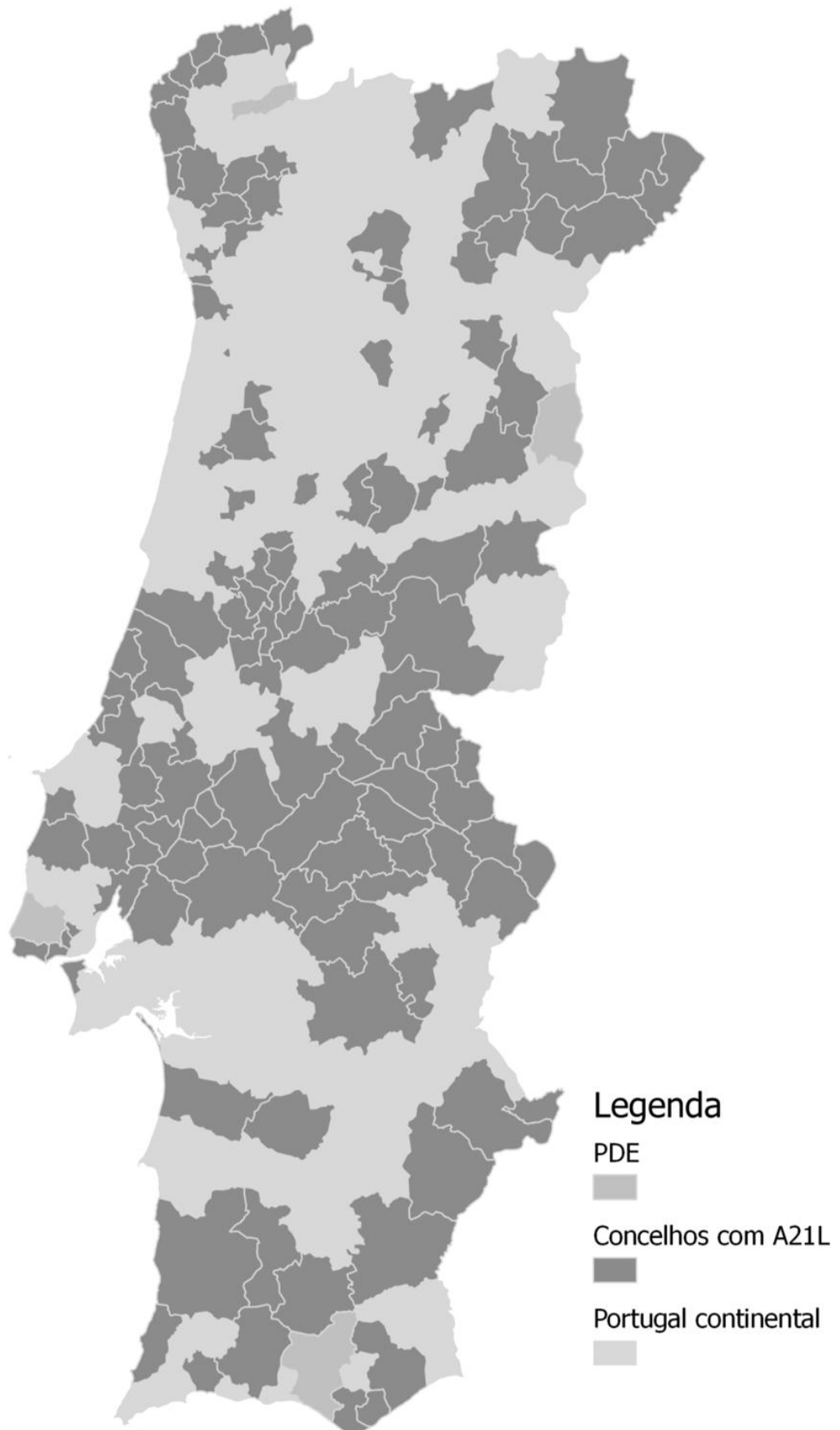


Figura 7| Concelhos com A21L ou PDE em Portugal Continental.

3.2 | ESTADO DA ARTE DA AAE

Este subcapítulo pretende explorar a situação actual da AAE ao nível da revisão dos PDM nacionais.

Relembrando o ano de 1977, surge neste a primeira referência legal aos PDM com a Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro, seguindo-se então o início da elaboração dos primeiros PDM¹¹. Apesar desta referência em 1977 e da legislação sobre PDM que surgiu em 1982, é possível verificar, no Quadro 4, que apenas nos anos de 1994 e 1995 ocorre um aumento significativo de ratificações de PDM. Sendo o período de revisão de dez anos após a publicação do PDM em Diário da República (DR), seria expectável que, em 2005, pelo menos 81,3% dos municípios (226 processos) se encontrasse a realizar a revisão do seu PDM.

Quadro 4 | Situação dos Planos Directores Municipais de 1989 a 2001 (Fonte: DGAL, 2001; DGAL, 2005 e Santos, 2002)

	Anos												
	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	00	01
Processos ratificados	4	--	2	2	30	85	103	9	22	5	10	6	1
Total de processos a decorrer	122	164	275	275	275	275	275	275	275	278	278	278	278

34 Contudo, ao analisar a Figura 8, verifica-se que existem apenas 17 PDM que foram revistos antes de 2007, ou seja, a sua revisão não contemplou o processo de AAE visto a legislação que obriga a realização deste processo, foi publicada nesse ano.

No total, decorrem actualmente 208 processos de revisão de PDM e consequentemente, também de AAE sendo que, desde a entrada em vigor da legislação de AEE, foram publicados 20 PDM revistos. Em relação aos municípios que ainda não iniciaram a revisão do seu PDM, estes representam 11,9% (33) dos municípios de Portugal Continental (Anexo IV). A informação apresentada foi baseada em informação proveniente das cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Urbano (CCDR), contacto directo com alguns municípios e consulta das páginas de *internet* oficiais dos municípios portugueses.

¹¹ Os primeiros planos elaborados/ratificados até 1989 foram: Évora (1985), Oliveira do Bairro (1986), Mora (1987) e Ponte de Sôr (1989).

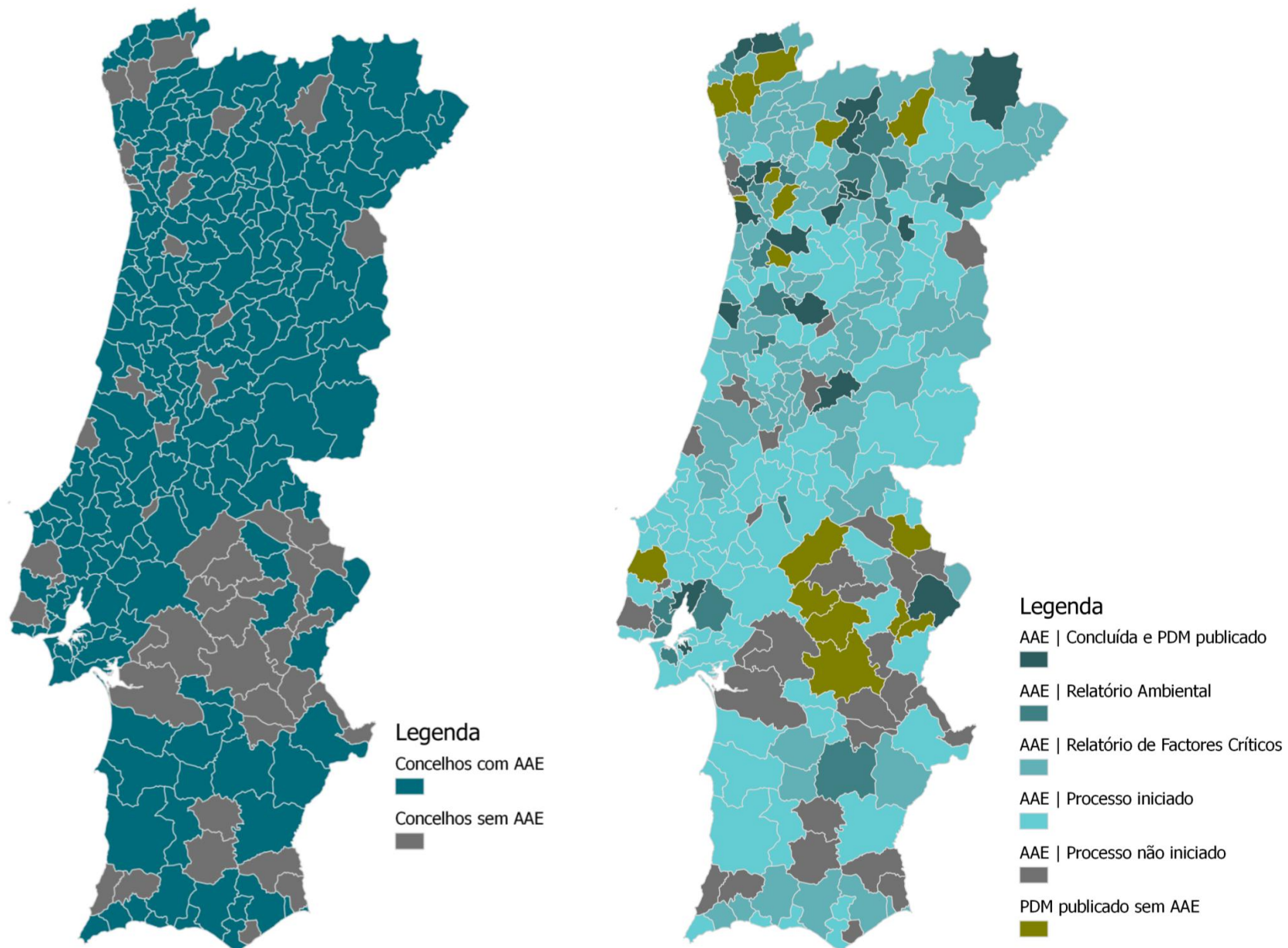


Figura 8 | Estado dos processos de AAE em Portugal continental (à esquerda) por fases (à direita)

A exploração da situação actual de ambos os processos vem, por um lado, permitir perceber como tem evoluído a sua implementação e, por outro, fornecer os dados necessários à escolha dos casos de estudo que permitirão responder ao objectivo central da presente dissertação.

Segue-se, no capítulo seguinte, a apresentação da análise e respectivos resultados da articulação entre a A21L e a AAE.

IV | AVALIAÇÃO DA ARTICULAÇÃO ENTRE A A21L E A AAE DA REVISÃO DE PDM – ANÁLISE DE CASOS DE ESTUDO

Como foi referido anteriormente, quando devidamente articulados e coerentes, os processos de A21L e AAE podem apresentar-se como fortes ferramentas para alcançar a sustentabilidade ao nível municipal.

Para explorar a existência e a forma de conduzir essa articulação, são analisados no presente capítulo, quatro casos de estudo respeitantes a municípios portugueses. A avaliação dessa articulação permitirá desenvolver uma proposta de metodologia de articulação dos dois processos, a ser implementadas pelos municípios que se encontrem a realizá-los, nomeadamente no concelho de Ourique.

A selecção dos casos de estudo incidiu sobre a informação obtida no capítulo III, onde se explorou o estado da arte para ambos os processos.¹²

A selecção baseou-se em dois critérios fundamentais para a análise:

- município com AAE da Revisão do PDM em fase de Relatório Ambiental ou AAE concluída com PDM revisto publicado; e
- município com A21L em implementação, ou seja, com o Plano de Acção concluído e respectivo documento disponível.

Cruzando os dois critérios acima definidos obteve-se o mapa que se apresenta na Figura 9.

¹² Dados obtidos pela autora no âmbito da presente dissertação, correspondentes ao período de Setembro de 2010 a Julho de 2011. Estes dados são o resultado de uma pesquisa em bibliografia e em páginas de internet oficiais dos municípios e entidades com actividade ligada à A21L.

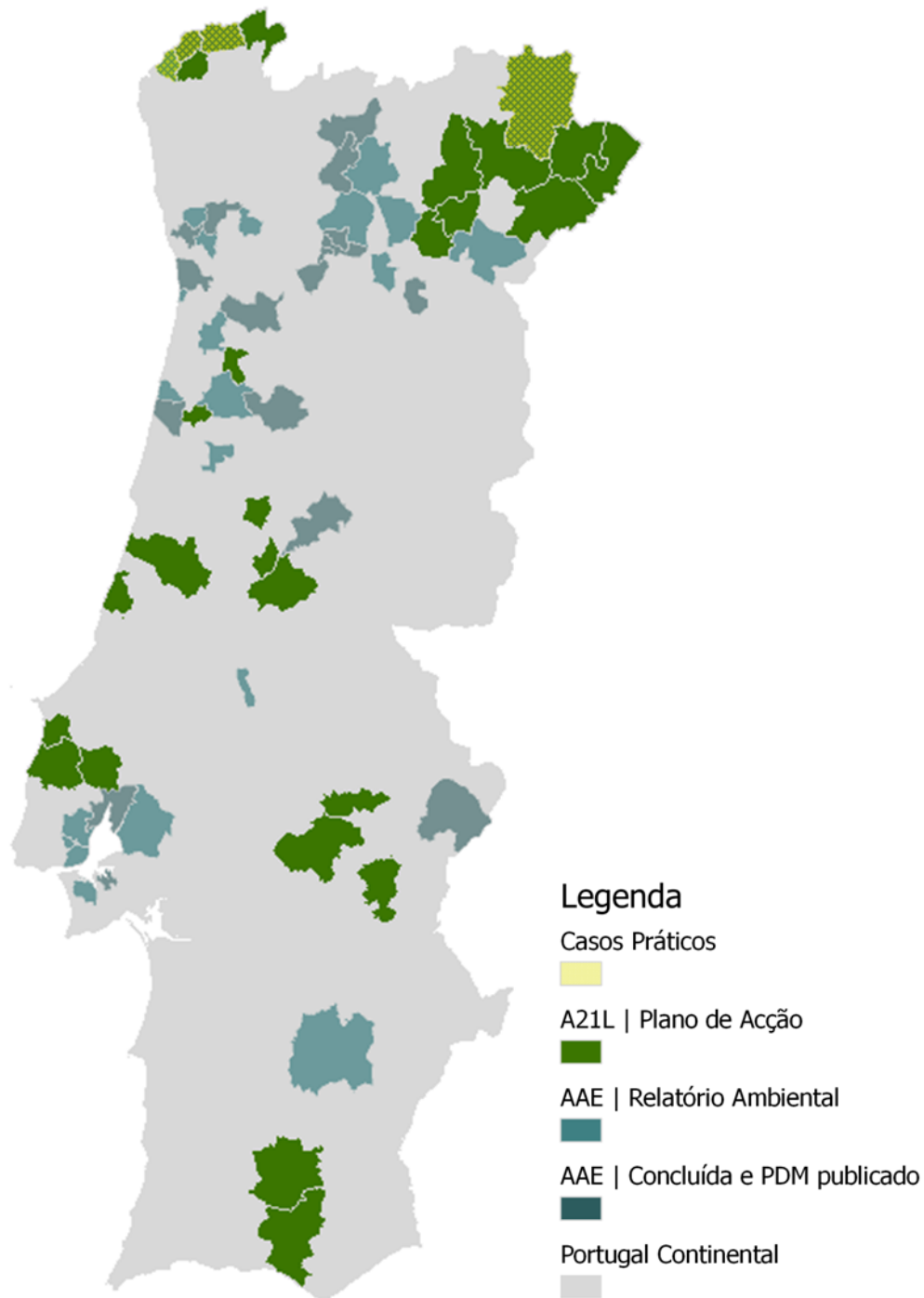


Figura 9 | Mapa com selecção dos municípios com Plano de Acção e Relatório ambiental ou AAE concluída, com indicação dos municípios escolhidos (ponteado amarelo).

Pela análise dos resultados apresentados no mapa anterior verifica-se que apenas 4 dos 278 municípios existentes em Portugal Continental reúnem as condições necessárias para a realização da análise da articulação (integração e concordância) entre a A21L e a AAE da Revisão do PDM, sendo estes:

- Bragança;
- Monção;
- Valença; e
- Vila Nova de Cerveira.

A metodologia de análise da articulação da A21L com a AAE da Revisão do PDM e com o próprio PDM (com AAE) baseou-se na avaliação da coerência entre as orientações estratégicas definidas pelas três ferramentas municipais, tendo por base a análise de documentos dos diferentes instrumentos:

- A21L – Plano de Acção;
- AAE – Relatório Ambiental; e
- PDM – Regulamento e Relatório Ambiental.

Esta análise consiste na avaliação da articulação da A21L, através das Áreas Estratégicas (AE) definidas no Plano de Acção com a AAE, através dos FCD e QRE. A análise incide nas AE pois são estas que representam os pontos críticos do desenvolvimento do concelho. Por outro lado, na AAE o foco é realizado nos FCD, visto serem estes os temas fundamentais e devido à sua natureza estratégica.

Seguiu-se uma análise da articulação da A21L com o PDM revisto (com AAE), através das suas Opções Estratégicas (OE). Esta análise permitiu avaliar a articulação da A21L com o instrumento e suas orientações territoriais. Estas duas análises permitirão explorar a coerência entre os três instrumentos, incidindo mais especificamente na A21L.

Para cada município foi efectuado o enquadramento cronológico dos processos (A21L, AAE e PDM) de modo a verificar a inclusão da A21L no QRE (caso o Plano de

Acção seja anterior à AAE e, conseqüentemente, ao PDM) visto este indicar planos e programas com os quais o objecto de avaliação da AAE se deve compatibilizar.

Segue-se a representação da coerência através de uma matriz de avaliação (adaptada de OA, 1996), para a qual foram criadas duas escalas:

- 1 Escala quantitativa: *scoring* que varia entre -1 (discordantes), 0 (sem relação) e +1 (concordantes); e
- 2 Escala qualitativa: três graus de concordância/relação – elevada, moderada e fraca.¹³

A escala qualitativa deve ser considerada uma escala directa, sendo a escala qualitativa indirecta pois se uma relação for classificada como fraca, não significa que seja discordante na sua maioria, podendo ter maioritariamente ausências de relação. Por este motivo esta escala é utilizada para facilitar a leitura mas não dispensa da correcta contextualização com a escala quantitativa.

As matrizes apresentadas, são matrizes resumo com a qualificação das AE da A21L, nas linhas, e dos FCD, no caso da AAE, e as OE, no caso do PDM, nas colunas. As matrizes integrais com o *scoring* das acções para cada AE, podem ser consultadas no Anexo V.

40 A avaliação é feita por AE/Acções para todos os FCD/OE e, dependendo da sua integração, será atribuído um valor da escala quantitativa. Posteriormente, é realizada a análise da concordância de cada um dos FCD/OE com todas as AE/Acções, resultando numa igual classificação quantitativa.

Nas linhas e na última coluna, encontram-se os somatórios do *scoring* relativo a todas as acções de determinada AE.

Na célula do canto inferior direito encontra-se a apreciação global da integração dos processos cujo sombreado varia de acordo com a classificação qualitativa.

¹³ Cada grau de concordância tem igual peso, pelo que a classificação qualitativa obtém-se pela divisão do somatório pelo valor 3 (número de graus), sendo que se:

- $\Sigma/3 < 1/3 \rightarrow$ classificação fraca;
- $1/3 < \Sigma/3 < 2/3 \rightarrow$ classificação moderada;
- $\Sigma/3 > 2/3 \rightarrow$ classificação elevada.

4.1 | ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO

4.1.1 | BRAGANÇA

Em termos cronológicos, o primeiro documento a ser publicado foi o Plano de Acção da A21L em Maio de 2008. A revisão do PDM decorreu entre 2001 e 2010, sendo que o relatório ambiental foi desenvolvido entre Abril de 2008 e Janeiro de 2009. A aprovação da revisão do PDM foi publicada em Diário da República, pelo Aviso n.º 12248-A/2010, de 18 de Junho.

Em relação ao QRE da AAE, a A21L de Bragança constitui um dos documentos estratégicos e operativos a considerar na AAE.

Seguem-se as análises da articulação da A21L com a AAE (Quadro 5) e da A21L com o PDM (Quadro 6).

Quadro 5 | Matriz de avaliação de integração/concordância entre os processos de A21L e AAE para o concelho de Bragança.

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE BRAGANÇA					
AAE (FCD)¹⁴ A21L (AE/Acções)¹⁵	Uso do Solo e Ordenamento do Território¹⁶	Recursos Naturais e Património¹⁷	Biodiversidade¹⁸	Competitividade territorial¹⁹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
COMPACTAÇÃO DO TERRITÓRIO	2	1	1	3	7/12
COMPLEXIDADE DO TERRITÓRIO	9	12	7	12	40/60
EFICIÊNCIA DO METABOLISMO URBANO	3	3	1	2	9/20
ESTABILIDADE E COESÃO SOCIAL	1	1	1	2	5/8

¹⁴ Análise realizada tendo por base os Factores Críticos da Decisão (FCD) definidos no Relatório Ambiental.

¹⁵ Análise realizada tendo por base as Áreas Estratégicas e respectivas Fichas de Acção, definidas no Plano de Acção.

¹⁶ Domínios do FCD "Uso do Solo e Ordenamento do Território": Compatibilidade de usos do solo; qualificação do solo; RAN e REN.

¹⁷ Domínios do FCD "Recursos Naturais e Património": recursos hídricos; recursos geológicos; património; riscos ambientais.

¹⁸ Domínios do FCD "Biodiversidade": conservação da natureza; paisagem; floresta.

¹⁹ Domínios do FCD "Competitividade Territorial": população e condições de vida; actividades económicas e estratégias de desenvolvimento; mobilidade e acessibilidade.

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE BRAGANÇA					
A21L (AE/Ações) ¹⁵	AAE (FCD) ¹⁴				Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
	Uso do Solo e Ordenamento do Território ¹⁶	Recursos Naturais e Património ¹⁷	Biodiversidade ¹⁸	Competitividade territorial ¹⁹	
Σ/Σ_{total} (grau de concordância com a A21L)	15/25	17/25	10/25	19/25	61/74
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 20%; background-color: #cccccc; padding: 5px;">Frac concordância/integração</div> <div style="width: 20%; background-color: #e0e0e0; padding: 5px;">Moderada concordância/integração</div> <div style="width: 20%; background-color: #f0f0f0; padding: 5px;">Elevada concordância/integração</div> </div>					

▫ Compactação do Território

Esta AE assume duas vertentes distintas: os núcleos urbanos e os transportes/mobilidade, sendo que a sua integração nos FCD foi classificada como moderada.

A questão com mais relevância e que permitiu esta classificação, é o facto dos transportes e da rede viária serem considerados apenas num dos quatros FCD, contudo, a intenção de fomentar os núcleos urbanos apresenta-se em todos eles.

▫ Complexidade do Território

A complexidade prevista nesta AE traduz-se numa diversidade de actividades, serviços e oportunidades de lazer que deverão ser adequadamente integrados na malha urbana.

A abrangência desta AE levou a que a sua integração com os FCD fosse a única classificada como elevada, sendo que todos os FCD, de forma mais directa ou indirecta, apontam para uma valorização natural e urbana, que passa necessariamente pela diversidade.

▫ Eficiência do metabolismo urbano

Apesar da expressão desta AE ser significativa, a especificidade das suas acções
44 leva a que a sua integração com a AAE seja classificada como moderada.

Esta AE aborda as questões ambientais com maior significado urbano: energia, água e resíduos. Contudo não existe nenhum FCD que incida especificamente nestas questões, tal como em todos os FCD não existem referências directas às mesmas. Verifica-se, no entanto, uma maior integração no que respeita às infra-estruturas.

▫ Estabilidade e Coesão Social

A AE em questão encontra-se no limite entre uma integração moderada ou elevada, facto que se deve à natureza das suas acções, que procuram responder à mesma estratégia que orienta a AAE e os seus FCD.

▫ Factores Críticos para a Decisão

Dois dos quatro FCD obtiveram a classificação moderada (“Uso do Solo e Ordenamento do Território” e “Biodiversidade”), sendo que os restantes foram classificados com integração elevada (“Recursos Naturais e Património” e “Biodiversidade”). Estes resultados deverão ser encarados como bastante positivos, visto não existir nenhum FCD que não apresente integração com a A21L e, também, pelo facto de não existirem discordâncias.

Numa apreciação global, a integração das duas ferramentas é bastante positiva, havendo coerência entre as estratégias que as orientam. É de salientar que a principal diferença verificada encontra-se ao nível das temáticas prioritárias em cada uma. No caso da AAE, é dada ênfase à biodiversidade e ao património natural enquanto que, na A21L, a componente rural é o elemento central, não obstante da componente ecológica surgir, embora com menos relevância. Apesar disso considera-se que, mais do que serem concordantes, em determinadas situações, as estratégias são complementares, potenciando tanto as orientações definidas na A21L, como na AAE.

Quadro 6 | Matriz de avaliação de integração/concordância entre o processo de A21L e o PDM para o concelho de Bragança.

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE BRAGANÇA					
A21L (AE/Acções)²¹	PDM (OE)²⁰	Reforçar a imagem da cidade de Bragança como espaço de inovação, polo regional, elo de ligação internacional, centro de serviços de apoio às empresas e centro comercial e cultural	Consolidar a oferta de Equipamentos e infra-estruturas e qualificação dos espaços públicos nas áreas rurais garantindo uma maior competitividade destas na atracção de áreas habitacionais como reforço da coesão social	Valorizar economicamente os produtos tradicionais e os recursos do património natural, cultural e paisagístico, dinamizando a exploração de potencialidades endógenas	Σ/Σtotal (grau de integração na AAE)
COMPACTAÇÃO DO TERRITÓRIO	3	-1	1	3/9	
COMPLEXIDADE DO TERRITÓRIO	13	8	12	33/45	
EFICIÊNCIA DO METABOLISMO URBANO	3	3	3	9/15	
ESTABILIDADE E COESÃO SOCIAL	2	0	1	3/6	

²⁰ Análise realizada tendo por base as Opções Estratégicas do PDM definidas no Regulamento e Relatório Ambiental.

²¹ Análise realizada tendo por base as Áreas Estratégicas/Acções e respectivas Fichas de Acção, definidas no Plano de Acção.

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE BRAGANÇA					
<p align="center">A21L (AE/Ações)²¹</p>	<p align="center">PDM (OE)²⁰</p>	<p>Reforçar a imagem da cidade de Bragança como espaço de inovação, polo regional, elo de ligação internacional, centro de serviços de apoio às empresas e centro comercial e cultural</p>	<p>Consolidar a oferta de Equipamentos e infra-estruturas e qualificação dos espaços públicos nas áreas rurais garantindo uma maior competitividade destas na atracção de áreas habitacionais como reforço da coesão social</p>	<p>Valorizar economicamente os produtos tradicionais e os recursos do património natural, cultural e paisagístico, dinamizando a exploração de potencialidades endógenas</p>	<p align="center">Σ/Σtotal (grau de integração na AAE)</p>
		<p align="center">Σ/Σtotal (grau de concordância com a A21L)</p>	<p>21/25</p>	<p>10/25</p>	<p>17/25</p>
<p>Fraca concordância/integração</p>	<p>Moderada concordância/integração</p>	<p>Elevada concordância/integração</p>			

▫ Compactação do Território

Para além de existirem algumas acções não consideradas nas OE do PDM, existe ainda uma que foi considerada como discordante com uma das OE. Se, por um lado, a A21L pretende fomentar os núcleos urbanos, evitando deste modo a dispersão e preservando os espaços naturais e rurais, o PDM traz uma nova orientação no sentido de dotar as zonas rurais de todos os equipamentos e infra-estruturas necessários à sua qualificação, conduzindo-os assim a um processo de urbanização complementar. Por este motivo, esta AE foi classificada com fraca integração nas orientações da AAE.

▫ Complexidade do Território

Ao contrário da AE anterior, esta encontra-se em todas as OE que orientam o PDM, traduzindo uma correcta adequação à A21L das linhas orientadoras do PDM.

▫ Eficiência do metabolismo urbano

Novamente é verificada uma boa adequação das OE do PDM à A21L, tendo sido identificadas uma AE e uma OE que abordam a mesma temática, nomeadamente da gestão e valorização de recursos. Contudo, devido à especificidade de algumas acções que não estão previstas nas OE do PDM, a sua integração pelas AE da A21L foi classificada como moderada. Em particular, é de salientar ainda como um aspecto menos positivo a não consideração nas OE da temática "Resíduos" da AE "Eficiência do Metabolismo Urbano".

48

▫ Estabilidade e Coesão Social

A integração desta AE nas OE foi classificada como moderada mas, apesar dessa classificação, surge novamente uma acção da AE considerada como não concordante com a "qualificação urbana" dos espaços rurais, contida numa OE do PDM. Tal como verificado na análise da AE "Compactação do Território", esta AE fomenta os núcleos urbanos através da acção "Aldeia tecnológica", o que diverge da tentativa de dispersão da malha urbana para os espaços rurais (de acordo com o PDM).

A questão da continuidade da A21L vai contribuir para uma maior e melhor integração dos dois processos, oportunidade que surge na avaliação e revisão da própria A21L.

▫ Opções Estratégicas

Das três OE, denota-se uma grande discrepância entre as OE “Reforçar a imagem da cidade de Bragança (...)” e “Valorizar economicamente os produtos tradicionais e os recursos do património (...)”, que têm uma elevada concordância com a A21L, e a OE “Consolidar a oferta de equipamentos e infra-estruturas e qualificação dos espaços públicos nas áreas rurais”, que está classificada com uma concordância moderada.. A classificação da última OE deve-se ao facto desta divergir da AE “Compactação do Território”.

No cômputo geral, a integração destes dois processos é bastante razoável. Contudo, a contradição ao nível do tipo de desenvolvimento urbano que pretendem para o concelho demonstra uma incoerência muito relevante. Considerando que a A21L é anterior ao PDM e, que a primeira foi tida em consideração aquando da definição das linhas de orientação do PDM, esta discordância poderá ser justificada pela alteração da orientação de desenvolvimento pretendido para o concelho. Se for este o caso, ao avaliar e rever a estratégia da A21L, poderá conseguir-se uma total concordância entre o PDM e A21L.

4.1.2 | MONÇÃO

Em termos cronológicos, o primeiro documento a ser publicado foi o Plano de Acção em Abril de 2008. A aprovação da revisão do PDM foi publicada em Diário da República, pelo Aviso n.º 9853/2009, de 20 de Maio, sendo que, a versão final do Relatório Ambiental data de Setembro de 2008.

Em relação ao QRE da AAE, a A21L de Monção não constitui um dos documentos estratégicos e operativos a considerar na AAE.

Seguem-se as análises da articulação da A21L com a AAE (Quadro 7) e da A21L com o PDM (Quadro 8).

Quadro 7 | Matriz de avaliação de integração/concordância entre os processos de A21L e AAE para o concelho de Monção.

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE MONÇÃO					
A21L (AE/Ações)²³	Biodiversidade²⁴	Património Cultural²⁵	Factores Físicos²⁶	Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional Competitividade²⁷	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
AAE (FCD)²²					
TURISMO CULTURAL E DE NATUREZA	4	7	0	6	17/28
RECURSOS HÍDRICOS (LINHAS DE ÁGUA)	8	0	7	6	21/32
GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	5	0	6	6	17/28
GESTÃO FLORESTAL	6	1	1	3	11/28
EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE	0	0	0	0	0/4

²² Análise realizada tendo por base os Factores Críticos da Decisão (FCD) definidos no Relatório Ambiental.

²³ Análise realizada tendo por base as Áreas Estratégicas definidas no Plano de Acção.

²⁴ Domínios do FCD "Biodiversidade": áreas classificadas; diversidade de espécies, conservação da natureza, biodiversidade e paisagem; gestão e valorização da conservação da floresta.

²⁵ Domínios do FCD "Património Cultural": identidade histórica e cultural.

²⁶ Domínios do FCD "Factores Físicos": protecção do solo; água superficial e subterrânea; água para consumo humano; qualidade do ar.

²⁷ Domínios do FCD "Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade": saúde humana; ambiente urbano e ordenamento do território; desenvolvimento regional e competitividade

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE MONÇÃO						
AAE (FCD)²²		Biodiversidade²⁴	Património Cultural²⁵	Factores Físicos²⁶	Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional Competitividade²⁷	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
Σ/Σ_{total} (grau de concordância com a A21L)		23/28	8/28	14/28	21/28	66/112
Fraca concordância/integração	Moderada concordância/integração	Elevada concordância/integração				

▫ Turismo Cultural e de Natureza

Apesar da integração desta AE ter sido classificada como moderada, é um facto que esta é significativamente positiva. Embora o turismo não seja tratado por um FCD específico, é referido em todos eles. O único aspecto a salientar e que acaba por ser a causa desta classificação, é o facto do FCD "Factores Físicos" possuir um foco limitado à protecção de três recursos naturais: solo, água e ar.

▫ Recursos hídricos (linhas de água)

Na perspectiva desta AE, o FCD "Património cultural" não apresenta qualquer relação com a A21L. Contudo, numa visão global, a relação entre esta AE e os FCD é elevada, facto suportado pela existência tanto da presente AE e de um FCD específico para os "Factores Físicos".

▫ Gestão dos Resíduos Sólidos e Gestão Florestal

Ambas as AE em análise foram classificadas como tendo uma relação moderada com os FCD. Novamente, esta classificação é atribuída devido à pouca (ou quase nenhuma) integração num dos FCD – "Património Cultural". Contudo, a integração das AE em questão nos restantes FCD é bastante positiva.

▫ Educação para a Sustentabilidade

Esta AE não apresenta integração em nenhum dos FCD pelo facto de ser específica para o processo da A21L, pretendendo, deste modo, desenvolver as suas actividades apenas no âmbito deste processo. Esta avaliação não deve ser vista como negativa, devido à sua não aplicabilidade neste caso específico.

▫ Factores Críticos para a Decisão

Existem dois grupos de FCD com concordâncias distintas, sendo que dois apresentam uma elevada concordância e, os outros, fraca e moderada concordância. Os dois FCD "Biodiversidade" e "Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade", com elevada concordância com as AE da A21L, têm um carácter mais abrangente, não se cingindo a um determinado tema pelo que, a sua concordância com as diversas acções, por mais específicas que sejam, é facilitada. Por outro lado, os FCD "Património Cultural" e "Factores Físicos" possuem uma maior especificidade, o que os torna menos concordantes com as AE. Contudo, é de salientar que os temas, quer do património quer da

valorização dos recursos (solo, água e ar), se encontram contemplados, de modo geral, nas questões prioritárias de ambos os processos.

Do ponto de vista global, a integração dos dois processos é positiva e, apesar de classificada como moderada, salienta-se o facto do cruzamento entre as questões estratégicas de ambos os processos, não existindo nenhuma questão que não seja abordada pelos dois processos (mesmo que de uma forma mais indirecta).

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

Quadro 8 | Matriz de avaliação de integração/concordância entre o processo de A21L e o PDM para o concelho de Monção.

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE MONÇÃO					
A21L (AE/Acções)²⁹	PDM (OE)²⁸				Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
	Requalificação urbana e rede de equipamentos³⁰	Reorganização da estrutura viária³¹	Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica³²	Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho³³	
TURISMO CULTURAL E DE NATUREZA	3	0	7	2	12/28
RECURSOS HÍDRICOS (LINHAS DE ÁGUA)	3	0	8	0	11/32

²⁸ Análise realizada tendo por base as Opções Estratégicas do PDM definidas no Regulamento e Relatório Ambiental.

²⁹ Análise realizada tendo por base as Áreas Estratégicas definidas no Plano de Acção.

³⁰ Objectivos Estratégicos da Opção Estratégica "Requalificação urbana e rede de equipamentos": (i) reforçar, qualificar e estruturar a imagem das áreas urbanas envolventes ao centro; (ii) dotar a vila de uma rede de equipamentos e infra-estruturas que contribuam para a melhoria das condições de vida urbana da população; (iii) qualificação do espaço público.

³¹ Objectivos Estratégicos da Opção Estratégica "Reorganização da estrutura viária": (i) melhorar a acessibilidade e mobilidade regional aumentando a competitividade concelhia; (ii) reorganizar a estrutura viária concelhia melhorando a acessibilidade e mobilidade concelhias; (iii) reforçar a acessibilidade e a mobilidade nos aglomerados garantindo a segurança na circulação viária e peatonal.

³² Objectivos Estratégicos da Opção Estratégica "Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica": (i) aumentar a atractividade concelhia, reforçando relações intermunicipais, qualificando dinâmicas e vivências (eco-pista); (ii) valorizar e qualificar o património natural (Parque de Campismo); (iii) valorizar a memória concelhia, realçar a sua história e assumir a cultura como vector indispensável ao processo de desenvolvimento; (iv) valorizar as potencialidades biofísicas de forma a constituir uma rede que assegure o equilíbrio ecológico do concelho (Estrutura Ecológica).

³³ Objectivos Estratégicos da Opção Estratégica "Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho": (i) aumentar a competitividade económica do concelho e criar condições atractivas a um maior investimento empresarial nacional e transfronteiriço; (ii) dinamizar a capacidade logística regional no intercâmbio Norte de Portugal – Galiza.)

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE MONÇÃO							
A21L (AE/Acções) ²⁹	PDM (OE) ²⁸		Requalificação urbana e rede de equipamentos ³⁰	Reorganização da estrutura viária ³¹	Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica ³²	Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho ³³	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
	GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	7	0	2	1	10/28	
GESTÃO FLORESTAL	3	1	5	1	10/28		
EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE	0	0	0	0	0/4		
Σ/Σ_{total} (grau de concordância com a A21L)	16/28	1/28	22/28	4/28	43/112		
Fraca concordância/integração	Moderada concordância/integração	Elevada concordância/integração					

▫ Turismo Cultural e de Natureza

Apesar de existirem algumas referências ao turismo tradicional nas OE, estas não são feitas de modo directo, contudo, surgem no contexto da OE “Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica”. A única OE em que o tema do turismo não é considerado é na “Reorganização da estrutura viária”. Posto isto, a classificação atribuída a esta AE foi moderada.

▫ Recursos hídricos (linhas de água)

Sendo esta temática de foro mais ambiental, a sua integração nas OE referentes à rede viária e à competitividade económica é inexistente, verificando-se uma integração maior nas OE da “Requalificação urbana e rede de equipamentos” e “Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica”. Numa apreciação global, a integração desta AE foi considerada moderada.

▫ Gestão dos Resíduos Sólidos

Novamente, é considerada uma integração moderada por parte desta AE nas OE, sendo de salientar como aspecto mais positivo a total compatibilidade com a OE “Requalificação urbana e rede de equipamentos” e, como aspecto negativo, a inexistência de integração na temática da rede viária.

57

▫ Gestão Florestal

Também com integração moderada, a AE da gestão florestal é considerada nas quatro OE, sendo menor para as OE “Reorganização da estrutura viária” e “Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho”.

▫ Educação para a Sustentabilidade

Esta AE não apresenta integração em nenhuma das OE pelo facto de ser específica para o processo da A21L e pretender desenvolver as suas actividades apenas no âmbito deste processo. Esta avaliação não deve ser vista como negativa, devido à sua não aplicabilidade neste caso específico.

A questão da continuidade da A21L vai contribuir para uma maior e melhor integração das duas ferramentas, oportunidade que surge na avaliação e revisão da própria A21L.

▫ Opções Estratégicas

Das quatro OE, denota-se uma grande discrepância entre as OE “Requalificação urbana e rede de equipamentos” e “Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica”, que têm, respectivamente, uma elevada e moderada concordância com a A21L, e as OE “Reorganização da estrutura viária” e “Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho”, que estão classificadas com uma concordância baixa. Esta última classificação não se deve ao facto de serem orientações díspares, contudo, não são consideradas na A21L.

Apreciando na globalidade esta análise, existe uma moderada integração entre a A21L e o PDM que deve ser vista tendencialmente pela negativa, pois identificam-se duas orientações estratégicas que surgem no PDM e que são fracamente enquadradas na A21L. Posto isto e, como já foi referido anteriormente para outras análises, este facto poderá dever-se à reformulação da orientação pensada para o concelho aquando da elaboração da AAE.

4.1.3 | VALENÇA

Em termos cronológicos, o primeiro documento a ser publicado foi o Plano de Acção em Abril de 2008, tendo a A21L o seu início em Janeiro de 2007. Por outro lado, a versão final do Relatório Ambiental data de Setembro de 2008, sendo que a aprovação da revisão do PDM foi publicada em Diário da República, pelo Aviso n.º 12235/2010, de 18 de Junho.

Em relação ao QRE, a A21L de Valença não constitui um dos documentos estratégicos e operativos a considerar na AAE.

Seguem-se as análises da articulação da A21L com a AAE (Quadro 9) e da A21L com o PDM (Quadro 10).

Quadro 9 | Matriz de avaliação de integração/concordância entre os processos de A21L e AAE para o concelho de Valença.

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VALENÇA					
A21L (AE/Acções)³⁵	AAE (FCD)³⁴				Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
	Biodiversidade³⁶	Património Cultural³⁷	Factores Físicos³⁸	Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional Competitividade³⁹	
GESTÃO DA ÁGUA E RESÍDUOS	6	0	6	3	15/28
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	5	4	2	7	18/28
DINAMIZAÇÃO DO TURISMO E LAZER	3	3	0	3	9/12
PARTICIPAÇÃO E ACÇÃO COLECTIVA	2	1	2	1	6/12

³⁴ Análise realizada tendo por base os Factores Críticos da Decisão (FCD) definidos no Relatório Ambiental.

³⁵ Análise realizada tendo por base as Áreas Estratégicas definidas no Plano de Acção.

³⁶ Domínios do FCD "Biodiversidade": áreas classificadas; diversidade de espécies, conservação da natureza, biodiversidade e paisagem; gestão e valorização da conservação da floresta.

³⁷ Domínios do FCD "Património Cultural": identidade histórica e cultural.

³⁸ Domínios do FCD "Factores Físicos": protecção do solo; água superficial e subterrânea; água para consumo humano; qualidade do ar.

³⁹ Domínios do FCD "Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade": saúde humana; ambiente urbano e ordenamento do território; desenvolvimento regional e competitividade

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VALENÇA						
A21L (AE/Ações)³⁵		AAE (FCD)³⁴				
		Biodiversidade³⁶	Património Cultural³⁷	Factores Físicos³⁸	Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional Competitividade³⁹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
Σ/Σ_{total} (grau de concordância com a A21L)		16/20	8/20	10/20	14/20	48/80
Fraca concordância/integração	Moderada concordância/integração	Elevada concordância/integração				

▫ Gestão da Água e Resíduos

Esta AE foi avaliada como tendo uma integração moderada na AAE, o que pode ser visto como um resultado positivo, encontrando-se esta integrada em três dos quatro FCD.

Visto a AE em questão ter uma vertente exclusivamente ambiental, é de salientar positivamente a sua integração em todos os outros FCD, mesmo quando não directamente relacionados com a gestão dos recursos e resíduos.

▫ Ordenamento do Território

Também esta AE foi classificada com integração moderada, sendo que se considerou que se relaciona com todos os FCD.

Nesta AE existem duas ideias subjacentes ao tema do ordenamento do território: a aproximação dos cidadãos e o planeamento urbanístico, pretendendo-se assim (re)construir um concelho assente nas realidades actuais de uma forma participada ou informada, por parte da população.

▫ Dinamização do Turismo e Lazer

É de reforçar a elevada integração desta AE sobre a AAE, sendo esta a única classificada dessa forma. Contudo, um dos FCD foi considerado como não tendo influência desta AE – “Factores Físicos”.

62

Com esta AE, a A21L demonstra a sua intenção de orientação para o turismo sustentável, sustentado no que o concelho tem para oferecer, dinamizando assim a sua actividade económica, facto que se pode verificar concordante em todos os outros FCD.

▫ Participação e Acção Colectiva

Nesta AE salienta-se a vertente da cidadania e, embora estas acções sejam demasiado específicas para que possam ser expressas na AAE, existe em todos os FCD um objectivo que dita uma orientação no sentido da promoção do exercício da cidadania, solidariedade e boas práticas ambientais.

▫ Factores Críticos para a Decisão

Em relação à concordância da AAE com a A21L, temos uma divisão entre dois FCD com elevada concordância (“Biodiversidade” e “Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade”) e dois FCD moderadamente concordantes (“Património Cultural” e “Factores Físicos”). Ao nível dos dois primeiros FCD, as AE/Ações previstas na A21L são bastante concordantes com os mesmos, o que demonstra uma adequada integração das duas ferramentas. Os restantes FCD obtiveram uma classificação inferior devido à sua menor abrangência e, conseqüentemente, menor concordância com as AE/Ações previstas em A21L. Em relação ao “Património Cultural”, é-lhe dada maior ênfase no processo da AAE, contudo, é também considerado pela A21L, nomeadamente na AE referente ao turismo. O FCD “Factores Físicos” é considerado na A21L, mas limita-se a uma das AE (“Gestão da Água e Resíduos”) pelo que, por mais concordante que seja com esta, não é considerado nas restantes AE.

Face à visão global das classificações realizadas, denota-se uma relação moderada entre a A21L e a AAE.

Quadro 10 | Matriz de avaliação de integração/concordância entre o processo de A21L e o PDM para o concelho de Valença.

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VALENÇA						
A21L (AE/Acções)⁴¹	PDM (OE)⁴⁰	Requalificação urbana e rede de equipamentos⁴²	Reorganização da estrutura viária⁴³	Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica⁴⁴	Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho⁴⁵	Σ/Σ_{total} (grau de integração no PDM)
		GESTÃO DA ÁGUA E RESÍDUOS	5	0	6	1
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	5	1	5	2	13/28	

⁴⁰ Análise realizada tendo por base as Opções Estratégicas do PDM definidas no Regulamento e no Relatório Ambiental.

⁴¹ Análise realizada tendo por base as Áreas Estratégicas definidas no Plano de Acção.

⁴² Grandes Intenções da Opção Estratégica "Requalificação urbana e rede de equipamentos": (i) reforçar e qualificar a imagem e atractividade da centralidade de Valença; (ii) qualificar a imagem e a vivência urbana da vila de Valença; (iii) qualificar e estruturar as áreas urbanas envolventes ao centro; (iv) aumentar a competitividade da vila pela dotação de unidades de ensino superior e investigação; (v) reforçar as relações das unidades de ensino superior com o tecido produtivo local; (vi) dotar a vila de uma rede de equipamentos que contribuam para a melhoria das condições de vida urbana da população; (vii) qualificação do espaço público; (viii) dotação de uma rede de infra-estruturas adequada.

⁴³ Grandes Intenções da Opção Estratégica "Reorganização da estrutura viária": (i) melhorar a acessibilidade e mobilidade regional aumentando a competitividade concelhia; (ii) reorganizar a estrutura viária concelhia melhorando a acessibilidade e mobilidade concelhias; (iii) reforçar a acessibilidade e mobilidade nos aglomerados garantindo a segurança na circulação viária e peatonal.

⁴⁴ Grandes Intenções da Opção Estratégica "Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica": (i) aumentar a atractividade concelhia, reforçando relações intermunicipais, qualificando dinâmicas e vivências (eco-pista); (ii) valorizar e qualificar o património natural; (iii) valorizar as suas potencialidades biofísicas de forma a constituir uma rede que assegure o equilíbrio ecológico do meio ambiente (Parque Ambiental); (iv) valorizar a memória da Vila e realçar a sua história; (v) assumir a cultura como vector indispensável ao processo de desenvolvimento; (vi) promover o reconhecimento mundial do valor patrimonial em conjunto com o Tuy.

⁴⁵ Grandes Intenções da Opção Estratégica "Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho": (i) aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho; (ii) criar condições atractivas a um maior investimento empresarial nacional e transfronteiriço; (iii) aumentar a competitividade económica do concelho; (iv) dinamizar a capacidade logística regional no intercâmbio Norte de Portugal – Galiza; (v) construção de estações de mercadorias e de passageiros para o Comboio de Alta Velocidade.

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VALENÇA						
A21L (AE/Acções)⁴¹	PDM (OE)⁴⁰	Requalificação urbana e rede de equipamentos⁴²	Reorganização da estrutura viária⁴³	Reforçar a atratividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica⁴⁴	Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho⁴⁵	Σ/Σ_{total} (grau de integração no PDM)
		DINAMIZAÇÃO DO TURISMO E LAZER	0	0	3	
PARTICIPAÇÃO E ACÇÃO COLECTIVA	1	1	1	1	4/12	
Σ/Σ_{total} (grau de concordância com a A21L)	11/20	2/20	15/20	5/20	33/80	
Fraca concordância/integração	Moderada concordância/integração	Elevada concordância/integração				

▫ Gestão da Água e Resíduos

Apesar da gestão da água e dos resíduos ter sido considerada prioritária na A21L, este tema não apresenta grande ênfase no PDM. Esta AE surge principalmente, mas não directamente, na questão dos equipamentos e infra-estruturas urbanas e, também, na valorização do património natural.

Para reforçar este ponto de vista, obteve-se o resultado de integração moderada da A21L no PDM, sendo de salientar como aspecto negativo a fraca concordância com a A21L da OE "Reorganização da estrutura viária".

▫ Ordenamento do Território

Nesta AE são reforçadas duas vertentes: a do envolvimento da comunidade e a do planeamento territorial ligado à valorização do património natural. Mais uma vez se denota uma moderada integração nas OE do PDM, visto que só uma delas refere directamente a valorização/protecção do património natural. Contudo, existe uma ligação entre a AE em questão e todas as OE.

▫ Dinamização do Turismo e Lazer

Tal como a AE seguinte, a questão do turismo encontra-se no limite entre a fraca e moderada integração, devido à inexistência de referências directas ao turismo nas OE. Contudo, todas as acções desta AE demonstram alguma integração na OE "Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica".

▫ Participação e Acção Colectiva

Como foi referido no ponto anterior, esta AE apresenta-se no limite da fraca/moderada integração com as OE do PDM.

Todas as questões relacionadas com o exercício da cidadania e responsabilidade social não são consideradas nas OE, ao contrário das questões de envolvimento da comunidade que estão integradas nas OE.

▫ Opções Estratégicas

Em relação ao grau de concordância entre o PDM de Valença e a A21L, este é muito heterogéneo em relação às diferentes OE, sendo que duas delas apresentam uma fraca concordância ("Reorganização da estrutura viária" e "Aumentar a

competitividade económica e investimento empresarial no concelho”), outra OE possui integração moderada (“Requalificação urbana e Rede de equipamentos”) e a última OE (“Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica”) apresenta uma elevada integração.

Apesar de não existirem discordâncias, considera-se esta concordância pouco positiva uma vez que, apesar das AE poderem estar reflectidas em algumas OE, o contrário não se verifica. As OE não se encontram integradas em grande parte das AE, com excepção da OE já apontada como tendo elevada concordância.

Face à visão global das avaliações realizadas, denota-se uma relação moderada entre a A21L e a AAE, contudo, a integração destas duas ferramentas é considerada pouco positiva, verificando-se uma grande disparidade de questões-chave nos dois processos. Um exemplo desta disparidade é a consideração do turismo e da gestão dos recursos hídricos e resíduos enquanto questões-chave na A21L, estando contudo pouco representadas nas OE. Por outro lado, a pouca representação dada à “Participação e Acção Colectiva”, no PDM, pode ser justificada pelo carácter menos territorial desta AE.

Adicionalmente a esta disparidade, o PDM surge ainda com novas questões-chave que não são referenciadas na A21L, como as acessibilidades/mobilidade e as actividades económicas. Este facto pode ser visto como menos negativo, comparado com a falta de integração das AE no PDM, visto este último ser um processo posterior. Por este motivo, considera-se que a estratégia definida para o concelho poderá ter sofrido algumas alterações de base ou de priorização das questões estratégicas com expressão territorial, o que leva a uma menor concordância com a A21L.

4.1.4 | VILA NOVA DE CERVEIRA

Em termos cronológicos, o primeiro documento a ser publicado foi o Plano de Acção da A21L em Abril de 2008. Por outro lado, a última versão disponível do Relatório Ambiental data de Julho de 2010, sendo que o PDM ainda não se encontra publicado, pelo que não será analisado.

Em relação ao QRE, a A21L de Vila Nova de Cerveira constitui um dos documentos estratégicos e operativos a considerar na AAE.

Segue-se a análise da articulação da A21L com a AAE apresentada no Quadro 11.

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

Quadro 11 | Matriz de avaliação de integração/concordância entre os processos de A21L e AAE para o concelho de Vila Nova de Cerveira.

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VILA NOVA DE CERVEIRA					
AAE (FCD)⁴⁶	Recursos Naturais e Culturais⁴⁸	Acessibilidades⁴⁹	População e Parque Habitacional⁵⁰	Actividades Económicas⁵¹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
PROMOÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS	3	0	3	3	9/20
ORDENAMENTO E SOLO RURAL	4	3	0	1	8/20
INFRA-ESTRUTURAS E MOBILIDADE	9	4	10	0	23/56
INTERVENÇÃO SOCIAL	0	0	6	0	6/20

⁴⁶ Análise realizada tendo por base os Factores Críticos para a Decisão (FCD) definidos no Relatório Ambiental.

⁴⁷ Análise realizada tendo por base as Áreas Estratégicas e Acções definidas no Plano de Acção.

⁴⁸ Domínios do FCD "Recursos Naturais e Culturais": solo; ecossistemas e áreas classificadas; recursos florestais, recursos hídricos e recursos arquitectónicos e arqueológicos.

⁴⁹ Domínios do FCD "Acessibilidades": dinâmica territorial e urbana; paisagem.

⁵⁰ Domínios do FCD "População e Parque habitacional": uso do solo; efeitos antrópicos; equidade social.

⁵¹ Domínios do FCD "Actividades Económicas": desenvolvimento local; emprego.

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VILA NOVA DE CERVEIRA						
AAE (FCD)⁴⁶		Recursos Naturais e Culturais⁴⁸	Acessibilidades⁴⁹	População e Parque Habitacional⁵⁰	Actividades Económicas⁵¹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Acções)⁴⁷						
Σ/Σ_{total} (grau de concordância com a A21L)		16/30	7/30	19/30	4/30	46/120
Fraca concordância/integração	Moderada concordância/integração	Elevada concordância/integração				

▫ Promoção de actividades económicas

Esta AE foi avaliada como tendo uma integração moderada na AAE, o que pode ser visto como um resultado positivo, pois era expectável a não integração com o FCD "Acessibilidades".

▫ Ordenamento e Solo Rural

Também esta AE foi classificada com integração moderada, sendo que, neste caso, o FCD sem integração na AE foi o "População e Parque Habitacional".

Se, por um lado, a ruralidade é o tema de base desta AE, em nenhum FCD e, em particular, no "População e Parque Habitacional" este tema é tratado com a mesma significância. Enquanto que a AE visa o aproveitamento das áreas rurais/solo rural tendo em conta as suas características, os FCD dão ênfase à requalificação urbana. O FCD com maior integração nesta AE é o "Recursos Naturais e Culturais", através da vertente de protecção do recurso solo.

▫ Infra-estruturas e Mobilidade

Com uma integração moderada, esta AE dá ênfase a infra-estruturas que vão influenciar directamente a qualidade ambiental do concelho, mais especificamente no que se refere a resíduos e recursos hídricos. Desta forma, os FCD com maior integração nesta AE são "Recursos Naturais e Culturais" e "População e Parque Habitacional".

▫ Intervenção Social

A AE em causa é a que apresenta menor integração nos FCD, facto reforçado pela inexistência de um FCD específico para esta temática. Contudo, a sua integração é assegurada pelo domínio social (equidade social) que o FCD "População e Parque Habitacional" inclui.

▫ Factores Críticos para a Decisão

Em relação à concordância da AAE com a A21L, temos uma divisão entre dois FCD moderadamente concordantes (“Recursos Naturais e Culturais” e “População e Parque Habitacional”) e dois FCD fracamente concordantes (“Acessibilidades” e “Actividades Económicas”). Em relação aos dois últimos, a fraca concordância deve-se à não adequação dos FCD às AE/Ações definidas uma vez que, à excepção das AE que abordam directamente as questões das acessibilidades e actividades económicas, não existe relação entre os dois processos.

72 Face a todas as avaliações realizadas, denota-se uma relação moderada entre a A21L e a AAE. A expressão territorial das AE, ou a sua inexistência, deveria ser considerada, visto traduzir-se num melhor ou menor desempenho em relação à integração e concordância entre os processos. No caso de Vila Nova de Cerveira, apesar de todas as AE apresentarem uma forte expressão territorial, na AAE não são devidamente consideradas, facto que deve ser considerado como um aspecto negativo.

4.2 | PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

Numa apreciação global dos resultados obtidos podem aferir-se três pontos principais:

- 1** Apesar de todas as A21L analisadas serem anteriores à AAE, apenas em dois (dos quatro) municípios estudados a A21L é considerada no QRE;
- 2** Dos quatro municípios que referem a A21L no QRE, Bragança apresenta o melhor resultado na avaliação da articulação A21L com a AAE, na globalidade dos municípios. Já Vila Nova de Cerveira apresenta o pior resultado, ao contrário do que seria esperado visto a A21L estar referenciada no QRE, logo seria expectável que a AAE tivesse, também, por base a A21L. Facto que poderá ser um indicador de não relação da inclusão da A21L no QRE e uma boa integração dos processos.
- 3** Por último, em todos os casos de estudo, a avaliação da integração da A21L com a AAE obteve um melhor *scoring* do que entre a A21L e o PDM.

Face a estes principais resultados, será realizada a discussão dos mesmos fornecendo elementos para a concretização da Proposta de Metodologia para a articulação dos processos de A21L, AAE e PDM.

V | **PROPOSTA DE METODOLOGIA DE ARTICULAÇÃO ENTRE A A21L E A AAE**

5.1 | DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Agenda 21 Local de Ourique

O município de Ourique encontra-se na fase final da concertação de uma estratégia para o seu município na forma de A21L, que deseja ver reflectida no seu território.

Na elaboração desta estratégia foram identificadas lacunas muito relevantes no modelo territorial que está em vigor, sendo que a concertação da estratégia passa também pela identificação dessas lacunas e pela proposta de soluções para as mesmas.

74

Actualmente, o PDM encontra-se numa fase inicial da sua revisão, pelo que existe aqui uma oportunidade de resolver essas lacunas e fragilidades ao nível territorial, reflectindo neste a orientação da A21L.

Situação actual da A21L e AAE

Os dados obtidos na exploração do estado da arte para a A21L, revela que os municípios portugueses se encontram atrasados em relação a outros países, nomeadamente europeus, embora exista uma tendência crescente de A21L. Este atraso poderá traduzir-se na fraca percepção, por parte dos municípios, da necessidade de se desenvolver uma estratégia concelhia, seja na forma de A21L ou outro plano equiparado. Por outro lado, o facto da A21L ser um projecto com uma elevada taxa de financiamento pelo QREN, poderá estar na causa da tendência crescente de desenvolvimento do processo.

Em relação à AAE, sendo uma figura obrigatória por lei não deverá ser alvo de comparações com outros países em termos de número de processos decorridos. Contudo, é bastante notório que o processo de revisão dos PDM nos municípios portugueses é excessivamente moroso e, conseqüentemente, o número de AAE decorridas é significativamente inferior ao que seria expectável verificar.

Avaliação da articulação entre a A21L e a AAE da Revisão do PDM – Análise de casos de estudo

Ao analisar os processos nos quatro municípios escolhidos, de um modo geral, a classificação da articulação entre a A21L, a AAE e o PDM foi considerada como moderada. Contudo, a impossibilidade de estabelecer uma relação directa entre as relações encontradas entre os três processos, levanta a questão da intencionalidade, ou não, dessa mesma relação.

Apesar de, para todos os casos de estudo, a A21L ser cronologicamente anterior à revisão do PDM, apenas em dois dos casos a A21L é considerada no QRE da sua AAE. Esta não inclusão pode indicar que nos dois casos que não referem a A21L no QRE, esta não é potencialmente considerada como um instrumento a ter em consideração na avaliação por parte da AAE. Não obstante, mesmo nestes dois casos, através da análise tanto do PDM como da própria AAE, não foi verificada uma adequação à A21L, ao ponto de terem sido identificadas algumas contradições em termos de orientações estratégicas, nomeadamente entre a A21L e o PDM.

Face a estes factos, é notória a necessidade de melhoria da integração das ferramentas que contribuem para a sustentabilidade municipal.

O PDM, enquanto figura legal que incorpora o modelo territorial do concelho, deveria “responder” directamente a uma estratégia local de desenvolvimento económico, social e ambiental. Contudo, o que se verifica actualmente é que os PDM não têm sido desenvolvidos com base numa estratégia local, mas sim com base nas necessidades e limitações que vão surgindo em termos territoriais. Esta metodologia de trabalho não deve ser considerada incorrecta, mas sim menos adequada no ponto de vista da sustentabilidade. Não respondendo a uma estratégia de carácter supra-territorial, o modelo territorial definido para o concelho não será integrado nem articulado com outras figuras municipais, o que poderá trazer algumas incoerências ou mesmo contradições.

5.2 | PROPOSTA DE METODOLOGIA DE ARTICULAÇÃO ENTRE A21L E A AAE

Face aos resultados expostos anteriormente, é inquestionável a necessidade de se criar uma metodologia de articulação entre os instrumentos, visando a potenciação da acção dos mesmos e a melhoria da própria sustentabilidade municipal.

A metodologia que se propõe na presente dissertação, pretende contribuir com uma ferramenta de carácter prático e que vem agilizar os processos de elaboração de A21L e de Revisões de PDM.

Uma primeira questão que se coloca quando se elaboram dois processos com procedimentos e fases distintas é a questão do *timing*. Pretende-se com esta metodologia explorar qual a melhor sequência de elaboração visando a melhor articulação possível entre a A21L e a Revisão do PDM. Estas sequências são apresentadas nos seguintes cenários.

- 1** Elaboração da A21L anterior à elaboração da Revisão do PDM;
- 2** Elaboração da A21L posterior à elaboração da Revisão do PDM;
- 3** Elaboração da A21L em simultâneo com a elaboração da Revisão do PDM.

Com base nos resultados obtidos anteriormente segue-se uma análise integrada dos três cenários através de uma análise SWOT, onde se apresentam os pontos fortes e fracos dos três cenários conjugados com as oportunidades e ameaças exteriores, que poderão promover ou condicionar a evolução dos mesmos (Quadro 12).

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

Quadro 12 | Análise SWOT para três cenários de elaboração da A21L e Revisão do PDM, com o factor temporal variável.

	CENÁRIO 1 A21L → Revisão do PDM	CENÁRIO 2 Revisão do PDM → A21L	CENÁRIO 3 Revisão do PDM ↔ A21L	CENÁRIO 1 A21L → Revisão do PDM	CENÁRIO 2 Revisão do PDM → A21L	CENÁRIO 3 Revisão do PDM ↔ A21L
	PONTOS FORTES			PONTOS FRACOS		
OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia definida poderá ser vertida no PDM; Forte papel da participação pública poderá influenciar a participação noutros processos; Flexibilidade nos prazos de avaliação e revisão da A21L permite ajustar-se à estratégia concertada pelo PDM; Recurso à informação produzida na A21L poderá diminuir a duração e os recursos em algumas fases do processo; 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia concertada no PDM poderá ser integrada e potenciada com a A21L; Recurso à informação produzida na A21L poderá diminuir a duração e os recursos em algumas fases do processo; 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia é desenvolvida pela A21L simultaneamente com o modelo territorial permitindo evitar incompatibilidades e incoerências; Forte apelo à participação na A21L levará a uma maior participação no processo de revisão do PDM 			<ul style="list-style-type: none"> Duração de cada fase poderá ser reduzida pela não duplicação de processos semelhantes (ex.: caracterização do concelho);
AMEAÇAS		<ul style="list-style-type: none"> Apesar de haver possibilidade de rever/alterar o PDM, este processo é complexo e burocrático; 	<ul style="list-style-type: none"> Articulação da informação poderá tornar os processos mais morosos; 	<ul style="list-style-type: none"> Expressão territorial da estratégia poderá não ser compatível com a realidade territorial; 	<ul style="list-style-type: none"> PDM poderá limitar a posterior definição da estratégia da A21L; Modelo territorial não terá por base uma estratégia local; 	

Tendo em consideração a maior abrangência da A21L face à Revisão do PDM, intuitivamente, os cenários 1 e 3 seriam os mais adequados para a sua elaboração, no sentido de o fluxo de informação partir de um instrumento mais abrangente (económico, social e ambiental) para outro mais específico (modelo territorial).

Entre os cenários 1 e 3, numa perspectiva de melhorar a sustentabilidade municipal, o cenário 3 seria o mais vantajoso. Desenvolver ambos os processos simultaneamente não só garantiria que os processos reuniam todas as condições para serem elaborados de forma integrada e articulada, como toda a orientação estratégica concelhia, seja estratégia local ou modelo territorial, estariam a responder a um mesmo conceito de desenvolvimento concelhio.

Face a esta análise e, considerando o cenário de elaboração simultânea de ambos os processos, como o mais adequado do ponto de vista da sustentabilidade, segue-se a proposta de metodologia para a elaboração articulada dos processos de A21L e Revisão do PDM.

A proposta de metodologia encontra-se esquematizada na figura seguinte (Figura 10). Para a AAE da Revisão do PDM e, para o PDM, utilizou-se o procedimento sugerido pelo Guia de AAE da DGOTDU (Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) (DGOTDU, 2008). Para a A21L utilizou-se a metodologia sugerida pelo Guia da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) (APA, 2007).

Actualmente, o desenvolvimento de ambos os processos é completamente independente, não havendo qualquer fluxo de informação.

O que se sugere nesta proposta de metodologia é que, desde uma fase muito inicial, como a fase de caracterização do concelho, ocorra uma elevada conectividade entre os processos.

A fase de Diagnóstico compreende uma caracterização aprofundada do concelho mas não direccionada para um tema específico, pelo que é idêntica tanto na A21L como no PDM. A fase de Diagnóstico deveria então ser comum a ambos reunindo, desta forma, uma equipa mais multidisciplinar e permitindo uma agilização dos processos, nomeadamente pelo evitar da duplicação de recolha de informação.

A partir do diagnóstico, começariam a delinear-se as principais áreas estratégicas com potencial desenvolvimento no concelho, elaborando a sua caracterização que suporta as opções do PDM.

As opções seriam avaliadas e seria seleccionada a melhor opção do ponto de vista dos seus efeitos no ambiente. Seguindo esta opção, começar-se-ia a desenvolver o modelo territorial que responde às Áreas Estratégicas identificadas.

A definição das acções/intervenções iria então por sua vez de encontro ao modelo territorial, garantindo assim que todas as acções/intervenções com expressão territorial fossem compatíveis com o modelo desenhado.

Por último, tal como ocorre na elaboração do PDM, a proposta final de ambos os planos seria apresentada e sujeita a consulta pública.

Apesar da potencialidade de integração entre a A21L e o PDM, a AAE é aplicável apenas ao PDM, neste caso, à sua revisão. Seria relevante a A21L ser alvo de avaliação tendo em conta o seu carácter estratégico?

Uma das principais considerações que se pode extrair da metodologia proposta é a notória relação entre a AAE e a A21L, embora numa perspectiva um pouco diferente da que tem vindo a ser discutida nesta dissertação. Até este ponto a AAE tem sido considerada como um processo dependente do PDM mas independente da A21L.

A A21L ou qualquer outro plano equiparado, pela sua definição, é um plano estratégico de desenvolvimento económico e social com consideração pelo ambiente. Assumindo que é um Plano de Desenvolvimento Estratégico é, também, por definição vertida diploma legal que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, um Plano Sectorial:

"instrumentos de programação ou de concretização das diversas políticas com incidência na organização do território."

"(...) são considerados planos sectoriais:

a) Os planos, programas e estratégias de desenvolvimento respeitantes aos diversos sectores da administração central, nomeadamente nos domínios dos transportes, das comunicações, da energia e dos recursos geológicos, da educação e da formação, da cultura, da saúde, da habitação, do turismo, da agricultura, do comércio, da indústria, das florestas e do ambiente;"

(n.º 1 e 2 do Artigo 35º do Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro)

Os Planos Sectoriais, tal como os PDM, estão sujeitos a AAE⁵² pelo que, considerando que a A21L ou plano equiparado deveriam ser considerados como Planos Sectoriais, também estes deveriam ser objecto de avaliação ambiental através da AAE.

81

Em termos procedimentais, a metodologia da AAE seria semelhante à aplicada usualmente no processo de Revisão do PDM, com as devidas adequações tendo em conta a sua abrangência (Figura 11).

O que esta proposta de metodologia sugere de mais relevante é a sua consideração e avaliação de várias alternativas. Tal como decorre para o modelo territorial, considera-se muito relevante que a escolha da estratégia que orienta todo um concelho tenha sido baseada na análise de diferentes alternativas e na adopção da opção com menos efeitos significativos no meio envolvente. Deste modo, seriam criadas alternativas tanto para as áreas estratégicas numa visão macro, como para as acções e intervenções, numa visão micro.

⁵² "Sempre que seja necessário proceder à avaliação ambiental nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, o plano sectorial é acompanhado por um relatório ambiental, no qual se identificam, descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objectivos e o âmbito de aplicação territorial respectivos." (Artigo 37º do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro)

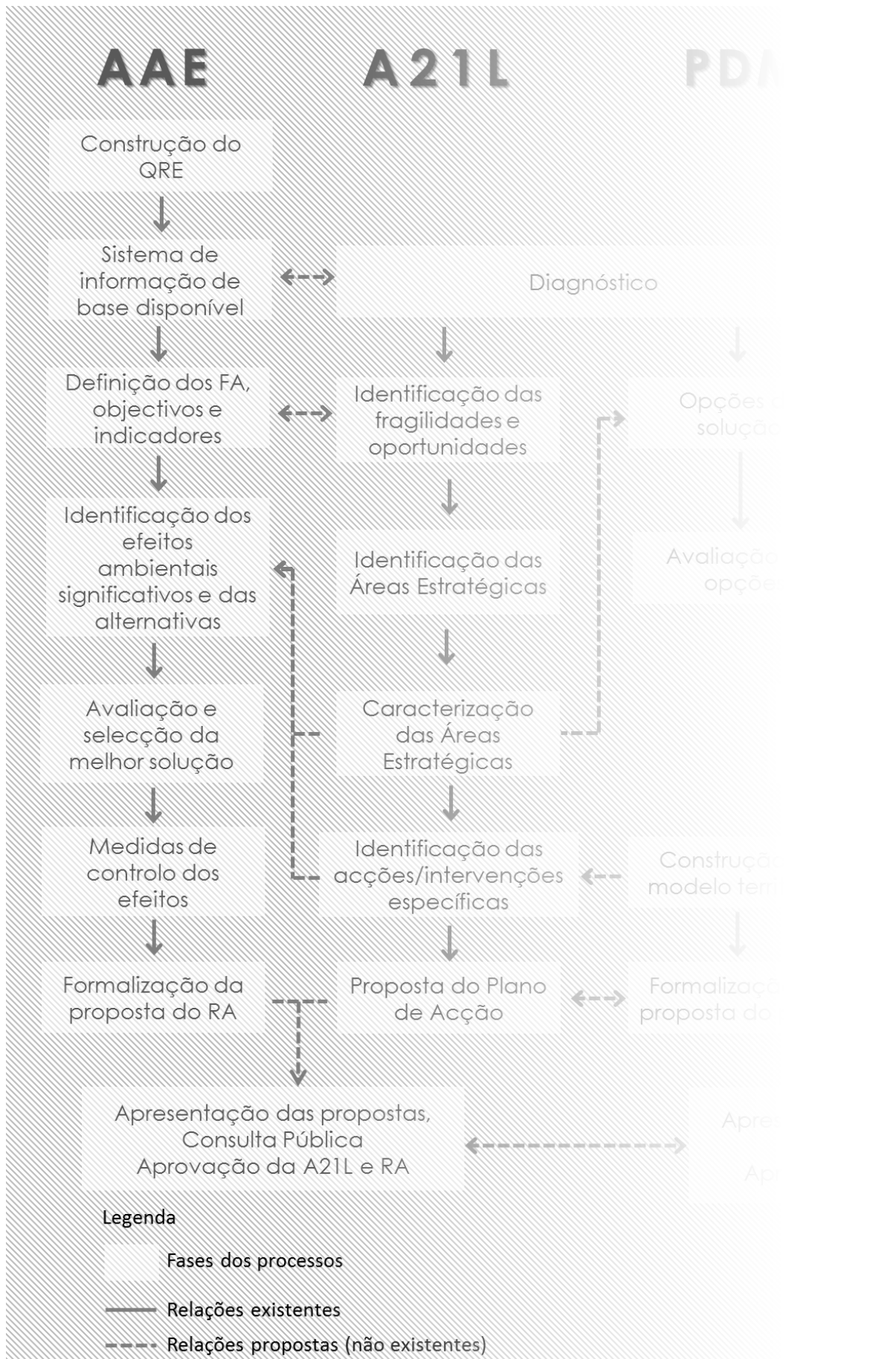


Figura 11 | Proposta de metodologia da A21L enquanto objecto de avaliação da AAE.

5.3 | PRINCIPAIS CONSIDERAÇÕES

Existindo a figura da A21L ou plano equiparado, os municípios portugueses encontram aqui a oportunidade de criar a sua estratégia que vai ditar o rumo do desenvolvimento concelhio nos próximos anos. Contudo, a figura A21L não está prevista na legislação portuguesa, tal como a sua articulação com outros instrumentos municipais. Face a esta lacuna identificada, pensa-se ser muito relevante a criação de uma figura legal que crie a obrigatoriedade dos municípios desenvolverem a sua própria estratégia através de um PDE, seja ele uma A21L ou outro plano equiparado (Figura 12).

Considerando a A21L como um PDE, logo um Plano Sectorial, esta seria obrigatoriamente sujeita a AAE, e a sua articulação com outros instrumentos passaria a estar prevista por lei (Figura 12). Sendo que esta sugestão poderia ser alcançada pela introdução desta figura no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial⁵³ ou na alteração da abrangência do objecto de avaliação de AAE definido no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

⁵³ Decreto-Lei nº. 380/99, de 22 de Setembro, na redacção que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.



Figura 12 | Visão metodológica da articulação dos instrumentos para a sustentabilidade ao nível municipal: visão actual (à esquerda) e proposta de visão (à direita).

VI | CONCLUSÕES

O planeamento estratégico em Portugal sofre ainda de algumas deficiências que levam à elaboração de ferramentas pouco eficientes e por vezes incoerentes. Uma dessas deficiências prende-se com a relação entre as várias ferramentas enquanto instrumentos independentes, nomeadamente, a A21L e a AAE da Revisão do PDM.

A presente dissertação assumiu como objectivos analisar a relação entre a A21L e a AAE, na perspectiva da sua articulação, complementaridade e papel na sustentabilidade municipal. Face a estas questões verificou-se que esta relação não existe, tal como não existem mecanismos que a incentivem, criando assim a necessidade de desenvolver tais mecanismos de articulação que contribuirão para a sustentabilidade municipal.

O acompanhamento da A21L de Ourique permitiu observar o papel da A21L nos municípios enquanto macro-estratégia, englobando orientações estratégicas de foro económico, social e ambiental podendo, ou não, ter uma reflexão directa na forma como o território está organizado. No caso de Ourique, 5 das 6 AE têm uma forte componente territorial, confirmando assim essa necessidade de articular a A21L com a AAE e com o PDM.

Para analisar a relação entre a A21L e a AAE, foi realizado um levantamento da situação actual de ambos os processos, através da qual se identificou um atraso significativo na elaboração/implementação, face ao que seria expectável.

85

A fraca adesão à A21L poderá dever-se tanto à falta de informação como de apoio técnico, levando a que apenas, aproximadamente, metade dos municípios portugueses se encontre a elaborar/implementar a sua A21L. Em relação à AAE da Revisão do PDM, a sua situação não pode ser avaliada em termos de valores quantitativos, uma vez que este processo é obrigatório e dependente da elaboração do PDM. No entanto, é verificado que, neste momento, o número de processos de AAE finalizados é bastante inferior ao que seria expectável. Isto pode dever-se ao facto das revisões dos PDM de 1.^a geração (e outros já de 2.^a geração) se encontrarem bastante atrasadas, tendo em conta o seu período de vigência.

Tendo por base o levantamento de ambos os processos foram identificados os municípios que tivessem finalizado tanto a elaboração da A21L como da AAE da

Revisão do PDM, permitindo a análise da sua articulação. Verificou-se que existe uma fraca relação entre os processos, estando a ser conduzidos de forma completamente independente. Contudo, para os quatro casos analisados, dois apresentavam fraca relação (Bragança e Valença) e os restantes não apresentavam relação (Monção e Vila Nova de Cerveira, sendo que para este apenas foi observada a relação A21L/AAE). Por outro lado, a análise comparativa dos procedimentos da A21L, AAE e PDM permitiu verificar que, desde uma fase muito inicial, existe duplicação de algumas fases que são comuns aos processos, nomeadamente a fase de caracterização concelhia.

Tendo em consideração estes resultados e, através de uma análise SWOT, verificou-se que a melhor solução de elaboração dos processos, em termos cronológicos, era a sua elaboração simultânea, pelo que foi proposta uma metodologia de articulação da A21L com a AAE e com o PDM tendo por base este aspecto. Nesta proposta de articulação, evidenciaram-se os aspectos procedimentais que melhorariam o desempenho dos três instrumentos, através da redução de possíveis duplicações e consequente aumento de coerência entre os mesmos. É de salientar o importante papel da participação pública, sendo que este é muito mais notório na A21L do que na AAE, pelo que esta metodologia proposta incluiria a participação da comunidade em mais fases dos processos, para além da fase de consulta pública prevista tanto para a AAE como para o PDM.

Face a todas as análises realizadas no decorrer da dissertação, observou-se que a A21L deve ser encarada como uma estratégia de sustentabilidade capaz de traduzir o rumo de desenvolvimento de um município e, deste modo, servir de enquadramento a outros planos e programas. Contudo, o facto de esta figura não ser obrigatória leva a que o seu papel seja diminuído e não potenciado. Sugere-se assim a criação de uma figura legal e, consequentemente, obrigatória que oficialize a estratégia municipal enquanto plano que enquadra todos os outros instrumentos municipais. Por outro lado, a criação da mesma e, sendo considerada um Plano Sectorial, seria alvo de AAE.

Em suma, o que se aferiu com as análises realizadas e o que se pretende com esta proposta de metodologia de articulação procedimental entre a A21L, a AAE e o PDM é garantir que o modelo territorial concelhio reflecta directamente uma estratégia concelhia. Deste modo, conseguir-se-á uma evolução concelhia baseada em

políticas de integração e participação, caminhando no sentido do Desenvolvimento Sustentável.

VII | **BIBLIOGRAFIA**

Referências Bibliográficas

AEB – Agência Ecologia Barcelona, (2008). *Agenda 21 Eixo – Plano de Acção*. Bragança

AESBUC – Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica, (2008). *Diagnóstico e Plano de Acção da Agenda 21 Local de Monção*. Monção

AESBUC – Associação para a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica, (2008). *Diagnóstico e Plano de Acção da Agenda 21 Local de Valença*. Valença

Álvares, M. M. (2009). *Agenda 21 Local nos Municípios Portugueses - Dissertação de Mestrado*. Minho: Universidade do Minho - Escola de Economia e Gestão.

APA, (2007). *Guia Agenda 21 Local - Um desafio para todos*. Amadora.

Carter, N., Nunes da Silva, F. e Magalhães, F. (2000). *Local Agenda 21: Progress in Portugal*. *European Urban and Regional Studies*, vol. 7, nº 2, pp. 181-186.

CNUAD - Conferência das nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (1992). *Agenda 21 – Documentos da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro

DGAL, (2001). *Administração Local em números – 2001*. Direcção-Geral das Autarquias Locais.

DGAL, (2005). *Administração Local em números – 2001*. Direcção-Geral das Autarquias Locais.

DGOTDU, (2008). *Guia da Avaliação Ambiental dos Planos municipais de Ordenamento do Território*. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e desenvolvimento Urbano.

ESBUC – Escola Superior de Biotecnologia da Unversidade Católica, (2008). *Agenda 21 Local de Vila Nova de Cerveira - Diagnóstico e Plano de Acção*. Vila Nova de Cerveira

Ferreira, B. M. (2009). *Aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica ao Nível Municipal em Portugal: Análise de Casos de Estudo*. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências.

- Fidélis, T., Pires, S. M. (2009). *Surrender or resistance to the implementation of Local Agenda 21 in Portugal: The Challenges of Local Governance for Sustainable Development*. *Journal of Environmental Planning and Management*, 52:4, pp. 497-518.
- Lafferty, W. (Org.) (2001), *Sustainable Communities in Europe*. Londres, Earthscan.
- Leff, E. 2001a. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo.
- LP – Lugar do Plano, (2008). *Plano Director Municipal de Monção – Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental*. Monção
- LP – Lugar do Plano, (2008). *Plano Director Municipal de Valença– Avaliação Ambiental Estratégica – Relatório Ambiental*. Valença
- Nemus, (2009). *Avaliação da 1ª Revisão do Plano Director Municipal de Bragança – Volume II – Relatório Ambiental*. Bragança
- OA - Oficina de Arquitectura (1996). *Guia para elaboração de planos estratégicos de cidades médias*. Lisboa, DGOTDU
- Partidário, M. R. (2007). *Guia de boas práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações metodológicas*. APA – Agência Portuguesa do Ambiente.
- Partidário, M. R., & Clark, R. (2000). *Perspectives on Strategic Environmental Assessment*. Lewis Publishers.
- Quaresma, C. (2009). *Centros XXI de Bairro. Uma Nova Abordagem Territorial da Agenda 21 Local*. Lisboa: Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Quental, N. & Silva, M. (2003). *Portuguese Environmental Policy at the Municipal Level and Progress Towards Local Agenda 21*. Actas do Seminário Environment. 2010: Situation and Perspectives for the European Union. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. in Sousa, M. J.. (2009). *Agenda 21 Local. O Caso de Estudo do Norte Alentejano*. Lisboa: Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Rosa, M. T. (2002). *Conceptualização do Desenvolvimento Sustentável – A sua operacionalização no âmbito da governação local através dos Planos*

Municipais de Ambiente. –Dissertação de Mestrado. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Santos, A. S. (2002) *Classificação de uso do solo ao nível municipal.* - Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa.

Schmidt, L., Guerra, J. (2007). *Cidadania e Governança no take off do Desenvolvimento Sustentável.* XII Congresso Brasileiro de Sociologia.

Sousa, M. J. (2009). *Agenda 21 Local - O Caso de Estudo do Norte Alentejano - Dissertação de Mestrado.* Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Ciências.

Sousa, M. J.. (2009). *Agenda 21 Local. O Caso de Estudo do Norte Alentejano.* Lisboa: Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Therivel, R. (2004). *Strategic Environmental Assessment: An Overview.* United Kingdom: Earthscan.

VASTUS, (2010). *Avaliação Ambiental - Relatório Ambiental - Revisão do PDM de Vila Nova de Cerveira.* Vila Nova de Cerveira

Legislação Consultada

90

Aviso n.º 12235/2010, de 18 de Junho - Deliberação de aprovação da revisão do PDM de Valença

Aviso n.º 12248-A/2010, de 18 de Junho - Aprovação Final do Plano Director Municipal de Bragança

Aviso n.º 9853/2009, de 20 de Maio - Deliberação de aprovação da revisão do PDM de Monção

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho - Estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.os 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio

Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro - Procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial

Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro - Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro - Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais

Decreto-Lei n.º. 380/99, de 22 de Setembro - Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial

Directiva 2001/42/CE, de 27 de Junho, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente

Lei n.º 79/77, de 25 de Outubro - Define as atribuições das autarquias e competências dos respectivos órgãos

ANEXOS

**ANEXO I – ANÁLISE DE PDE E PMA DO PONTO DE VISTA DE SEMELHANÇA
COM A A21L**

Municípios com PMA		Justificação de inclusão/exclusão	
Alcobaça ¹	Plano Municipal do Ambiente do Concelho de Alcobaça	<p>"elaborou-se o Diagnóstico Ambiental do Concelho"</p> <p>Áreas de actuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • "Acompanhamento do licenciamento e fiscalização de indústrias no âmbito Ambiental; • Análise na vertente Ambiental de Planos Sectoriais, Especiais e outros; • Atendimento de reclamações, relativas a despejos de efluentes, ruído, linhas de água, entre outras. Educação Ambiental; • Gestão de praias – Bandeira Azul da Europa; Gestão dos espaços verdes municipais; • Gestão dos resíduos sólidos urbanos; Licenciamento de pedreiras e plantações; • Protecção dos recursos naturais;" <p>(http://www.alcobaca.pt/index.php?ID=23, Abril de 2011)</p>	Instrumentos com acção exclusivamente ambiental , respondendo apenas a um dos três princípios do Desenvolvimento Sustentável. Posto isto, estes estudos não entram na contabilização de processos de A21L em curso, ao nível nacional.
Aveiro	Plano Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	<p>"estudo de diagnóstico ambiental (...) onde se identificam os pontos críticos, sensíveis ou de risco ambiental, bem como o potencial ecológico do Município"</p> <p>"pretende-se num próximo passo fazer convergir o quadro de actuação para uma cada vez maior participação dos diferentes agentes da sociedade (...) por forma a consubstanciar a implementação da Agenda 21 Local."</p> <p>(http://sig.cm-aveiro.pt/ambiria/page.aspx?id=11, Abril de 2011)</p>	
Barreiro	Plano Municipal de Ambiente do Barreiro	<p>"instrumento de política e gestão municipal na área do desenvolvimento ambientalmente sustentável"</p> <p>"insere-se no movimento da Agenda 21 Local e enquadra-se nos princípios orientadores de boa prática da Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis"</p> <p>"caracterização do estado do ambiente no concelho"</p> <p>Vectores Estratégicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • "Corredores Verdes e a Estrutura Ecológica; • Poluições e Riscos Ambientais; • Crescimento Urbano, Mobilidade e a Qualidade 	

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

Municípios com PMA		Justificação de inclusão/exclusão	
		<p><i>em Novas Áreas Urbanas a Planear;</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Quimiparque e o Futuro do Barreiro;</i> • <i>Requalificação do Espaço Público.</i>" (CMB, 2008) 	
Beja¹	Plano Municipal de Ambiente de Beja	<p>"O PMA é (...) um plano estratégico de ambiente a nível municipal"</p> <p>(http://www.cm-beja.pt/portal/page?_pageid=73,46181&_dad=portal&_schema=PORTAL&conteudos_genericos_grv=BOUI=27432, Abril de 2009)</p>	
Golegã^{2, 3}	Plano Municipal de Ambiente da Golegã	<p>"IDENTIFICAR o Estado do Ambiente do concelho.</p> <p>SELECIONAR os problemas ambientais que necessitam de uma resolução mais urgente e para os quais existam já meios disponíveis para intervenção."</p> <p>(http://www.cm-golega.pt/golega/ServicosMunicipais/Ambiente/PIMunAmb.htm, Abril de 2011)</p>	
Montijo¹		Não foram encontrados dados	
Santiago do Cacém¹	Plano Municipal de Ambiente de Santiago do Cacém	<p>"instrumento de gestão municipal na área do ambiente que permite:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Identificar o estado do ambiente natural no concelho e detectar tendências de evolução;</i>" <p>"1ª Fase do PMA, designada por Diagnóstico do Estado do Ambiente." (CMSC, 2008)</p>	<p>Instrumento com acção exclusivamente ambiental, respondendo apenas a um dos três princípios do Desenvolvimento Sustentável. Posto isto, este estudo não entra na contabilização de processos de A21L em curso, ao nível nacional.</p>
Sesimbra¹		Não foram encontrados dados	
Setúbal¹		Não foram encontrados dados	
Torres Vedras^{2, 3}	Torres XXI – Plano Municipal de Ambiente de Torres Vedras	<p>"TORRES XXI -- OS PRINCIPAIS DESAFIOS AMBIENTAIS" (CMTV, 2001)</p>	<p>Instrumentos com acção exclusivamente ambiental, respondendo apenas a um dos três princípios do Desenvolvimento Sustentável. Posto isto, estes estudos não entram na contabilização de processos de A21L em curso, ao nível nacional.</p>
Vendas Novas^{2, 3}	Plano Municipal do Ambiente de Vendas Novas	<p>"levantamento dos recursos naturais e humanos do concelho de Vendas Novas de forma a poder ser planeadas estratégias sustentáveis de desenvolvimento"</p> <p>(CMVN, 2007)</p>	

¹ Fonte: Quaresma, 2009 *in* Sousa, 2009

² Dados de Abril de 2011

³ Municípios com processos de A21L e PMA

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

ANEXO II – N.º DE PARTICIPANTES E PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NAS ACTIVIDADES DE INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA A21L DE OURIQUE

Freguesia	População Residente	N.º de participantes	% de participação	"Principais problemas do concelho"										"O que gostaria de ver melhorado no futuro?"										"Áreas Estratégicas"															
				Ambiental					Social					Económico					Ambiental						Social					Económico									
				Água	Energia	Resíduos	Saneamento	Outros	Saúde	Ensino	Apoio a idosos	Iniciativas Culturais	Outro	Emprego	Fixação de empresas	Turismo	Actividades agrícolas	Outro	Água	Energia	Resíduos	Saneamento	Outros		Saúde	Ensino	Apoio a idosos	Iniciativas Culturais	Outro	Energias Alternativas	Produtos Tradicionais	Turismo	Actividades agrícolas	Outro	Energias Alternativas	Turismo	Identidade Cultural	Produtos Tradicionais e de Agricultura Biológica	Localização Geográfica
Conceição	141	21	14.9%	12	16	2	1	0	21	0	6	0	0	12	0	0	6	0	10	6	1	3	0	15	5	9	0	0	2	5	3	4	0	2	6	7	6	0	1
Garvão	851	11	1.29%	2	2	3	5	2	5	1	4	2	3	5	5	3	2	2	0	2	0	4	1	5	0	5	2	2	1	3	1	3	0	0	2	4	0	0	1
Ourique	3.041	17		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	10	0	2	3	5
Aldeia de Palheiros	--	44	2%	31	2	11	2	4	25	4	9	9	0	18	6	4	3	1	13	0	6	1	0	18	0	3	3	0	7	0	7	4	0	0	7	4	5	0	6
Panóias	634	46	7.3%	26	6	5	7	1	27	6	21	1	1	27	6	2	7	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	9	4	14	2	13
Santa Luzia	393	17	4.3%	6	0	0	4	2	7	3	1	3	1	12	0	0	1	1	8	0	3	3	0	8	3	3	5	0	8	0	0	2	0	3	5	1	3	1	9
Santana da Serra	1.139	17	1.5%	5	0	7	5	0	8	4	7	2	0	7	3	3	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

**ANEXO III – ACTIVIDADES REALIZADAS E N.º DE PARTICIPANTES NAS
ACTIVIDADES ESCOLARES DA A21L DE OURIQUE**

	Actividades	Escola	Nº. de Participantes	Data
1	Roleplay CSI Poluição TWISTER	EB 2,3/S de Ourique	40	30.11.2010
2	Fórum Juvenil	EB 2,3/S de Ourique	93	21.02.2010
3	CSI Poluição TWISTER	Escola de Garvão	39	22.02.2010
4	CSI Poluição TWISTER	Escola de Panóias	26	22.02.2010
5	TWISTER	Jardim de Infância de Ourique	32	23.02.2010
6	CSI Poluição TWISTER	Escola Primária de Ourique	129	23.02.2010 24.02.2010
7	CSI Poluição TWISTER	Escola de Santana da Serra	28	24.02.2010
8	<i>Blog</i> Eco-jardim Temático	Escola de Panóias	n/a	29.11.2010
9	Concurso para logótipo	Todas as escolas do concelho	n/a	11.01.2011
10	Questionários	EB 2,3/S de Ourique	n/a	12.01.2011 - 19.01.2011
11	Boletim Informativo	EB 2,3/S de Ourique	n/a	Janeiro e Fevereiro de 2011
12	Eco-jardim Temático	Todas as escolas do concelho	n/a	Em curso

ANEXO IV – SITUAÇÃO ACTUAL DA A21L E DA AAE EM PORTUGAL CONTINENTAL

AGENDA 21 LOCAL			AAE
CONCELHO	FASE	NOME DO PROJECTO	FASE
ABRANTES	Em curso	Agenda 21 Local de Abrantes	Iniciado
AGUIAR DA BEIRA	X	-----	RFC
ÁGUEDA	RD	Águeda 21	RA
ALANDROAL	X	-----	Iniciado
ALBERGARIA-A-VELHA	X	-----	Iniciado
ALBUFEIRA	X	-----	Iniciado
ALCÁCER DO SAL	X	-----	Não Iniciado
ALCANENA	Em curso	Agenda 21 Local de Alcanena	Iniciado
ALCOBAÇA	Em curso	Agenda 21 Local de Alcobaca	Iniciado
ALCOCHETE	X	-----	Iniciado
ALCOUTIM	X	-----	Não Iniciado
ALENQUER	PA	Agenda 21 Local de Alenquer	Iniciado
ALFÂNDEGA DA FÉ	Em curso	Nordeste 21	RFC
ALIJO	X	-----	RA
ALJEZUR	RD	Agenda 21 Local de Aljezur	Não Iniciado
ALJUSTREL	Em curso	Agenda 21 Local de Aljustrel	RFC
ALMADA	Em curso	Almada Sustentável	Iniciado
ALMEIDA	PDE	Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Concelho de Almeida	RFC
ALMEIRIM	Em curso	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo	Iniciado
ALMODÔVAR	PA	Agenda 21 Local de Almodôvar	Não Iniciado
ALPIARÇA	Em curso	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo	Iniciado
ALTER DO CHÃO	Em curso	Agenda 21 Local do Norte Alentejano	Iniciado
ALVAIÁZERE	Em curso	Agenda 21 Local da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	Não Iniciado
ALVITO	X	-----	Iniciado
AMADORA	Em curso	Agenda 21 Local da Amadora	Não Iniciado
AMARANTE	X	-----	RFC
AMARES	X	-----	RFC
ANADIA	X	-----	RFC
ANSIÃO	Em curso	Agenda 21 Local da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	RFC
ARCOS DE VALDEVEZ	X	-----	s/AAE (2007)
ARGANIL	X	-----	RFC
ARMAMAR	Em curso	Agenda 21 Local de Armamar	RFC

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AGENDA 21 LOCAL			AAE
CONCELHO	FASE	NOME DO PROJECTO	FASE
AROUCA	X	-----	Publicado
ARRAIÓLOS	PA	Dital 21	s/AAE (2003)
ARRONCHES	Em curso	Agenda 21 Local do Norte Alentejano	Não Iniciado
ARRUDA DOS VINHOS	X	-----	Iniciado
AVEIRO	X	-----	Iniciado
AVIS	Em curso	Agenda 21 Local do Norte Alentejano	Não Iniciado
AZAMBUJA	Em curso	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo	Iniciado
BAIÃO	X	-----	RFC
BARCELOS	Em curso	Agenda 21 Local de Barcelos	RFC
BARRANCOS	RD	Raia 21	Não Iniciado
BARREIRO	X	-----	Iniciado
BATALHA	Em curso	Agenda 21 Local da Batalha	RFC
BEJA	X	-----	RA
BELMONTE	X	-----	Iniciado
BENAVENTE	Em curso	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo	RA (proposta)
BOMBARRAL	X	-----	Iniciado
BORBA	Em curso	Agenda 21 Local de Borba	s/AAE (2008)
BOTICAS	X	-----	Publicado
BRAGA	Em curso	Agenda 21 Local do Eixo Atlântico	RFC
BRAGANÇA	PA	Agenda 21 Local do Eixo Atlântico	Publicado
CABECEIRAS DE BASTO	X	-----	s/AAE (2008)
CADAVAL	X	-----	Iniciado
CALDAS DA RAINHA	X	-----	Iniciado
CAMINHA	Em curso	Agenda XXI Local Caminha	RFC
CAMPO MAIOR	Em curso	Agenda 21 Local do Norte Alentejano	RFC
CANTANHEDE	X	-----	RFC
CARRAZEDA DE ANSIÃES	PA	Nordeste 21	RFC
CARREGAL DO SAL	X	-----	Não Iniciado
CARTAXO	Em curso	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo	Iniciado
CASCAIS	Em curso	Agenda 21 Local de Cascais	Iniciado
CASTANHEIRA DE PÊRA	Em curso	Agenda 21 Local da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	RFC
CASTELO BRANCO	RD	Gardunha 21	Iniciado
CASTELO DE PAIVA	X	-----	Iniciado
CASTELO DE VIDE	Em curso	Agenda 21 Local do Norte Alentejano	Iniciado

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AGENDA 21 LOCAL			AAE
CONCELHO	FASE	NOME DO PROJECTO	FASE
CASTRO DAIRE	X	-----	Iniciado
CASTRO MARIM	X	-----	Não Iniciado
CASTRO VERDE	X	-----	Não Iniciado
CELORICO DA BEIRA	X	-----	Iniciado
CELORICO DE BASTO	X	-----	Iniciado
CHAMUSCA	Em curso	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo	Iniciado
CHAVES	Em curso	Agenda 21 Local do Eixo Atlântico	RFC
CINFÃES	X	-----	Iniciado
COIMBRA	X	-----	Iniciado
CONDEIXA-A-NOVA	Em curso	Agenda 21 Local da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	RFC
CONSTÂNCIA	X	-----	RA (proposta)
CORUCHE	Em curso	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo	Iniciado
COVILHÃ	X	-----	Iniciado
CRATO	Em curso	Agenda 21 Local do Norte Alentejano	Não Iniciado
CUBA	X	-----	Iniciado
ELVAS	Em curso	Agenda 21 Local do Norte Alentejano	Publicado
ENTRONCAMENTO	X	-----	Iniciado
ESPINHO	X	-----	RA
ESPOSENDE	Em curso	Agenda 21 Local de Esposende	RFC
ESTARREJA	X	-----	RFC
ESTREMOZ	X	-----	Iniciado
ÉVORA	Em curso	Agenda 21 Local de Évora	s/AAE (2008)
FAFE	X	-----	RFC
FARO	Em curso	Faro 2020	Iniciado
FELGUEIRAS	X	-----	RFC
FERREIRA DO ALENTEJO	Em curso	Agenda 21 Local de Ferreira do Alentejo	RFC
FERREIRA DO ZÊZERE	Em curso	Agenda 21 Local de Ferreira do Zêzere	Iniciado
FIGUEIRA DA FOZ	X	-----	Iniciado
FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO	X	-----	Não Iniciado
FIGUEIRÓ DOS VINHOS	RD	Agenda 21 Local da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	RFC
FORNOS DE ALGODRES	Em curso	Agenda XXI Local de Fornos de Algodres	RFC
FREIXO DE ESPADA À CINTA	X	-----	Iniciado
FRONTEIRA	Em curso	Agenda 21 Local de Fronteira	RFC

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AGENDA 21 LOCAL			AAE
CONCELHO	FASE	NOME DO PROJECTO	FASE
FUNDÃO	Em curso	Gardunha 21	RFC
GAVIÃO	Em curso	Agenda 21 Local do Norte Alentejano	RFC
GÓIS	Em curso	Agenda 21 Local de Góis	Não Iniciado
GOLEGÃ	Em curso	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo	Não Iniciado
GONDOMAR	X	-----	RFC
GOUVEIA	X	-----	Iniciado
GRÂNDOLA	Em curso	Agenda 21 Local de Grândola	Iniciado
GUARDA	Em curso	Agenda 21 Local da Cova da Beira	RFC
GUIMARÃES	RD	Agenda 21 Local do Eixo Atlântico	RFC
IDANHA-A-NOVA	X	-----	Iniciado
ÍLHAVO	X	-----	RA
LAGOA	X	-----	Iniciado
LAGOS	X	-----	RFC
LAMEGO	X	-----	RFC
LEIRIA	RD	Agenda 21 Local de Leiria	RFC
LISBOA	Em curso*	Lisboa Verde: Agenda Local XXI	RA
LOULÉ	PDE	Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé	RFC
LOURES	X	-----	RA (proposta)
LOURINHÃ	PA	Agenda 21 Local do Concelho da Lourinhã	Iniciado
LOUSÃ	PA	Agenda 21 Local da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	RFC
LOUSADA	X	-----	RA
MAÇÃO	X	-----	Iniciado
MACEDO DE CAVALEIROS	PA	Nordeste 21	Iniciado
MAFRA	X	-----	Iniciado
MAIA	Em curso	Agenda 21 Local da Maia	Publicado
MANGUALDE	X	-----	RFC
MANTEIGAS	Em curso	Agenda 21 Local da Cova da Beira	RFC
MARCO DE CANAVESES	X	-----	RFC
MARINHA GRANDE	PA	Agenda 21 Local da Marinha Grande	Não Iniciado
MARVÃO	Em curso	Agenda 21 Local do Norte Alentejano	Iniciado
MATOSINHOS	X	-----	Não Iniciado
MEALHADA	Em curso	Agenda 21 Local da Mealhada	RA
MÊDA	Em curso	Agenda 21 Local da Cova da Beira	Iniciado
MELGAÇO	PA	Agenda 21 Local do Vale do Minho	RFC
MÉRTOLA	Em curso	Raia 21	Iniciado

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AGENDA 21 LOCAL			AAE
CONCELHO	FASE	NOME DO PROJECTO	FASE
MESÃO FRIO	X	-----	Publicado
MIRA	X	-----	Iniciado
MIRANDA DO CORVO	Em curso	Agenda 21 Local da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	RFC
MIRANDA DO DOURO	PA	Nordeste 21	RFC
MIRANDELA	PA	Nordeste 21	Iniciado
MOGADOURO	PA	Nordeste 21	RFC
MOIMENTA DA BEIRA	X	-----	RFC
MOITA	X	-----	Publicado
MONÇÃO	PA	Agenda 21 Local do Vale do Minho	Publicado
MONCHIQUE	X	-----	Não Iniciado
MONDIM DE BASTO	X	-----	RFC
MONFORTE	Em curso	Agenda 21 Local do Norte Alentejano	Não Iniciado
MONTALEGRE	X	-----	RFC
MONTEMOR-O-NOVO	Em curso	Agenda 21 Local de Montemor-o-Novo	Não Iniciado
MONTEMOR-O-VELHO	X	-----	RFC
MONTIJO	X	-----	Iniciado
MORA	RD	Agenda 21 Local de Mora	s/AAE (2007)
MORTÁGUA	X	-----	Iniciado
MOURA	Em curso	Raia 21	Iniciado
MOURÃO	RD	Agenda 21 Local de Mourão	Não Iniciado
MURÇA	X	-----	RFC
MURTOSA	X	-----	Iniciado
NAZARÉ	Em curso	Agenda 21 Local de Nazaré	Iniciado
NELAS	X	-----	RFC
NISA	Em curso	Agenda 21 Local do Norte Alentejano	RFC
ÓBIDOS	X	-----	Iniciado
ODEMIRA	Em curso	Agenda 21 Local de Odemira	Iniciado
ODIVELAS	Em curso	Agenda 21 Local de Odivelas	RA (proposta)
OEIRAS	Em curso	Oeiras 21+	Iniciado
OLEIROS	Em curso	Agenda 21 Local de Oleiros	RFC
OLHÃO	Em curso	Agenda 21 Local de Olhão	Não Iniciado
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	X	-----	RA
OLIVEIRA DE FRADES	X	-----	RFC
OLIVEIRA DO BAIRRO	PA	Agenda 21 Local de Oliveira do Bairro	RFC
OLIVEIRA DO HOSPITAL	Em curso	Agenda 21 Local da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	RFC
OURÉM	X	-----	Iniciado

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AGENDA 21 LOCAL			AAE
CONCELHO	FASE	NOME DO PROJECTO	FASE
OURIQUE	RD	Agenda 21 Local de Ourique	Iniciado
OVAR	X	-----	RFC
PAÇOS DE FERREIRA	X	-----	s/AAE (2007)
PALMELA	X	-----	Iniciado
PAMPILHOSA DA SERRA	Em curso	Agenda 21 Local da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	Publicado
PAREDES	X	-----	RFC
PAREDES DE COURA	PA	Agenda 21 Local do Vale do Minho	RFC
PEDRÓGÃO GRANDE	PA	Agenda 21 Local da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	RFC
PENACOVA	X	-----	RFC
PENAFIEL	X	-----	s/AAE (2007)
PENALVA DO CASTELO	X	-----	RFC
PENAMACOR	Em curso	Agenda 21 Local da Cova da Beira	Iniciado
PENEDONO	X	-----	Publicado
PENELA	Em curso	Agenda 21 Local da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	RFC
PENICHE	X	-----	Iniciado
PESO DA RÉGUA	Em curso	Agenda 21 Local do Eixo Atlântico	Publicado
PINHEL	Em curso	Agenda 21 Local da Cova da Beira	Iniciado
POMBAL	PA	Agenda 21 Local de Pombal	RFC
PONTE DA BARCA	PDE	Plano Estratégico de Desenvolvimento de Ponte da Barca	RFC
PONTE DE LIMA	X	-----	s/AAE (2005)
PONTE DE SÔR	Em curso	Agenda 21 Local de Ponte de Sôr	s/AAE (2004)
PORTALEGRE	Em curso	Agenda 21 Local de Portalegre	s/AAE (2007)
PORTEL	Em curso	Agenda 21 Local de Portel	Não Iniciado
PORTIMÃO	Em curso	Agenda 21 Local de Portimão	RFC
PORTO	Em curso	Agenda 21 Local do Eixo Atlântico	s/AAE (2005)
PORTO DE MÓS	X	-----	RFC
PÓVOA DE LANHOSO	Em curso	Agenda 21 Local de Póvoa de Lanhoso	RFC
PÓVOA DE VARZIM	X	-----	RFC
PROENÇA-A-NOVA	X	-----	RFC
REDONDO	PA	Dital 21	Não Iniciado
REGUENGOS DE MONSARAZ	X	-----	Não Iniciado
RESENDE	X	-----	Publicado
RIBEIRA DE PENA	X	-----	Publicado
RIO MAIOR	Em curso	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo	Iniciado

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AGENDA 21 LOCAL			AAE
CONCELHO	FASE	NOME DO PROJECTO	FASE
SABROSA	X	-----	RFC
SABUGAL	X	-----	RFC
SALVATERRA DE MAGOS	Em curso	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo	Iniciado
SANTA COMBA DÃO	Em curso	Agenda 21 Local de Santa Comba Dão	Iniciado
SANTA MARIA DA FEIRA	X	-----	RFC
SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	X	-----	Publicado
SANTARÉM	Em curso	Agenda 21 Regional da Lezíria do Tejo	Iniciado
SANTIAGO DO CACÉM	X	-----	Iniciado
SANTO TIRSO	Em curso	Agenda 21 Local de Santo Tirso	Publicado
SÃO BRÁS DE ALPORTEL	X	-----	Iniciado
SÃO JOÃO DA MADEIRA	Em curso	Agenda 21 Local de São João da Madeira	Iniciado
SÃO JOÃO DA PESQUEIRA	X	-----	Iniciado
SÃO PEDRO DO SUL	X	-----	Iniciado
SARDOAL	X	-----	Iniciado
SÁTÃO	X	-----	Iniciado
SEIA	Em curso	Agenda 21 Local de Seia	RFC
SEIXAL	X	-----	RA (proposta)
SERNANCELHE	X	-----	RFC
SERPA	Em curso	Raia 21	RFC
SERTÃ	PA	Agenda 21 Local de Sertã	Iniciado
SESIMBRA	X	-----	Iniciado
SETÚBAL	X	-----	Iniciado
SEVER DO VOUGA	PA	Agenda 21 Local de Sever do Vouga	Iniciado
SILVES	Em curso	Agenda 21 Local de Silves	RFC
SINES	X	-----	Iniciado
SINTRA	PDE	Plano de Desenvolvimento Estratégico do Concelho de Sintra	Não Iniciado
SOBRAL DE MONTAGRAÇO	X	-----	Não Iniciado
SOURE	X	-----	Não Iniciado
SOUSEL	PA	Agenda 21 Local do Norte Alentejano	Não Iniciado
TÁBUA	PA	Agenda 21 Local de Tábua	Iniciado
TABUAÇO	X	-----	RA
TAROUCA	X	-----	Iniciado
TAVIRA	Em curso	Agenda 21 Local: Tavira	RFC
TERRA DE BOURO	X	-----	RFC

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AGENDA 21 LOCAL			AAE
CONCELHO	FASE	NOME DO PROJECTO	FASE
TOMAR	X	-----	Iniciado
TONDELA	X	-----	Publicado
TORRE DE MONCORVO	X	-----	RA
TORRES NOVAS	X	-----	Iniciado
TORRES VEDRAS	PA	Torres XXI	s/AAE (2007)
TRANCOSO	X	-----	Iniciado
TROFA	X	-----	RA
VAGOS	X	-----	Publicado
VALE DE CAMBRA	X	-----	s/AAE (2008)
VALENÇA	PA	Agenda 21 Local do Vale do Minho	Publicado
VALONGO	X	-----	RA
VALPAÇOS	X	-----	s/AAE (2008)
VENDAS NOVAS	X	-----	Não Iniciado
VIANA DO ALENTEJO	X	-----	Iniciado
VIANA DO CASTELO	Em curso	Agenda 21 Local do Eixo Atlântico	s/AAE (2008)
VIDIGUEIRA	X	-----	Não Iniciado
VIEIRA DO MINHO	X	-----	RFC
VILA NOVA DE FAMALICÃO	Em curso	Agenda 21 Local do Eixo Atlântico	RFC
VILA DE REI	X	-----	Iniciado
VILA DO BISPO	X	-----	Iniciado
VILA DO CONDE	X	-----	Não Iniciado
VILA FLOR	PA	Nordeste 21	RFC
VILA FRANCA DE XIRA	Em curso	Agenda 21 Local de Vila Franca de Xira	Publicado
VILA NOVA DA BARQUINHA	X	-----	Iniciado
VILA NOVA DE CERVEIRA	PA	Agenda 21 Local do Vale do Minho	RA
VILA NOVA DE FOZ CÔA	X	-----	RFC
VILA NOVA DE GAIA	Em curso	Agenda 21 Local do Eixo Atlântico	Publicado
VILA NOVA DE PAIVA	Em curso	Agenda 21 Local de Vila Nova de Paiva	Iniciado
VILA NOVA DE POIARES	Em curso	Agenda 21 Local da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte	RFC
VILA POUCA DE AGUIAR	X	-----	RA
VILA REAL	RD	Agenda 21 Local do Eixo Atlântico	RA (proposta)
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	X	-----	RFC
VILA VELHA DE RÓDÃO	Em curso	Agenda 21 Local de Vila Velha de Ródão	Iniciado
VILA VERDE	X	-----	RFC

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AGENDA 21 LOCAL			AAE
CONCELHO	FASE	NOME DO PROJECTO	FASE
VILA VIÇOSA	X	-----	s/AAE (2008)
VIMIOSO	PA	Nordeste 21	RFC
VINHAIS	X	-----	RFC
VISEU	X	-----	Iniciado
VIZELA	X	-----	RFC
VOUZELA	X	-----	RFC

Legenda

PA – Plano de Acção

PDE – Plano de Desenvolvimento Estratégico

RD – Relatório Diagnóstico

X – Sem A21L a decorrer

RA – Relatório Ambiental

RFC – Relatório de Factores Críticos

s/AAE – Municípios com PDM aprovado sem AAE



Municípios analisados (casos de estudo)

ANEXO V – MATRIZES INTEGRAIS DE AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO A21L/AAE E A21L/PDM PARA OS CASOS DE ESTUDO

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA ENTRE A21L E A AAE PARA O CONCELHO DE BRAGANÇA

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE BRAGANÇA					
AAE (FCD) ⁵⁴	Uso do Solo e Ordenamento do Território ⁵⁶	Recursos Naturais e Património ⁵⁷	Biodiversidade ⁵⁸	Competitividade territorial ⁵⁹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Acções) ⁵⁵					
COMPACTAÇÃO DO TERRITÓRIO	2	1	1	3	7/12
Ordenamento do Território	+1	+1	+1	+1	4
1. Fomento dos Núcleos Urbanos					
Transportes	+1	0	0	+1	2

⁵⁴ Análise realizada tendo por base os Factores Críticos da Decisão (FCD) definidas no Relatório Ambiental.

⁵⁵ Análise realizada tendo por base as Áreas Estratégicas e respectivas Fichas de Acção, definidas no Plano de Acção.

⁵⁶ Domínios do FCD “Uso do Solo e Ordenamento do Território”: Compatibilidade de usos do solo; qualificação do solo; RAN e REN.

⁵⁷ Domínios do FCD “Recursos Naturais e Património”: recursos hídricos; recursos geológicos; património; riscos ambientais.

⁵⁸ Domínios do FCD “Biodiversidade”: conservação da natureza; paisagem; floresta.

⁵⁹ Domínios do FCD “Competitividade Territorial”: população e condições de vida; actividades económicas e estratégias de desenvolvimento; mobilidade e acessibilidade.

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE BRAGANÇA					
AAE (FCD)⁵⁴	Uso do Solo e Ordenamento do Território⁵⁶	Recursos Naturais e Património⁵⁷	Biodiversidade⁵⁸	Competitividade territorial⁵⁹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Ações)⁵⁵					
1. Rede ciclável de Bragança					
2. Definição e caracterização da hierárquica viária ao nível da cidade	0	0	0	+1	1
COMPLEXIDADE DO TERRITÓRIO	9	12	7	12	40/60
Biodiversidade					
1. Realização de um programa de reflorestação em áreas ardidas, baldios ou com risco de desertificação	0	+1	0	0	1
2. Implementação do Plano Verde da Cidade de Bragança	+1	+1	+1	+1	4
Energia					
1. Plantação de painéis fotovoltaicos e centrais de biomassa de pequena dimensão nas aldeias "nuclearizadas"	0	+1	0	0	1
Transportes					
1. Sistema multimodal de Bragança	0	0	0	+1	1

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE BRAGANÇA					
AAE (FCD)⁵⁴	Use do Solo e Ordenamento do Território⁵⁶	Recursos Naturais e Património⁵⁷	Biodiversidade⁵⁸	Competitividade territorial⁵⁹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Acções)⁵⁵					
Diversidade					
1. Elaboração de rotas temáticas integradas, entre si, com diversificação da oferta turística ao longo do percurso e de alto valor paisagístico	+1	+1	+1	+1	4
2. Elaboração de uma rota temática relativa ao turismo de natureza	+1	+1	+1	+1	4
3. Rota "A Poesia da Imagem"	+1	+1	+1	+1	4
4. Elaboração de uma rota temática relativa ao turismo rural, cultural e gastronómico	+1	+1	0	+1	3
5. Rota "O Tear do Tempo"	+1	+1	0	+1	3
6. Elaboração de rotas temáticas integradas, entre si, com diversificação da oferta turística ao longo do percurso e de alto valor paisagístico	+1	+1	+1	+1	4
7. Rota "A Caminhar História e Futuro "	+1	+1	0	+1	3

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE BRAGANÇA					
AAE (FCD)⁵⁴	Uso do Solo e Ordenamento do Território⁵⁶	Recursos Naturais e Património⁵⁷	Biodiversidade⁵⁸	Competitividade territorial⁵⁹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Ações)⁵⁵					
8. Criação de um parque temático de promoção dos recursos do território dos sectores de actividades tradicionais, potenciando os territórios fronteiriços.	+1	+1	0	+1	3
9. Plano para Turismo Sustentável em Bragança	0	+1	+1	+1	3
10. Criação de uma Agência do Desenvolvimento do Nordeste em rede com outros concelhos transmontanos, com distribuição de valências de actuação para dar apoio, tanto ao sector privado como público, na gestão agrícola, florestal, monitorização e sensibilização ambiental	0	0	+1	0	1
11. Centro Tecnológico Agro-Florestal como interface entre a investigação (IPB), o mundo empresarial e o mundo rural, incentivando o investimento na área da tecnologia de ponta.	0	0	0	+1	1
EFICIÊNCIA DO METABOLISMO URBANO	3	3	1	2	9/20
Energia					
1. Aproveitamento do potencial eólico da região através da construção de parques eólicos de média dimensão	+1	+1	0	+1	3

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE BRAGANÇA					
AAE (FCD)⁵⁴	Uso do Solo e Ordenamento do Território⁵⁶	Recursos Naturais e Património⁵⁷	Biodiversidade⁵⁸	Competitividade territorial⁵⁹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Ações)⁵⁵					
2. Sistemas solares fotovoltaicos para sistemas isolados e ligação à rede	+1	+1	0	0	2
3. Sistemas solares térmicos para aquecimento de águas sanitárias	+1	+1	0	0	2
Resíduos	0	0	+1	0	1
1. Fomentar a compostagem doméstica e escolar	0	0	0	+1	1
2. Recolha Selectiva de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) em grandes produtores	0	0	0	+1	1
ESTABILIDADE E COESÃO SOCIAL	1	1	1	2	5/8
1. Aldeia tecnológica	0	0	0	+1	1
2. Continuidade da Agenda 21 Local de Bragança	+1	+1	+1	+1	4
Σ/Σ_{total} (grau de concordância com a A21L)	15/25	17/25	10/25	19/25	61/74
 Fraca	 Moderada	 Elevada			

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**



Legenda: (-1) – acção contraditória; (0) – acção neutra ou indiferente; (+1) – acção concordante

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA ENTRE A21L E O PDM PARA O CONCELHO DE BRAGANÇA

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE BRAGANÇA					
PDM (OE)⁶⁰	A21L (AE/Ações)⁶¹	Reforçar a imagem da cidade de Bragança como espaço de inovação, polo regional, elo de ligação internacional, centro de serviços de apoio às empresas e centro comercial e cultural	Equipamentos e infra-estruturas e qualificação dos espaços públicos nas áreas rurais garantindo uma maior competitividade destas na atracção de áreas habitacionais como reforço da coesão social	Valorizar economicamente os produtos tradicionais e os recursos do património natural, cultural e paisagístico, dinamizando a exploração de potencialidades endógenas	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
COMPACTAÇÃO DO TERRITÓRIO		3	-1	1	3/9
Ordenamento do Território		+1	-1	0	0
1. Fomento dos Núcleos Urbanos					
Transportes		+1	0	+1	2
1. Rede ciclável de Bragança					

⁶⁰ Análise realizada tendo por base as Opções Estratégicas do PDM definidas no Regulamento e Relatório Ambiental.

⁶¹ Análise realizada tendo por base as Áreas Estratégicas/Ações e respectivas Fichas de Acção, definidas no Plano de Acção.

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE BRAGANÇA					
PDM (OE)⁶⁰	A21L (AE/Ações)⁶¹	Reforçar a imagem da cidade de Bragança como espaço de inovação, polo regional, elo de ligação internacional, centro de serviços de apoio às empresas e centro comercial e cultural	Equipamentos e infra-estruturas e qualificação dos espaços públicos nas áreas rurais garantindo uma maior competitividade destas na atracção de áreas habitacionais como reforço da coesão social	Valorizar economicamente os produtos tradicionais e os recursos do património natural, cultural e paisagístico, dinamizando a exploração de potencialidades endógenas	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
	2. Definição e caracterização da hierárquica viária ao nível da cidade	+1	0	0	1
	COMPLEXIDADE DO TERRITÓRIO	13	8	12	33/45
	Biodiversidade	0	0	0	0
	1. Realização de um programa de reflorestação em áreas ardidas, baldios ou com risco de desertificação	0	0	0	0
	2. Implementação do Plano Verde da Cidade de Bragança	+1	+1	0	2
	Energia	0	0	0	0
	1. Plantação de painéis fotovoltaicos e centrais de biomassa de pequena dimensão nas aldeias "nuclearizadas"	+1	+1	+1	3
	Transportes	0	0	0	0
	1. Sistema multimodal de Bragança	0	0	0	0
	Diversidade	0	0	0	0
	1. Elaboração de rotas temáticas integradas, entre si, com diversificação da oferta turística ao longo do percurso e de alto valor paisagístico	+1	0	+1	2

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**




AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA | CONCELHO DE BRAGANÇA

<p>PDM (OE)⁶⁰</p> <p>A21L (AE/Ações)⁶¹</p>	<p>Reforçar a imagem da cidade de Bragança como espaço de inovação, polo regional, elo de ligação internacional, centro de serviços de apoio às empresas e centro comercial e cultural</p>	<p>Equipamentos e infra-estruturas e qualificação dos espaços públicos nas áreas rurais garantindo uma maior competitividade destas na atracção de áreas habitacionais como reforço da coesão social</p>	<p>Valorizar economicamente os produtos tradicionais e os recursos do património natural, cultural e paisagístico, dinamizando a exploração de potencialidades endógenas</p>	<p>Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)</p>
2. Elaboração de uma rota temática relativa ao turismo de natureza	+1	0	+1	2
3. Rota "A Poesia da Imagem"	+1	+1	+1	3
4. Elaboração de uma rota temática relativa ao turismo rural, cultural e gastronómico	+1	+1	+1	3
5. Rota "O Tear do Tempo"	+1	+1	+1	3
6. Elaboração de uma rota temática relativa ao turismo cultural e gastronómico exclusivamente para a cidade de Bragança	+1	+1	+1	3
7. Rota "A Caminhar História e Futuro "	+1	0	+1	2
8. Criação de um parque temático de promoção dos recursos do território dos sectores de actividades tradicionais, potenciando os territórios fronteiriços.	+1	+1	+1	3
9. Plano para Turismo Sustentável em Bragança	+1	+1	+1	3

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE BRAGANÇA					
PDM (OE)⁶⁰	A21L (AE/Acções)⁶¹	Reforçar a imagem da cidade de Bragança como espaço de inovação, polo regional, elo de ligação internacional, centro de serviços de apoio às empresas e centro comercial e cultural	Equipamentos e infra-estruturas e qualificação dos espaços públicos nas áreas rurais garantindo uma maior competitividade destas na atracção de áreas habitacionais como reforço da coesão social	Valorizar economicamente os produtos tradicionais e os recursos do património natural, cultural e paisagístico, dinamizando a exploração de potencialidades endógenas	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
	10. Criação de uma Agência do Desenvolvimento do Nordeste em rede com outros concelhos transmontanos, com distribuição de valências de actuação para dar apoio, tanto ao sector privado como público, na gestão agrícola, florestal, monitorização e sensibilização ambiental	+1	0	+1	2
	11. Centro Tecnológico Agro-Florestal como interface entre a investigação (IPB), o mundo empresarial e o mundo rural, incentivando o investimento na área da tecnologia de ponta.	+1	0	+1	2
	EFICIÊNCIA DO METABOLISMO URBANO	3	3	3	9/15
	Energia				
	1. Aproveitamento do potencial eólico da região através da construção de parques eólicos de média dimensão	+1	+1	+1	3
	2. Sistemas solares fotovoltaicos para sistemas isolados e ligação à rede	+1	+1	+1	3
	3. Sistemas solares térmicos para aquecimento de águas sanitárias	+1	+1	+1	3
	Resíduos				
	1. Fomentar a compostagem doméstica e escolar	0	0	0	0

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE BRAGANÇA					
PDM (OE)⁶⁰	A21L (AE/Ações)⁶¹	Reforçar a imagem da cidade de Bragança como espaço de inovação, polo regional, elo de ligação internacional, centro de serviços de apoio às empresas e centro comercial e cultural	Equipamentos e infra-estruturas e qualificação dos espaços públicos nas áreas rurais garantindo uma maior competitividade destas na atracção de áreas habitacionais como reforço da coesão social	Valorizar economicamente os produtos tradicionais e os recursos do património natural, cultural e paisagístico, dinamizando a exploração de potencialidades endógenas	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
	2. Recolha Selectiva de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) em grandes produtores	0	0	0	0
	ESTABILIDADE E COESÃO SOCIAL	2	0	1	3/6
	1. Aldeia tecnológica	+1	-1	0	0
	2. Continuidade da Agenda 21 Local de Bragança	+1	+1	+1	3
	Σ/Σ_{total} (grau de concordância com a A21L)	21/25	10/25	17/25	48/75
	 Fraca concordância/integração	 Moderada concordância/integração	 Elevada concordância/integração		

Legenda: (-1) – acção contraditória; (0) – acção neutra ou indiferente; (+1) – acção concordante

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA ENTRE A21L E A AAE PARA O CONCELHO DE MONÇÃO

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE MONÇÃO					
AAE (FCD) ⁶²	Biodiversidade ⁶⁴	Património Cultural ⁶⁵	Factores Físicos ⁶⁶	Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional Competitividade ⁶⁷	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
TURISMO CULTURAL E DE NATUREZA	4	7	0	6	17/28
1. Criação de uma agência de desenvolvimento local	+1	+1	0	+1	3
2. Dinamização do Paço do Alvarinho	+1	+1	0	+1	3
3. Apostar na Festa da Coca e Feira do Alvarinho	0	+1	0	+1	2
4. Criação e dinamização de mais eventos	+1	+1	0	+1	3

⁶² Análise realizada tendo por base os Factores Críticos da Decisão (FCD) definidas no Relatório Ambiental.

⁶³ Análise realizada tendo por base as Áreas Estratégicas definidas no Plano de Acção.

⁶⁴ Domínios do FCD "Biodiversidade": áreas classificadas; diversidade de espécies, conservação da natureza, biodiversidade e paisagem; gestão e valorização da conservação da floresta.

⁶⁵ Domínios do FCD "Património Cultural": identidade histórica e cultural.

⁶⁶ Domínios do FCD "Factores Físicos": protecção do solo; água superficial e subterrânea; água para consumo humano; qualidade do ar.

⁶⁷ Domínios do FCD "Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade": saúde humana; ambiente urbano e ordenamento do território; desenvolvimento regional e competitividade

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE MONÇÃO					
AAE (FCD)⁶²	Biodiversidade⁶⁴	Património Cultural⁶⁵	Factores Físicos⁶⁶	Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional Competitividade⁶⁷	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Acções)⁶³					
5. Criação do Museu Municipal	0	+1	0	+1	2
6. Formação para activos na área comercial para comerciantes e produtores	0	+1	0	0	1
7. Elaboração de um Guia de Pesca	+1	+1	0	+1	3
RECURSOS HÍDRICOS (LINHAS DE ÁGUA)	8	0	7	6	21/32
1. Concurso "A água e os nossos rios"	+1	0	+1	0	2
2. Acções de revitalização de leitos e margens dos rios e ribeiros	+1	0	+1	+1	3
3. Gestão dos efluentes domésticos e de vacarias	+1	0	+1	+1	3
4. Acção de "Apadrinhamento de trechos de Rios"	+1	0	0	0	1
5. Campanha de sensibilização sobre "Boas práticas agrícolas"	+1	0	+1	+1	3

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE MONÇÃO					
AAE (FCD)⁶²					
A21L (AE/Ações)⁶³	Biodiversidade⁶⁴	Património Cultural⁶⁵	Factores Físicos⁶⁶	Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional Competitividade⁶⁷	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
6. Optimização da capacidade de fiscalização	+1	0	+1	+1	3
7. Promoção de acções de limpeza das margens das linhas de água	+1	0	+1	+1	3
8. Reduzir os focos de poluição do Rio Gadanha	+1	0	+1	+1	3
GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	5	0	6	6	17/28
1. Melhorar o sistema de recolha de resíduos indiferenciados	0	0	+1	+1	2
2. Campanha "Saber ser, Saber Viver"	+1	0	+1	+1	3
3. Implementação de compostagem	0	0	0	0	0
4. Optimização da Recolha Selectiva junto dos grandes produtores, incluindo infra-estruturas municipais	+1	0	+1	+1	3
5. Optimização da capacidade de fiscalização	+1	0	+1	+1	3

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE MONÇÃO					
AAE (FCD)⁶²	Biodiversidade⁶⁴	Património Cultural⁶⁵	Factores Físicos⁶⁶	Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional Competitividade⁶⁷	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Ações)⁶³					
6. Gestão de Resíduos de Construção e Demolição	+1	0	+1	+1	3
7. Erradicação de vazadouros, depósitos ilegais e lixeiras clandestinas	+1	0	+1	+1	3
GESTÃO FLORESTAL	6	1	1	3	11/28
1. Campanhas de informação e sensibilização da população	+1	+1	+1	+1	4
2. Aposta na Silvicultura preventiva	+1	0	0	0	1
3. Construção e manutenção da rede de infra-estruturas	+1	0	0	+1	2
4. Vigilância dissuasora, vigilância fixa, detecção e 1ª intervenção	+1	0	0	0	1
5. Formação profissional	+1	0	0	0	1
6. Automatização do regime de Gestão no regime Florestal	0	0	0	0	0

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE MONÇÃO					
AAE (FCD)⁶²	Biodiversidade⁶⁴	Património Cultural⁶⁵	Factores Físicos⁶⁶	Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional Competitividade⁶⁷	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
7. Aumentar as áreas com gestão conjunta	+1	0	0	+1	2
EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE	0	0	0	0	0/4
1. Criação de um gabinete da Agenda 21 Local	0	0	0	0	0
Σ/Σ_{total} (grau de concordância com a A21L)	23/28	8/28	14/28	21/28	66/112
Fraca concordância/integração	Moderada concordância/integração		Elevada concordância/integração		

Legenda: (-1) – acção contraditória; (0) – acção neutra ou indiferente; (+1) – acção concordante

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA ENTRE A21L E O PDM PARA O CONCELHO DE MONÇÃO

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE MONÇÃO					
PDM (OE)⁶⁸	Requalificação urbana e rede de equipamentos⁷⁰	Reorganização da estrutura viária⁷¹	Reforçar a atratividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica⁷²	Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho⁷³	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Ações)⁶⁹					
TURISMO CULTURAL E DE NATUREZA	3	0	7	2	12/28
1. Criação de uma agência de desenvolvimento local	+1	0	+1	0	2

⁶⁸ Análise realizada tendo por base as Opções Estratégicas do PDM definidas no Regulamento e Relatório Ambiental.

⁶⁹ Análise realizada tendo por base as Áreas Estratégicas definidas no Plano de Acção.

⁷⁰ Objectivos Estratégicos da Opção Estratégica "Requalificação urbana e rede de equipamentos": (i) reforçar, qualificar e estruturar a imagem das áreas urbanas envolventes ao centro; (ii) dotar a vila de uma rede de equipamentos e infra-estruturas que contribuam para a melhoria das condições de vida urbana da população; (iii) qualificação do espaço público.

⁷¹ Objectivos Estratégicos da Opção Estratégica "Reorganização da estrutura viária": (i) melhorar a acessibilidade e mobilidade regional aumentando a competitividade concelhia; (ii) reorganizar a estrutura viária concelhia melhorando a acessibilidade e mobilidade concelhias; (iii) reforçar a acessibilidade e a mobilidade nos aglomerados garantindo a segurança na circulação viária e peatonal.

⁷² Objectivos Estratégicos da Opção Estratégica "Reforçar a atratividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica": (i) aumentar a atratividade concelhia, reforçando relações intermunicipais, qualificando dinâmicas e vivências (eco-pista); (ii) valorizar e qualificar o património natural (Parque de Campismo); (iii) valorizar a memória concelhia, realçar a sua história e assumir a cultura como vector indispensável ao processo de desenvolvimento; (iv) valorizar as potencialidades biofísicas de forma a constituir uma rede que assegure o equilíbrio ecológico do concelho (Estrutura Ecológica).

⁷³ Objectivos Estratégicos da Opção Estratégica "Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho": (i) aumentar a competitividade económica do concelho e criar condições atractivas a um maior investimento empresarial nacional e transfronteiriço; (ii) dinamizar a capacidade logística regional no intercâmbio Norte de Portugal – Galiza.)

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE MONÇÃO					
PDM (OE)⁶⁸	Requalificação urbana e rede de equipamentos⁷⁰	Reorganização da estrutura viária⁷¹	Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica⁷²	Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho⁷³	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Acções)⁶⁹					
2. Dinamização do Paço do Alvarinho	+1	0	+1	0	2
3. Apostar na Festa da Coca e Feira do Alvarinho	0	0	+1	+1	2
4. Criação e dinamização de mais eventos	0	0	+1	0	1
5. Criação do Museu Municipal	+1	0	+1	0	2
6. Formação para activos na área comercial para comerciantes e produtores	0	0	+1	+1	2
7. Elaboração de um Guia de Pesca	0	0	+1	0	1
RECURSOS HÍDRICOS (LINHAS DE ÁGUA)	3	0	8	0	11/32
1. Concurso "A água e os nossos rios"	0	0	+1	0	1
2. Acções de revitalização de leitos e margens dos rios e ribeiros	0	0	+1	0	1

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE MONÇÃO					
PDM (OE)⁶⁸	Requalificação urbana e rede de equipamentos⁷⁰	Reorganização da estrutura viária⁷¹	Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica⁷²	Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho⁷³	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Acções)⁶⁹					
3. Gestão dos efluentes domésticos e de vacarias	+1	0	+1	0	2
4. Acção de "Apadrinhamento de trechos de Rios"	0	0	+1	0	1
5. Campanha de sensibilização sobre "Boas práticas agrícolas"	0	0	+1	0	1
6. Optimização da capacidade de fiscalização	0	0	+1	0	1
7. Promoção de acções de limpeza das margens das linhas de água	+1	0	+1	0	2
8. Reduzir os focos de poluição do Rio Gadanha	+1	0	+1	0	2
GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	7	0	2	1	10/28
1. Melhorar o sistema de recolha de resíduos indiferenciados	+1	0	0	0	1
2. Campanha "Saber ser, Saber Viver"	+1	0	0	0	1

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE MONÇÃO					
PDM (OE)⁶⁸	Requalificação urbana e rede de equipamentos⁷⁰	Reorganização da estrutura viária⁷¹	Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica⁷²	Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho⁷³	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Ações)⁶⁹					
3. Implementação de compostagem	+1	0	0	0	1
4. Optimização da Recolha Selectiva junto dos grandes produtores, incluindo infra-estruturas municipais	+1	0	0	+1	2
5. Optimização da capacidade de fiscalização	+1	0	0	0	1
6. Gestão de Resíduos de Construção e Demolição	+1	0	+1	0	2
7. Erradicação de vazadouros, depósitos ilegais e lixeiras clandestinas	+1	0	+1	0	2
GESTÃO FLORESTAL	3	1	5	1	10/28
1. Campanhas de informação e sensibilização da população	0	0	+1	0	1
2. Aposta na Silvicultura preventiva	+1	0	+1	0	2
3. Construção e manutenção da rede de infra-estruturas	+1	+1	+1	+1	4

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE MONÇÃO					
PDM (OE)⁶⁸	Requalificação urbana e rede de equipamentos⁷⁰	Reorganização da estrutura viária⁷¹	Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica⁷²	Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho⁷³	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Ações)⁶⁹					
4. Vigilância dissuasora, vigilância fixa, detecção e 1ª intervenção	+1	0	+1	0	2
5. Formação profissional	0	0	0	0	0
6. Automatização do regime de Gestão no regime Florestal	0	0	0	0	0
7. Aumentar as áreas com gestão conjunta	0	0	+1	0	0
EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE	0	0	0	0	0/4
1. Criação de um gabinete da Agenda 21 Local	0	0	0	0	0
Σ/Σ_{total} (grau de concordância com a A21L)	16/28	1/28	22/28	4/28	43/112
Fraca concordância/integração		Moderada concordância/integração		Elevada concordância/integração	

Legenda: (-1) – acção contraditória; (0) – acção neutra ou indiferente; (+1) – acção concordante

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA ENTRE A21L E A AAE PARA O CONCELHO DE VALENÇA

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VALENÇA					
AAE (FCD) ⁷⁴					Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
	Biodiversidade ⁷⁶	Património Cultural ⁷⁷	Factores Físicos ⁷⁸	Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional Competitividade ⁷⁹	
A21L (AE/Ações) ⁷⁵					
GESTÃO DA ÁGUA E RESÍDUOS	6	0	6	3	15/28
1. Plano de Recolha, reciclagem e recuperação de óleos vegetais e minerais	+1	0	+1	0	2
2. Plano de ampliação e optimização da rede de ecopontos e da recolha de "monstros"	+1	0	+1	0	2
3. Rede de recolha e reutilização de resíduos orgânicos	+1	0	+1	+1	3
4. Rede de recolha de vestuário usado	0	0	0	0	0

⁷⁴ Análise realizada tendo por base os Factores Críticos da Decisão (FCD) definidas no Relatório Ambiental.

⁷⁵ Análise realizada tendo por base as Áreas Estratégicas definidas no Plano de Acção.

⁷⁶ Domínios do FCD "Biodiversidade": áreas classificadas; diversidade de espécies, conservação da natureza, biodiversidade e paisagem; gestão e valorização da conservação da floresta.

⁷⁷ Domínios do FCD "Património Cultural": identidade histórica e cultural.

⁷⁸ Domínios do FCD "Factores Físicos": protecção do solo; água superficial e subterrânea; água para consumo humano; qualidade do ar.

⁷⁹ Domínios do FCD "Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade": saúde humana; ambiente urbano e ordenamento do território; desenvolvimento regional e competitividade

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VALENÇA					
AAE (FCD)⁷⁴	Biodiversidade⁷⁶	Património Cultural⁷⁷	Factores Físicos⁷⁸	Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional Competitividade⁷⁹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Acções)⁷⁵					
5. Criação de um "Guia de Boas Práticas Ambientais"	+1	0	+1	+1	3
6. Criação de um grupo de acompanhamento da gestão de resíduos de construção e demolição	+1	0	+1	+1	3
7. Realização de campanhas de sensibilização ambiental	+1	0	+1	0	2
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	5	4	2	7	18/28
1. Elaboração de "Guia ABC do Ordenamento do Território"	0	+1	0	+1	2
2. Criação do folheto "Protecção Civil em Valença"	+1	+1	0	+1	3
3. Criação da área protegida da Veiga da Mira	+1	0	+1	+1	3
4. Requalificação e ampliação do espaço público destinado ao lazer e bem-estar	+1	0	0	+1	2
5. Valorização da margem do rio Minha da Ponte Velha a Friestas	+1	0	+1	+1	3

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VALENÇA					
AAE (FCD)⁷⁴					
A21L (AE/Acções)⁷⁵	Biodiversidade⁷⁶	Património Cultural⁷⁷	Factores Físicos⁷⁸	Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional Competitividade⁷⁹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
6. Reabilitação do edificado concelhio	0	+1	0	+1	2
7. Programa de seminários	+1	+1	0	+1	3
DINAMIZAÇÃO DO TURISMO E LAZER	3	3	0	3	9/12
1. Plano de Turismo Sustentável para Valença do Minho	+1	+1	0	+1	3
2. Projecto de valorização turística de Valença	+1	+1	0	+1	3
3. Animação da Fortaleza e zona envolvente	+1	+1	0	+1	3
PARTICIPAÇÃO E ACÇÃO COLECTIVA	2	1	2	1	6/12
1. Criação de um "Banco do tempo"	0	0	0	0	0
2. Criação e dinamização de um Eco clube	+1	0	+1	0	2

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VALENÇA					
AAE (FCD)⁷⁴	Biodiversidade⁷⁶	Património Cultural⁷⁷	Factores Físicos⁷⁸	Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional Competitividade⁷⁹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Ações)⁷⁵					
3. Elaboração de um "Guia do Cidadão"	+1	+1	+1	+1	4
Σ/Σ_{total} (grau de concordância com a A21L)	16/20	8/20	10/20	14/20	48/800

Fraca concordância/integração	Moderada concordância/integração	Elevada concordância/integração
--------------------------------------	---	--

Legenda: (-1) – acção contraditória; (0) – acção neutra ou indiferente; (+1) – acção concordante

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA ENTRE A21L E O PDM PARA O CONCELHO DE VALENÇA

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VALENÇA					
A21L (AE/Ações) ⁸¹	PDM (OE) ⁸⁰				Σ/Σ _{total} (grau de integração no PDM)
	Requalificação urbana e rede de equipamentos ⁸²	Reorganização da estrutura viária ⁸³	Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica ⁸⁴	Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho ⁸⁵	
GESTÃO DA ÁGUA E RESÍDUOS	5	0	6	1	12/28
1. Plano de Recolha, reciclagem e recuperação de óleos vegetais e minerais	+1	0	+1	+1	3

⁸⁰ Análise realizada tendo por base as Opções Estratégicas do PDM definidas no Regulamento e Relatório Ambiental.

⁸¹ Análise realizada tendo por base as Áreas Estratégicas definidas no Plano de Acção.

⁸² Grandes Intenções da Opção Estratégica "Requalificação urbana e rede de equipamentos": (i) reforçar e qualificar a imagem e atractividade da centralidade de Valença; (ii) qualificar a imagem e a vivência urbana da vila de Valença; (iii) qualificar e estruturar as áreas urbanas envolventes ao centro; (iv) aumentar a competitividade da vila pela dotação de unidades de ensino superior e investigação; (v) reforçar as relações das unidades de ensino superior com o tecido produtivo local; (vi) dotar a vila de uma rede de equipamentos que contribuam para a melhoria das condições de vida urbana da população; (vii) qualificação do espaço público; (viii) dotação de uma rede de infra-estruturas adequada.

⁸³ Grandes Intenções da Opção Estratégica "Reorganização da estrutura viária": (i) melhorar a acessibilidade e mobilidade regional aumentando a competitividade concelhia; (ii) reorganizar a estrutura viária concelhia melhorando a acessibilidade e mobilidade concelhias; (iii) reforçar a acessibilidade e mobilidade nos aglomerados garantindo a segurança na circulação viária e peatonal.

⁸⁴ Grandes Intenções da Opção Estratégica "Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica": (i) aumentar a atractividade concelhia, reforçando relações intermunicipais, qualificando dinâmicas e vivências (eco-pista); (ii) valorizar e qualificar o património natural; (iii) valorizar as suas potencialidades biofísicas de forma a constituir uma rede que assegure o equilíbrio ecológico do meio ambiente (Parque Ambiental); (iv) valorizar a memória da Vila e realçar a sua história; (v) assumir a cultura como vector indispensável ao processo de desenvolvimento; (vi) promover o reconhecimento mundial do valor patrimonial em conjunto com o Tuyo.

⁸⁵ Grandes Intenções da Opção Estratégica "Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho": (i) aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho; (ii) criar condições atractivas a um maior investimento empresarial nacional e transfronteiriço; (iii) aumentar a competitividade económica do concelho; (iv) dinamizar a capacidade logística regional no intercâmbio Norte de Portugal – Galiza; (v) construção de estações de mercadorias e de passageiros para o Comboio de Alta Velocidade.

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VALENÇA					
PDM (OE)⁸⁰	Requalificação urbana e rede de equipamentos⁸²	Reorganização da estrutura viária⁸³	Reforçar a atractividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica⁸⁴	Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho⁸⁵	Σ/Σ_{total} (grau de integração no PDM)
A21L (AE/Acções)⁸¹					
2. Plano de ampliação e optimização da rede de ecopontos e da recolha de "monstros"	+1	0	+1	0	2
3. Rede de recolha e reutilização de resíduos orgânicos	+1	0	+1	0	2
4. Rede de recolha de vestuário usado	+1	0	0	0	1
5. Criação de um "Guia de Boas Práticas Ambientais"	0	0	+1	0	1
6. Criação de um grupo de acompanhamento da gestão de resíduos de construção e demolição	+1	0	+1	0	2
7. Realização de campanhas de sensibilização ambiental	0	0	+1	0	1
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	5	1	5	2	13/28
1. Elaboração de "Guia ABC do Ordenamento do Território"	+1	0	0	+1	2
2. Criação do folheto "Protecção Civil em Valença"	0	0	0	0	0
3. Criação da área protegida da Veiga da Mira	0	0	+1	0	1

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VALENÇA					
PDM (OE)⁸⁰	Requalificação urbana e rede de equipamentos⁸²	Reorganização da estrutura viária⁸³	Reforçar a atratividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica⁸⁴	Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho⁸⁵	Σ/Σ_{total} (grau de integração no PDM)
A21L (AE/Acções)⁸¹					
4. Requalificação e ampliação do espaço público destinado ao lazer e bem-estar	+1	0	+1	0	2
5. Valorização da margem do rio Minha da Ponte Velha a Friestas	+1	0	+1	0	2
6. Reabilitação do edificado concelhio	+1	0	+1	0	2
7. Programa de seminários	+1	+1	+1	+1	4
DINAMIZAÇÃO DO TURISMO E LAZER	0	0	3	1	4/12
1. Plano de Turismo Sustentável para Valença do Minho	0	0	+1	0	1
2. Projecto de valorização turística de Valença	0	0	+1	+1	2
3. Animação da Fortaleza e zona envolvente	0	0	+1	0	1
PARTICIPAÇÃO E ACÇÃO COLECTIVA	1	1	1	1	4/12
1. Criação de um "Banco do tempo"	0	0	0	0	0

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VALENÇA					
PDM (OE)⁸⁰	Requalificação urbana e rede de equipamentos⁸²	Reorganização da estrutura viária⁸³	Reforçar a atratividade concelhia, valorizar o património natural e afirmar a memória histórica⁸⁴	Aumentar a competitividade económica e investimento empresarial no concelho⁸⁵	Σ/Σ_{total} (grau de integração no PDM)
A21L (AE/Ações)⁸¹					
2. Criação e dinamização de um Ecoclube	0	0	+1	0	+1
3. Elaboração de um "Guia do Cidadão"	+1	+1	+1	+1	3
Σ/Σ_{total} (grau de concordância com a A21L)	11/20	2/20	15/20	5/20	33/800
Fraca concordância/integração	Moderada concordância/integração	Elevada concordância/integração			

Legenda: (-1) – ação contraditória; (0) – ação neutra ou indiferente; (+1) – ação concordante

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA ENTRE A21L E A AAE PARA O CONCELHO DE VILA NOVA DE CERVEIRA

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VILA NOVA DE CERVEIRA					
AAE (FCD) ⁸⁶	A21L (AE/Açções) ⁸⁷				Σ/Σ _{total} (grau de integração na AAE)
	Recursos Naturais e Culturais ⁸⁸	Acessibilidades ⁸⁹	População e Parque Habitacional ⁹⁰	Actividades Económicas ⁹¹	
PROMOÇÃO DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS	3	0	3	3	9/20
1. Requalificação das ZIC's e criação do Parque de Actividades	+1	0	+1	+1	3
2. Criação de Gabinete de Apoio e promoção do investimento produtivo	0	0	0	+1	1
3. Elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico	0	0	0	+1	1
4. Museu de Arte Contemporânea/Museu da Bienal de Arte	+1	0	+1	0	2

⁸⁶ Análise realizada tendo por base os Factores Críticos para a Decisão (FCD) definidos no Relatório Ambiental.

⁸⁷ Análise realizada tendo por base as Áreas Estratégicas e Acções definidas no Plano de Acção.

⁸⁸ Domínios do FCD "Recursos Naturais e Culturais": solo; ecossistemas e áreas classificadas; recursos florestais, recursos hídricos e recursos arquitectónicos e arqueológicos.

⁸⁹ Domínios do FCD "Acessibilidades": dinâmica territorial e urbana; paisagem.

⁹⁰ Domínios do FCD "População e Parque habitacional": uso do solo; efeitos antrópicos; equidade social.

⁹¹ Domínios do FCD "Actividades Económicas": desenvolvimento local; emprego.

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VILA NOVA DE CERVEIRA					
AAE (FCD)⁸⁶					
A21L (AE/Acções)⁸⁷	Recursos Naturais e Culturais⁸⁸	Acessibilidades⁸⁹	População e Parque Habitacional⁹⁰	Actividades Económicas⁹¹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
5. Casa das Artes	+1	0	+1	0	2
ORDENAMENTO E SOLO RURAL	4	3	0	1	8/20
1. Sensibilização ambiental e monitorização dos cursos de água	+1	+1	0	0	2
2. Regulamento municipal de protecção da paisagem urbana	+1	+1	0	0	2
3. Valorização ambiental e turística dos montes	+1	+1	0	+1	3
4. Plano de fiscalização e monitorização ambiental	+1	0	0	0	1
5. Plano de valorização e comercialização dos produtos locais	0	0	0	0	0
INFRA-ESTRUTURAS E MOBILIDADE	9	4	10	0	23/56
1. Campanhas de sensibilização para poupança da água	+1	0	0	0	1

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VILA NOVA DE CERVEIRA					
AAE (FCD)⁸⁶	Recursos Naturais e Culturais⁸⁸	Acessibilidades⁸⁹	População e Parque Habitacional⁹⁰	Actividades Económicas⁹¹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
A21L (AE/Acções)⁸⁷					
2. Mobilização para adesão à ligação à rede de saneamento público	+1	0	+1	0	2
3. Ampliação da rede de saneamento básico ao interior do concelho	+1	0	+1	0	2
4. Educação ambiental – campanhas sobre RSU	+1	0	+1	0	2
5. Divulgação dos serviços efectuados pela autarquia	+1	0	+1	0	2
6. Divulgação dos locais de deposição dos diferentes fluxos	+1	0	+1	0	2
7. Implementação de recolha selectiva nos serviços administrativo	+1	0	0	0	1
8. Implementação da compostagem de verdes	+1	0	0	0	1
9. Promoção da compostagem caseira – composteiras	0	0	0	0	0
10. Ecoparque ambiental	+1	0	+1	0	2

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VILA NOVA DE CERVEIRA					
AAE (FCD)⁸⁶	Recursos Naturais e Culturais⁸⁸	Acessibilidades⁸⁹	População e Parque Habitacional⁹⁰	Actividades Económicas⁹¹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
11. Beneficiação da N13	0	+1	+1	0	2
12. Remodelação da praça da Galiza	0	+1	+1	0	2
13. Requalificação dos espaços públicos e melhoria da acessibilidade	0	+1	+1	0	2
14. Intervenção na Rede Rodoviária	0	+1	+1	0	2
INTERVENÇÃO SOCIAL	0	0	6	0	6/20
1. Criação de atendimento integrado	0	0	+1	0	1
2. Dotação de serviços de proximidade	0	0	+1	0	1
3. Consulta de alcoologia	0	0	+1	0	1
4. Centro de acolhimento temporário	0	0	+1	0	1

**INSTRUMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE AO NÍVEL MUNICIPAL:
ARTICULAÇÃO ENTRE A AGENDA 21 LOCAL E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

AVALIAÇÃO DE INTEGRAÇÃO/CONCORDÂNCIA CONCELHO DE VILA NOVA DE CERVEIRA						
AAE (FCD)⁸⁶	A21L (AE/Ações)⁸⁷	Recursos Naturais e Culturais⁸⁸	Acessibilidades⁸⁹	População e Parque Habitacional⁹⁰	Actividades Económicas⁹¹	Σ/Σ_{total} (grau de integração na AAE)
	5. Apoio no acesso à habitação	0	0	+1	0	1
	6. Campanha de sensibilização/informação	0	0	+1	0	1
	Σ/Σ_{total} (grau de concordância com a A21L)	16/30	7/30	19/30	4/30	46/120
		Fraca concordância/integração	Moderada concordância/integração	Elevada concordância/integração		

Legenda: (-1) – acção contraditória; (0) – acção neutra ou indiferente; (+1) – acção concordante